

Maria Scientia

Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal

Vol.2 nº1 | *Spring Semester 2017*

Sumário

Página 1

Nota Editorial ...[ver aqui»](#)

Página 2

Os assuntos do mar da CPLP e o potencial de influência da estratégia de crescimento azul da UE

Sandra Pereira...[ver aqui»](#)

Página 19

Portugal e o Atlântico Norte: a eterna conexão

Ana Cláudia Manuelito...[ver aqui»](#)

Página 37

O desenvolvimento da aquacultura no Mundo, União Europeia e Portugal

Fernando Gonçalves...[ver aqui»](#)

Página 53

Pesca no Seixal: a política e estratégia e o declínio da atividade

Bruno Miguel dos Santos Carrilho Taboia ...[ver aqui»](#)

Revista Científica Electrónica *Maria Scientia*

Um projeto da Linha de Investigação em Assuntos Marítimos (LIAM) *Maria Scientia*

Conselho Científico | Adriano Moreira, André Azevedo Alves, Francisco Proença Garcia,
João Carlos Espada, Maria da Glória Garcia, Nuno Vieira Marias, Sónia Ribeiro
Coordenação e Direção Executiva | Nuno Vieira Marias, Sónia Ribeiro

De acordo com as normas de publicação em vigor, todos os artigos foram sujeitos a *peer-review*



CATOLICA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS
LISBOA

Nota Editorial

"O tempo corre veloz e a vida escapa das nossas mãos. Mas pode escapar como areia ou como semente".

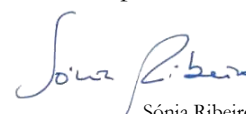
Nestas palavras de Thomas Merton (monge trapista, 1915-1968) encontramos o mote para o relançamento desta Revista Científica Eletrónica, que teve o seu último número publicado em Novembro de 2014. Nos dois anos e meio que passaram, a Linha de Investigação em Assuntos Marítimos *Maria Scientia* esteve focada no desenvolvimento de outras atividades, mormente o seu objetivo central de promoção do estudo do mar e das suas potencialidades a partir da "lente" das ciências sociais e humanas. Neste contexto, a LIAM privilegiou o desenvolvimento das atividades de investigação, e estendeu-as a Cabo Verde, tendo o primeiro fruto concreto desta extensão ocorrido em Outubro 2016, com a participação na conferência «Atlântico Insular e Globalização», no Mindelo, a convite da Cátedra Infante Dom Henrique para os estudos insulares atlânticos e a globalização, da Universidade Aberta, onde participou com a apresentação de dois *papers*.

A manutenção de um calendário de Tertúlias-debate que alimenta a investigação produzida pelos vários investigadores que nela participam foi também uma prioridade, bem como a promoção do Programa Avançado em Estudos do Mar (PAEM), que conheceu em 2016/17 mais uma edição. Foi tempo também de reforçar e/ou iniciar colaborações com outras entidades, como o IUM – Instituto Universitário Militar ou a Mare StartUp, um consórcio que congrega a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a Fórum Oceano e a SaeR, juntando na UCP, para além da LIAM/IEP com papel de coordenação, a Escola de Direito e a CLSBE através dos respectivos Centros de Investigação. No âmbito desta parceria, foi possível realizar já a primeira edição da Pós-Graduação em Ciências, Gestão e Administração do Mar (PG SSBA), cujo sucesso se encontra registado nos vários projetos de *start up* desenhados no contexto do programa.

No que respeita à Revista *Maria Scientia*, chega agora também a oportunidade de retomar a sua edição, publicando alguns dos *papers* que entretanto foram sendo produzidos, incluindo também a divulgação de alguns dos melhores trabalhos produzidos por jovens investigadores, nomeadamente no âmbito dos programas de formação em que a LIAM participa, cumprindo assim também os nossos objetivos.

Passando a anual, a Revista mantém a sua linha editorial, privilegiando a promoção do conhecimento sobre os Assuntos do Mar em geral e, em particular, o trabalho desenvolvido no âmbito da LIAM, assumindo-se como um espaço de produção científica de elevada qualidade, no domínio dos Assuntos Marítimos, possibilitando a divulgação da investigação realizada também por autores portugueses e/ou lusófonos que se dediquem ao estudo destas temáticas.

Nesta primeira edição do Vol.2 da Revista *Maria Scientia*, contamos com dois *papers* focados nas nossas alianças e parcerias estratégicas, nomeadamente a CPLP – com destaque para a aplicação da visão comunitária decorrente da adoção da Estratégia de Crescimento Azul – e a NATO – no quadro da reflexão sobre o papel de Portugal no Atlântico Norte, nomeadamente ao nível da segurança, da defesa e da vigilância e a análise dos meios ao dispor do Estado português. Completam esta edição dois trabalhos selecionados de participantes no PAEM e na PG SSBA. O primeiro, focando uma das áreas prioritárias para o crescimento da economia do mar em Portugal – a aquacultura, e o segundo, uma reflexão sobre o papel da política pública e da estratégia de desenvolvimento local e regional sobre o desenvolvimento (a seleção) das atividades económicas no território. Apenas dois exemplos do trabalho de elevada qualidade produzido e que será certamente aprofundado em futuras edições.



Sónia Ribeiro
Coordenadora Executiva LIAM

Os assuntos do mar da CPLP e o potencial de influência da estratégia de crescimento azul da UE

The sea affairs on CPSC and the potential influence of EU blue growth strategy

Sandra Pereira

Doutorada em Estudos Europeus (dominante económica) pelo Instituto de Estudos Políticos (IEP) da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Investigadora na Linha de Investigação em Assuntos Marítimos Maria Scientia do IEP-UCP. Técnica Superior do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) na Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE) do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) | smjpereira@hotmail.com

Resumo

Todos os Estados lusófonos são países marítimos, pluricontinentais e pluriocênicos, o que representa mais um fator de união, cobrindo a zona económica exclusiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) uma área oceânica que ultrapassa os 7 milhões de km² (cerca de 1,53% da superfície mundial), pelo que a Economia do Mar poderá revelar um enorme potencial, visto que os oceanos representam espaços de cooperação, partilha, utilização comum e uma fonte de recursos fundamental para o desenvolvimento sustentável e económico.

Porém, a diversidade de intervenientes e as especificidades de cada Estado tornam necessário o recurso a ferramentas de governação adequadas, cujo enquadramento institucional deverá ser ajustado à implementação de políticas marítimas integradas.

Deste modo, a partilha do conhecimento adquirido e de boas práticas conduzem a mecanismos específicos de cooperação e mobilização da CPLP, com destaque para a aplicação da visão comunitária decorrente da adoção da Estratégia de Crescimento Azul.

Palavras-chave: CPLP; Estratégia; Oceanos; Crescimento Azul; Reuniões de Ministros

Abstract

All lusophone states are maritime, pluricontinental, pluriocenic, which is more a factor of unity, covering the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPSC)'exclusive economic zone an oceanic area that exceeds 7 million km² (153% of world surface). So the Sea Economy may reveal a huge potential as the oceans represent areas of cooperation, sharing, common use and a source of vital resources for sustainable and economic development.

However, the diversity of players and the specificities of each State become necessary the use of appropriate governance tools whose institutional framework should be adjusted to the adoption of integrated maritime policies.

Thus, the share of the acquired knowledge and best practices lead to specific mechanisms for cooperation and mobilization of CPSC, with highlight to the implementation of the European vision resulting from the adoption of the Blue Growth Strategy.

Key words: CPSC; Strategy; Oceans; Blue Growth; Ministers Meetings

“Os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) possuem em comum uma língua e uma extensa base cultural; mas dispõem também de vastas áreas oceânicas sob as respectivas jurisdições, que perfazem no seu conjunto mais de 7,5 milhões de km².”

(Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos, versão revista de 20.07.2009, p.1)

I. INTRODUÇÃO

Este artigo procura demonstrar o quão pertinente é o domínio estratégico dos Assuntos do Mar para o desenvolvimento dos Estados pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), constituída em 1996 com sete membros signatários (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), aos quais se juntaram, em 2002, Timor-Leste e, em julho de 2014, a Guiné Equatorial, perfazendo, assim, neste momento, um total de nove Estados membros [a].

Em virtude dos países da CPLP se distribuírem por vários oceanos, formando uma rede

privilegiada, a adoção de uma visão comum (em prol da Lusofonia) poderia constituir uma oportunidade para uma cooperação internacional em áreas essenciais para o desenvolvimento sustentável das atividades relacionadas com o mar, pelo que a definição de uma Estratégia da CPLP para os Oceanos será também abordada (ponto II).

As Reuniões de Ministros do Mar da CPLP, elencadas no ponto III, constituem os mecanismos específicos criados para promover a concertação entre estratégias dos Estados membros com iniciativas de cariz internacional, contribuindo para a afirmação da CPLP no âmbito da agenda global dos oceanos.

Constituindo os mares e os oceanos fontes cruciais de recursos para o desenvolvimento sustentável e para a economia dos países da CPLP, cujo peso da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) corresponde, no geral, a 1,53% da superfície mundial, ou seja, 7,78 milhões de km² [1] [b], conforme retrata a Figura 1.

A gestão adequada desses recursos, com impacto no emprego, comércio e em vários setores (alguns tradicionais – construção naval,

Figura 1. CPLP | Zona Económica Exclusiva – 7,78 milhões de km² (1,53% da superfície mundial).



Fonte Portugal Economy – PE Probe | Economic Outlook > A Lusofonia.

Disp. em: <http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2017/03/Dossier-ALusofonia2.pdf>
[consultada em 20.04.2017]

pescas, aquicultura e outros inovadores, como a extração mineira e os parques eólicos), é um contributo para a estabilidade destes Estados e para o reforço das relações no seio da CPLP e entre eles próprios.

Na senda de um crescimento marinho e marítimo que seja sustentável, inteligente e inclusivo, a Comissão Europeia adotou a chamada Estratégia de Crescimento Azul, cujo potencial de influência ao nível da CPLP se tem vindo a tornar cada vez mais evidente e notório, tal como o ponto IV demonstra com alguns exemplos.

A sustentabilidade da exploração dos mares ao nível da CPLP (e não só) terá capacidade para gerar um valor económico deveras significativo, se se considerar, desde logo, que a ZEE de cada país membro representa em alguns casos, uma dimensão superior face à sua área geográfica (Figura 2), de que são exemplos Portugal (19 vezes mais) e Cabo Verde (199) [1] [b].

Por fim, a divulgação da imagem de Portugal como uma nação oceânica da Europa, embora de vocação ultramarina, confere-lhe o recurso a um instrumento de política pública – a

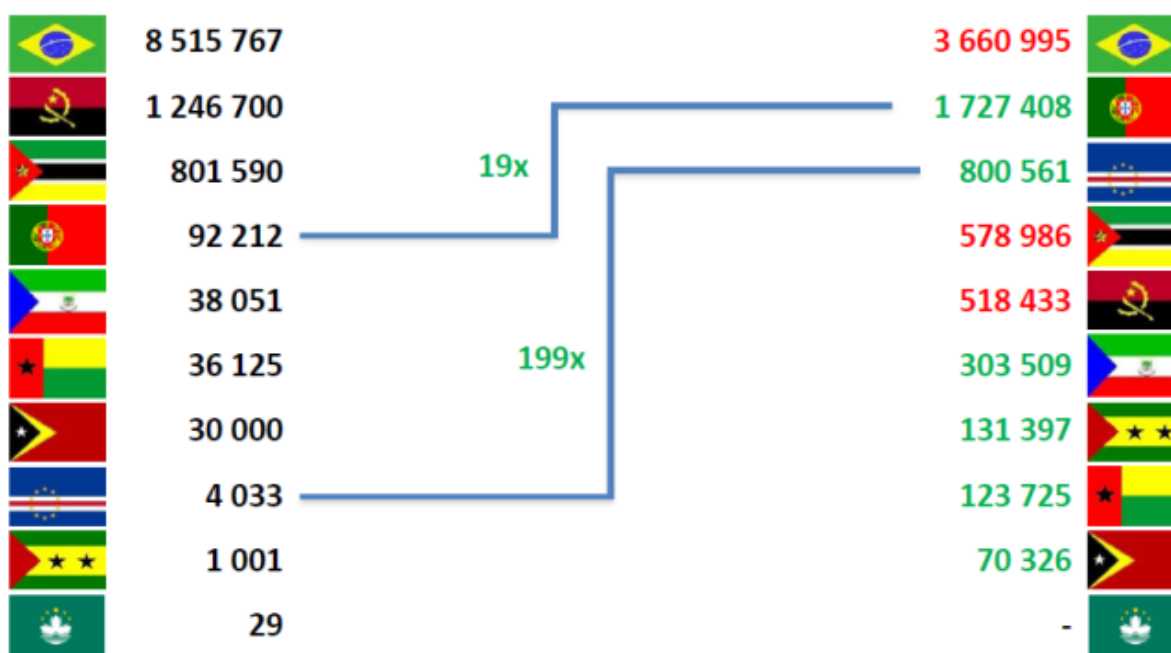
Estratégia Nacional para o Mar, abordada no ponto IV juntamente com o papel exercido por Portugal, procurando potenciar a ressurgência da sua projeção marítima e tirar partido do seu posicionamento estratégico.

II. A ESTRATÉGIA DA CPLP PARA OS OCEANOS

A necessidade de um quadro jurídico regulador de todos os usos e atividades nos oceanos e mares, bem como de um enquadramento para a sua conservação e uso sustentável dos seus recursos, conduziram à assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 10 de dezembro de 1982, entrando em vigor em 16 novembro de 1994 [c]. Esta Convenção juntamente com o reconhecimento do papel dos oceanos na preservação ambiental conferiram uma maior visibilidade às questões ligadas aos assuntos do Mar, não só no caso das nações costeiras que deles dependem diretamente, mas em todas no geral.

Mais tarde, a realização de alguns eventos, como sejam a Conferência dos Ministros

Figura 2. CPLP | Superfície geográfica versus Zona Económica Exclusiva



Fonte: Portugal Economy – PE Probe | Economic Outlook > A Lusofonia.

<http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2017/03/Dossier-ALusofonia2.pdf>
[consultada em 20.04.2017]:

responsáveis pelas Pescas da CPLP (em Moçambique, 6 e 7 de março de 2008), o I Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa (em Portugal, 2 e 3 de julho de 2008) ou o I Encontro de Portos da CPLP (em Portugal, 25 e 26 de setembro de 2008), são reveladores, já nessa altura, da aproximação política aos assuntos do mar entre países da CPLP em vários planos, incluindo o debate do projeto de uma Estratégia ao nível dos Pontos Focais e seus representantes reunidos em Lisboa, no Secretariado Executivo da CPLP (em 8 de julho de 2009).

Deste modo, ainda que a elaboração da Estratégia da CPLP para os Oceanos [2] tenha sido, anteriormente, determinada pelo Conselho de Ministros da CPLP (realizado em 2 de novembro de 2007), cuja decisão foi depois aceite na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (em 25 de julho de 2008), através da Declaração de Lisboa, esta Estratégia foi somente aprovada, em 21 de março de 2010, na I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP [3], potenciando a colaboração ao nível global das políticas dos

mares, no sentido da “elaboração de uma visão integrada com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respectivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional” [2, pp. 1-2].

Ao reger-se pelos princípios e objetivos da Comunidade, esta Estratégia representou uma prioridade, enquanto instrumento indispensável na definição de uma política transversal dos assuntos do mar da CPLP e no estabelecimento de orientações futuras, assentando nos pilares do princípio do desenvolvimento sustentável: ambiental, económica e social.

Nesta nova ordem mundial, as sinergias geradas por esta estratégia conjunta são extremamente importantes, “activando ações desde busca e salvamento marítimo, como a luta contra a pesca ilegal, o tráfico de seres humanos, o tráfico de drogas e o combate contra todas as formas de crime transnacional organizado” [4, p. 8]. As áreas prioritárias de potencial cooperação (Quadro 1) que são salientadas nesta Estratégia reportam-se às seguintes:

Quadro 1. Áreas de potencial cooperação na Estratégia da CPLP para os Oceanos

Áreas de potencial cooperação	Implicações / Aspectos a destacar
Concertação político-diplomática no plano internacional	-Criação de mecanismos específicos como as Reuniões de Ministros da CPLP responsáveis pelos Assuntos do Mar.
Conhecimento	-Destaque para a importância da investigação e do conhecimento técnico e científico, da partilha de dados e informação e da formação dos recursos humanos relacionados com o mar; -Sensibilização da sociedade civil lusófona para a relevância do Mar.
Proteção do Meio Ambiente	-Desenvolvimento sustentável como objetivo transversal aos Assuntos do Mar; -Necessidade de medidas de adaptação à mudança do clima nas regiões costeiras e de facilidade à implementação da Gestão Integrada de Áreas Marinhas e Costeiras (IMCAM); -Ações de prevenção da poluição marinha, por ex. no contexto da Convenção Internacional de Prevenção e Combate à Poluição Marinha (MARPOL).
Ordenamento do Espaço Marítimo	-Otimização do desenvolvimento de uma economia marítima sustentável e, em simultâneo, a preservação e melhor gestão do meio marinho; -Cooperação entre os países na gestão dos oceanos e das zonas costeiras; -Implementação de atividades marítimas através da partilha de conhecimentos e do aproveitamento de experiências nacionais.
Segurança e vigilância marítima	-Interligação de sistemas de controlo, acompanhamento e informação; -Atividades para procurar soluções em conjunto: busca e salvamento marítimo, luta contra a pesca ilegal, tráfico de seres humanos, contrabando, tráfico de estupefacientes e combate ao crime organizado em geral.

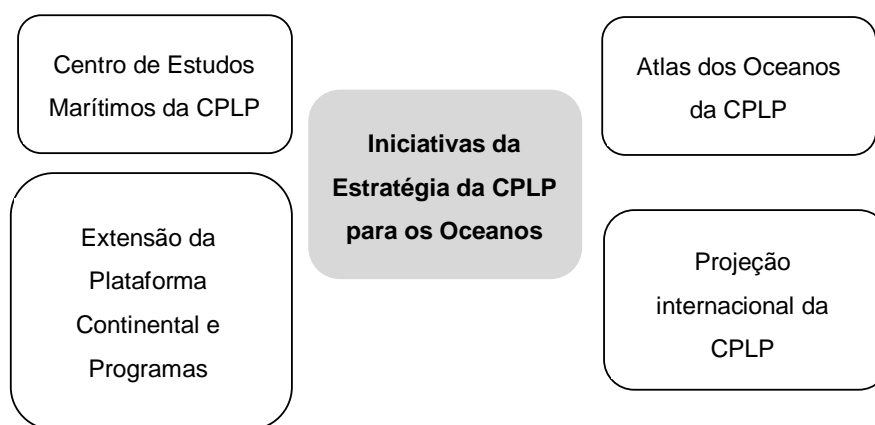
Extensão da Plataforma Continental	-Estímulo a sinergias de cooperação entre os países membros para minimizar a complexidade da preparação do processo de submissão das propostas.
Fundos marinhos (“Área”)	-Conhecimento dos recursos naturais existentes na “Área”.
Bioteecnologias (marinhas)	-Desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias e reforço de redes de ciência e investigação num ramo em forte expansão e com elevado potencial; -Difusão do conhecimento e partilha de informação entre os vários Estados.
Clusters marítimos	-Dependência da ação inovadora do setor privado e outros atores interessados, bem como coordenação entre entidades públicas; -Criação de “cluster lusófono”=>objetivo ambicioso e oportunidade vantajosa.
Energias	-Potencial de crescimento da exploração das energias renováveis (energia das marés e das ondas, aproveitamento da biomassa marinha, conversão da energia térmica e energia eólica <i>offshore</i>); -Partilha de conhecimentos, informação administrativa, técnica e científica com vista à inovação.
Pescas e Aquicultura	-Destaque para a Pesca, enquanto uma das áreas tradicionais de atividade marítima que deve ser promovida e desenvolvida com grande importância social e económica para a maior parte dos Estados da CPLP (a pesca artesanal, em paralelo com a pesca industrial, detém um grande peso no total de atividade, estando também em crescimento a pesca desportiva); -Dinamismo promissor da Aquicultura, à medida que aumenta o consumo de pescado, com limitações das capturas, em prol da sustentabilidade; -Cooperação entre os diferentes países nos domínios da formação de recursos humanos (criação de programas de capacitação destinados ao aperfeiçoamento técnico) e na investigação científica (troca de experiências e boas práticas no sentido da gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e disseminação de conhecimentos), permitindo ainda aumentar a organização da atividade e uma maior eficiência na fiscalização da pesca ilegal.
Atividade portuária, transportes e construção, desmantelamento e reparação naval	-Potencial de crescimento decorrente da significativa percentagem de bens que circulam por via marítima; -Troca de experiência e práticas entre os diversos Estados membros, incluindo a partilha de meios e tecnologias; -Formação de profissionais do mar, através do ensino profissional para cativar recursos humanos para estes domínios.
Turismo (costeiro)	-Expansão global do setor do ecoturismo, representando o ecoturismo marítimo uma oportunidade; -Desenvolvimento da náutica de recreio em concertação com a náutica desportiva para a organização de eventos desportivos no espaço lusófono; -Possibilidade de criação de rotas marítimas temáticas de cariz turístico assentes no património cultural marítimo dos povos da CPLP.

Fonte: Adaptado de ESTRATÉGIA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA OS OCEANOS, Versão revista de 20 de julho de 2009 (pp. 5-10).

No que concerne aos projetos de cooperação entre os países da CPLP, não obstante o eventual desenvolvimento posterior de outras áreas, o enfoque prioritário incide nas seguintes iniciativas (Figura 3).

A criação de um Centro de Estudos Marítimos da CPLP como uma plataforma de partilha de informação e conhecimento do Mar, uma vez

que os progressos da ciência e da tecnologia permitem alargar a base de conhecimento sobre os oceanos, pretendendo, assim, agregar as unidades de investigação dos centros de estudos dos diversos Estados membros, cuja produção científica deve servir de apoio à tomada de decisões políticas. A formação de recursos humanos e a circulação/intercâmbio de

Figura 3. Iniciativas prioritárias para a Estratégia da CPLP para os Oceanos

Fonte: Adaptada de ESTRATÉGIA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA OS OCEANOS, Versão revista de 20 de julho de 2009 (pp. 11-13).

investigadores, técnicos e outros experts entre os países da CPLP deverá ser outra aposta desta iniciativa.

A criação de um Centro de Estudos Marítimos da CPLP como uma plataforma de partilha de informação e conhecimento do Mar, uma vez que os progressos da ciência e da tecnologia permitem alargar a base de conhecimento sobre os oceanos, pretendendo, assim, agregar as unidades de investigação dos centros de estudos dos diversos Estados membros, cuja produção científica deve servir de apoio à tomada de decisões políticas. A formação de recursos humanos e a circulação/intercâmbio de investigadores, técnicos e outros experts entre os países da CPLP deverá ser outra aposta desta iniciativa.

A produção de recursos educativos e científicos comuns, nomeadamente através de um processo de atualização das cartas náuticas dos Estados membros ou do Atlas dos Oceanos da CPLP, representa um outro projeto a ter em conta, enquanto instrumento pedagógico sobre os recursos e património marítimo, incluindo o mapeamento e a inventariação dos locais de interesse. A sensibilização da sociedade civil lusófona para a importância dos temas dos oceanos inclui-se no âmbito da afirmação da cultura e identidade marítima da CPLP.

No que se refere a outra iniciativa considerada como prioritária decorrente do processo de submissão das propostas de Extensão da Plataforma Continental à Comissão de Limites da Plataforma Continental da CNUDM, os países poderão, neste sentido, beneficiar, quer da cooperação no seio da preparação dos próprios processos de extensão, quer da partilha de experiências e conhecimentos adstritos, mormente a cartografia, a hidrografia, a geologia e o direito internacional. Este tipo de cooperação permitirá uma maior articulação na exploração e na monitorização dos dados científicos, entretanto, obtidos, para além do alargamento da área de jurisdição nacional e dos recursos acrescidos de cada Estado. Urge ainda uma concertação entre os países da CPLP sobre o processo de pesquisa dos fundos marinhos, com o propósito de aquisição de competência técnica para a sua exploração (e perspetiva) económica.

Para que uma maior Projeção internacional da CPLP seria necessário uma ação concertada por parte da Comunidade e dos seus países em que o factor distintivo do mar, enquanto espaço privilegiado de cooperação, poderia servir de base, juntamente com algumas ações de apoio como sejam: i) promover a concertação no seio das organizações internacionais sempre que sejam debatidas temáticas subjacentes aos

oceanos; ii) dinamizar os Grupos CPLP, conferindo-lhes um papel mais ativo na promoção da discussão dos assuntos do mar nos países e nas organizações em que se encontram; iii) criar e divulgar um Prémio Internacional da CPLP para o Mar para distinguir o trabalho de personalidades ou instituições no contexto dos oceanos.

Perante tais áreas de potencial cooperação com iniciativas ambiciosas era, de facto, necessário que a Estratégia da CPLP para os Oceanos representasse um passo para uma política, afirmativa e assertiva, da CPLP para os oceanos à escala internacional, promovendo os interesses dos países membros de forma sustentável, como um “instrumento valioso para uma futura Política dos Oceanos da CPLP” ao corroborar “a importância de que o mar se reveste para todos os Estados membros”, capaz de consubstanciar “uma oportunidade para um melhor aproveitamento do potencial que os oceanos encerram” [2, p. 13].

Com efeito, segundo a entrevista do atual Secretário Executivo da CPLP – Murade Murargy [d], ao se promover os princípios estabelecidos na CNUDM [c], a CPLP poderá “contribuir para melhorar a gestão e o desenvolvimento sustentável dos oceanos”, através de uma “abordagem multisectorial, onde se incluem as abordagens de defesa, ambiental, científica, tecnológica, social e económica. Com a extensão das plataformas continentais, maiores serão os repositórios de recursos e o potencial generalizado do mar sob soberania e jurisdição dos Estados-membros da CPLP.” [d, p. 12]

III. AS REUNIÕES DE MINISTROS DOS ASSUNTOS DO MAR DA CPLP

Constituindo os Assuntos do Mar um domínio estratégico para o desenvolvimento, quer da CPLP (no seu conjunto), quer de cada um dos seus países, que, em virtude das suas características geográficas, formam uma rede privilegiada de desenvolvimento sustentável dos oceanos e da cooperação internacional [2].

Em prol dessas ações de cooperação na área da segurança marítima, os Ministros responsáveis pelos Assuntos do Mar (ou seus representantes consoante a lei interna de cada Estado membro) dos países da CPLP decidiram participar em reuniões conjuntas com uma frequência bienal:

- a I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP | Portugal (Oeiras) | 21 de março de 2010 [3] [5] [a];

- a II Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP | Angola (Luanda) | 1 de junho de 2012 [6] [7] [a];

Posteriormente, em 6 de junho de 2015, realizou-se, em Lisboa, a II Reunião Extraordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP [8] [a], a qual, desde logo, instou ao envidamento de esforços político-diplomáticos junto dos Estados membros para o acolhimento da III Reunião Ordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP que decorreu em Timor-Leste (Díli), em 18 de maio de 2016 [9].

Este tipo de reuniões, assistidas por um Secretariado e suportadas por uma rede de Pontos Focais que asseguram o apoio técnico e a operacionalização das propostas, facilitando a articulação entre os vários membros da CPLP, visaram a concertação entre estratégias dos oceanos, para que esta Comunidade assumisse uma voz ativa nos fóruns internacionais que tratam de questões relacionadas com os mares e oceanos.

Partindo de considerandos comuns, estas Reuniões adotaram decisões, promoveram ações convergentes e apostaram em algumas iniciativas prioritárias. O Quadro 2 resume as posições assumidas pela CPLP.

Grande parte das atividades económicas associadas ao mar, quando encaradas de forma complementar e sinérgica, possuem um significativo efeito multiplicador noutras atividades, gerando emprego, valor acrescentado e desenvolvimento económico. Por isso, o interesse da CPLP em exercer um papel ativo e construtivo no reforço da coordenação e do diálogo intersectorial entre diversas áreas, como, por exemplo, o Mar e a

Quadro 2. Súmula das Decisões e Ações das Reuniões de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP (RMAM-CPLP)

	I RMAM-CPLP (Portugal – Oeiras 21.03.2010)	II RMAM-CPLP (Angola – Declaração de Luanda 01.06.2012)	II RMAM-CPLP / Extraordinária (Portugal – Declaração de Lisboa 06.06.2015)	III RMAM-CPLP (Timor-Leste – Declaração de Díli 18.05.2016)
Algumas Decisões / Ações / Iniciativas prioritárias	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovar a Estratégia da CPLP para os Oceanos, de iniciativas específicas e do Regimento Interno enquanto instrumento regulador do funcionamento da Reunião; - Promover as seguintes ações: elaboração do Atlas dos Oceanos da CPLP; cooperação para desenvolvimento dos projetos de Extensão da Plataforma Continental e da investigação científica e proteção ambiental; cooperação na pesquisa sobre Recursos Minerais; identificação de áreas estratégicas de interesse comum aos países da CPLP no âmbito da segurança e vigilância marítima; desenvolvimento de um projeto pedagógico para a mobilização de professores, alunos e sociedade civil no tema - afirmação da cultura e identidade marítima da CPLP; criação de uma Feira do Mar da CPLP e do Centro de Estudos Marítimos da CPLP - Plataforma de Partilha de Informação e Conhecimento do Mar; intenção da nomeação de um Embaixador de Boa Vontade da CPLP para os Oceanos; frequência bial de reuniões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovar o Plano de Atividades do Secretariado Técnico Permanente; - Alcançar a gestão sustentável dos oceanos, privilegiando uma abordagem de longo prazo e de cooperação internacional, no quadro dos desafios emergentes; - Estimular a articulação da Estratégia dos Oceanos da CPLP com outras áreas setoriais da CPLP no âmbito do Desenvolvimento Sustentável e incremento da cooperação conjunta; - Recomendar o alargamento da partilha de informação e conhecimento sobre os Oceanos da CPLP e a dinamização de uma rede de cooperação e troca de informação; - Iniciar um processo de articulação e concertação com os Pontos Focais para os Assuntos do Mar; - Criar um grupo de trabalho na área de Segurança e Vigilância Marítima. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar e intensificar os mecanismos de diálogo político e técnico; - Avaliar as iniciativas definidas na Estratégia da CPLP para os Oceanos, dotando-a de um Plano de Ação; - Realçar a partilha de informação relevante no que concerne aos projetos de extensão da plataforma continental; - Salientar o papel crucial das Nações Unidas nos temas afetos ao Mar; - Reconhecer a importância estratégica da Agenda de Desenvolvimento Pós 2015; - Reiterar a relevância do desenvolvimento científico e do conhecimento dos mares, bem como o papel dos atores, públicos e privados, para o desenvolvimento sustentável dos Oceanos; - Sublinhar a importância da Economia Azul; - Destacar o impacto dos setores ligados à economia do mar; - Articular esforços no domínio da fiscalização e no combate à pesca ilegal; - Recomendar a criação de uma rede de pontos focais para o Lixo Marinho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovar o Plano de Ação de Díli para a implementação da Estratégia da CPLP para os Oceanos; - Exortar os países membros para a necessidade de impulsionar diversas iniciativas; - Instar o Secretariado Técnico Permanente ao acompanhamento da implementação e monitorização deste Plano de Ação e à mobilização de recursos; - Incentivar os Pontos Focais dos Assuntos do Mar no acompanhamento e na coordenação das atividades necessárias; - Reforçar e intensificar os mecanismos de diálogo político e técnico para o aumento da concertação político-diplomática e cooperação nos Assuntos do Mar em áreas de interesse conjunto; - Adotar a criação de uma rede de Pontos de Contacto para o tema do Lixo Marinho; - Aprovar os Termos de Referência para a criação da Feira do Mar da CPLP e do Portal Eletrónico da CPLP para os Assuntos do Mar.

Fontes: Adaptado de: DECLARAÇÃO FINAL, I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Lisboa, 21 de março de 2010; REGIMENTO INTERNO, I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Lisboa, 21 de março de 2010; DECLARAÇÃO DE LUANDA, II Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Luanda, 01 de junho de 2012; RESOLUÇÃO SOBRE OS DESENVOLVIMENTOS DA ESTRATÉGIA DOS OCEANOS DA CPLP, II Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Luanda, 01 de junho de 2012; DECLARAÇÃO DE LISBOA, II Reunião Extraordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Lisboa, 06 de junho de 2015; DECLARAÇÃO DE DÍLI, III Reunião Ordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Díli, 18 de maio de 2016.

Educação para o Desenvolvimento, enquanto contributo para o debate sobre uma nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável.

Foi, aliás, o posicionamento assumido entre os países da CPLP, designadamente na 70.^a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), cimeira histórica realizada em Nova Iorque entre 25 e 27 de setembro de 2015, em que, tal como já tinha sucedido no compromisso da CPLP com os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), subscreveram também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o horizonte 2030 [d] – a Agenda 2030 (com 17 ODS e 169 metas definidas), visando a erradicação da pobreza e o desenvolvimento económico, social e ambiental à escala global e em áreas abrangentes mas interligadas, das quais se destaca a conservação e gestão dos oceanos.

IV. O POTENCIAL DA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO AZUL DA UE NA CPLP

Cada vez mais a «economia azul» se encontra no centro do processo de desenvolvimento sustentável dos países – cenário este a que a CPLP não é alheia.

Os mares e oceanos dispõem de um valor intrínseco inestimável, exercendo um papel económico significativo. Por exemplo, no caso de dados relativos à UE [10] [11] [e] [f] [g]:

- 3% a 5% do seu PIB é proveniente do setor marítimo;
- cerca de 90% do comércio externo e 43% do comércio entre países da UE é realizado por via marítima;
- a construção naval europeia representa 10% da produção mundial e ocupa a primeira posição mundial ao nível do valor de produção;
- paralelamente às atividades tradicionais (pesca e aquicultura), outras mais recentes como sejam a extração de minérios, os parques eólicos ou as explorações piscícolas, estão a registar uma crescente evolução.

Contudo, a exploração não sustentável dos mares ameaça seriamente o equilíbrio dos ecossistemas marinhos, cujos danos ambientais e perda de diversidade acarretam consequências graves para a vida selvagem e atividades humanas dependentes deste recurso, ao que acresce uma intensificação da concorrência pela utilização do espaço marítimo.

Perante tal cenário, a Comissão Europeia pretende uma exploração rigorosa e sustentável dos recursos marinhos que permita o desenvolvimento do rico património marítimo da Europa, partindo do pressuposto de que a proteção do ambiente está interligada com o crescimento económico. Por isso, é dado início a um processo para tornar a pesca sustentável do ponto de vista ambiental, económico e social, promovendo, em simultâneo, a responsabilização do setor pela boa gestão dos mares.

Para além da reforma da política comum das pescas (a nova política entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014) [h], a Comissão Europeia propôs o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) para o período 2014-2020 [10] [11] [i], dispondo de um orçamento de 6 500 milhões de euros, destinado ao cofinanciamento de projetos com Estados-Membros (princípio da «gestão partilhada») que sejam transversais ao domínio marítimo e promovam a diversificação, a inovação e o crescimento sustentável. Este fundo representa um instrumento para colocar em prática a agenda social da Comissão Europeia assente, nomeadamente na “transição para uma pesca sustentável e a criação de uma economia azul inteligente” [10, p. 4], cujos setores marinho e marítimo (a «economia azul») “representam 5,6 milhões de empregos e um valor acrescentado bruto de 495 000 milhões de euros por ano” [10, p. 7].

No sentido de um crescimento marinho e marítimo sustentável, a Comissão Europeia identifica os setores mais promissores e com elevado potencial de emprego, que vão desde os tradicionais como o turismo marítimo e a aquicultura, a setores em desenvolvimento como a biotecnologia marinha, passando a

outros de evolução mais recente, tais como a extração mineira no alto mar e a energia oceânica.

Esta estratégia de «Crescimento Azul», adotada Comissão Europeia, assenta num crescimento sustentável dos oceanos, mares e regiões costeiras, reunindo todos os intervenientes (países da UE, regiões e empresas) para superar os desafios e promover a sua utilização sustentável e mais produtiva com o foco de atenção virado para áreas com maior potencial de crescimento em termos de lucros e emprego, tais como o turismo costeiro, o setor dos cruzeiros, as energias renováveis dos oceanos, a exploração mineira dos fundos marinhos e até a energia eólica offshore [11].

Este Crescimento enquanto contributo da política marítima integrada da UE para atingir, a longo prazo, os objetivos da Estratégia Europa 2020 em matéria de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, assentou no principal objetivo da Comunicação da Comissão Europeia sobre o «Crescimento Azul – oportunidades para o crescimento marinho e marítimo sustentável», adotada em 13 de setembro de 2012 [12]: fornecer aos decisores a nível comunitário uma análise completa, robusta e coerente de eventuais futuras opções estratégicas capazes de sustentar um crescimento “inteligente, durable et inclusive des océans, des mers et des côtes” [13, p. 5].

A proposta da Comissão Europeia «Conhecimento do Meio Marinho 2020» [14], datada de setembro de 2010 e destinada a libertar o potencial do conhecimento do meio marinho da Europa, representou uma das ferramentas colocadas à disposição dos Estados-Membros da UE para uma melhor compreensão dos mares e oceanos, com o intuito de reforçar a competitividade e o crescimento, através do agrupamento de dados coerentes sobre o meio marinho, colocados à disposição do público de forma gratuita, procurando permitir o cumprimento dos objetivos da Estratégia Europa 2020.

A crescente importância que se atribui à economia relacionada com o mar está relacionada com a Estratégia do Atlântico,

proposta pela Comissão Europeia e lançada, oficialmente, em Lisboa em novembro de 2011 [15], enquanto “subproduto da Política Marítima Europeia Integrada”, está “especificamente orientada para o conhecimento, proteção e exploração das potencialidades do Oceano Atlântico” [15, p. 4] – o segundo maior oceano do Planeta, podendo ainda reforçar “as potencialidades de uma nova centralidade de Portugal, também, enquanto plataforma de ligação a outros Países da CPLP” [16, p. 1].

Em março de 2012, a Declaração da CPLP sobre a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável que decorreu no Rio de Janeiro de 20 a 22 de junho de 2012 (a Rio+20), assinalava, como uma das áreas prioritárias para essa conferência, o “contributo para uma gestão sustentável dos oceanos, privilegiando uma estratégia de longo prazo e de cooperação internacional, assente nos pilares ambiental, económico e social no quadro de uma economia azul” [j].

Não será por acaso que a II Reunião Extraordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP [8] teve lugar no contexto da iniciativa portuguesa da Semana Azul celebrada em Lisboa, em junho de 2015, permitindo um encontro alargado de diversos intervenientes/protagonistas ligados aos assuntos marítimos em três domínios: i) a presença dos ministros na respetiva reunião ministerial; ii) os negócios discutidos no Blue Business Forum; iii) a reflexão estratégica e científica durante o evento World Ocean Summit.

Destacar o potencial da Economia Azul ao integrar o leque dos desideratos desta Reunião, no seio do desenvolvimento sustentável, “numa perspetiva de criação de riqueza e de emprego, de combate à pobreza, crescimento económico sustentado, segurança alimentar e proteção do ambiente marinho e da biodiversidade” [8] [a].

Paralelamente às indústrias tradicionais (construção naval, pesca e aquicultura), assiste-se à prossecução de novas atividades, tais como a extração mineira e os parques eólicos [11].

A propósito deste último caso referido e como exemplo, a nível nacional, de aposta numa área emergente da produção eólica com forte potencial de crescimento, eis o projeto da EDP (DEMOGRAVI3) que, através de financiamento europeu (programa Horizonte 2020) irá desenvolver uma nova tecnologia para produção eólica offshore [k], visto que o vento é mais forte e constante no mar, potenciando maior produtividade. A principal inovação consistirá em evitar a necessidade de navios de grande capacidade para ancorar e para montar todos os elementos da turbina em ambiente offshore. De relevar que se prevê um aumento do número de postos de trabalho neste domínio – dos 35 000 existentes em 2010 para cerca de 170 000 até 2020 [11].

Ademais, o recurso crescente às energias renováveis conducente a uma maior competitividade, acrescido do contributo que podem dar no combate às alterações climáticas, tem-se verificado uma tendência progressiva da capacidade instalada deste tipo de energia, tendo os oceanos um papel fundamental nessa expansão.

Uma das apostas estratégicas do Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019 de Portugal corresponde, precisamente, ao “desenvolvimento de um espaço de cooperação multifacetado da CPLP, no âmbito da investigação científica em torno do mar, do comércio internacional, da valorização da orla costeira, da promoção da pesca e da exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos, através da criação de um programa: os Oceanos da Língua Portuguesa.” [l, p. 251].

Já o estudo “Blue Growth for Portugal – Uma visão empresarial da economia do mar” [17], datado de Novembro de 2012 e desenvolvido por Tiago Pitta e Cunha, com o apoio da COTEC – Portugal (Associação Empresarial para a Inovação), evidenciou o elevado potencial de vários setores da economia do mar, com impacto direto, quer na criação de emprego, quer no volume de negócios gerado. Portugal “podia ser um gigante marítimo, mas na prática não passa de um anão” [18], na

medida em que a riqueza que se desenvolve em torno do mar português vale menos de metade do que sucede noutros países com costa, nos quais os efeitos diretos são calculados na ordem dos 5% ou 6% do PIB enquanto em Portugal rendem apenas 2%. Por esse motivo, entre recomendações e medidas sugeridas para que o crescimento da economia do mar se tornasse uma realidade no curto e médio prazo, destaque para um choque fiscal na área dos transportes marítimos e a aposta numa marca nacional que valorizasse o peixe português que é internacionalmente conhecido pela qualidade.

Outro exemplo que reflete a influência do potencial da Estratégia de Crescimento Azul da UE consiste na aprovação, datada de novembro de 2015, da Carta a favor da promoção do Crescimento Azul em Cabo Verde (Resolução n.º 112/2015) [m] [n], com os seguintes objetivos:

- promover um desenvolvimento durável das zonas oceânicas e costeiras;
- minimizar a degradação do ambiente, a perda da biodiversidade e a utilização não durável dos recursos marinhos;
- maximizar os benefícios económicos e sociais das populações.

Este documento assenta na visão do Crescimento Azul, nas grandes opções estratégicas e nos resultados esperados para os setores de Pescas e Aquacultura, Comércio, valorização e segurança alimentar, Ambiente, Ecoturismo aquático, Transporte marítimo e desenvolvimento portuário, Desenvolvimento urbano e gestão responsável do litoral, Serviços e investigação científica e Segurança. Claro sinal de que este arquipélago está a colocar a «economia azul» no centro do seu desenvolvimento sócio-económico.

A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP 21) que decorreu em Paris, entre 30 de novembro e meados de dezembro de 2015, procurou também alcançar um acordo – certamente, considerado como histórico para alguns, mas para outros aquém das expectativas – relevando o papel dos oceanos na captura de carbono atmosférico no

caminho para alcançar a neutralidade das emissões dos gases com efeito de estufa até à segunda metade do século. Contudo, a acidificação dos oceanos poderá enfraquecer este recurso natural, dificultando o alcance dessa neutralidade [o].

V. O PAPEL DE PORTUGAL E A SUA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR

Passada a viragem do 1.º para o 2.º quartel do século XXI, durante a qual Portugal se deveria ter tornado “num actor marítimo relevante, ao nível global” [19], devendo aproveitar este domínio estratégico para impulsionar o seu desenvolvimento económico e social, na medida em que o Mar enquanto espaço de afirmação estratégica e cultural pretendia e ainda pretende, em virtude do interesse nacional permanente, afirmar Portugal em três áreas:

“O desenvolvimento económico das actividades marítimas, como fontes de riqueza de grande potencial;

A segurança e defesa do mar, como condição essencial à vivência da nossa comunidade;

A preservação ambiental, como pilar do uso perpetuado do mar” [20].

Prosseguir uma gestão sustentada para usufruir das potencialidades económicas, políticas e culturais constitui um dos objetivos que consta no Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos [21] que contempla 250 recomendações e propostas de ação, entre elas a divulgação da imagem de Portugal como uma nação oceânica da Europa. O instrumento de política pública com vista à exequibilidade dessas observações correspondeu à Estratégia Nacional para o Mar [22], datada de 2006, para que Portugal pudesse proteger e valorizar o inestimável recurso que o Oceano representa, reforçando a ressurgência da projeção marítima do país.

Porém, é “debatível se a formulação desta Estratégia cumpriu a missão atribuída” [23], uma vez que mais tarde (2013), foi apresentada uma nova Estratégia Nacional para o Mar para

o período 2013-2020 [24], sujeita a um procedimento de discussão pública que decorreu entre 1 de março e 31 de maio de 2013, assentando num novo modelo de desenvolvimento do oceano e das zonas costeiras para que Portugal pudesse responder aos desafios colocados à promoção, ao crescimento e à competitividade da economia do mar, tendo presente as significativas alterações registadas a nível europeu e mundial.

No quadro da CPLP, Portugal pode e deve contribuir “para a produção de pensamento estratégico no que respeita à concertação de posições sobre as políticas marítimas globais” [24, p. 42]. Não se trata de enfrentar novamente o dilema «integração europeia» ou «integração ultramarina», assim designado por Manuel Braga da Cruz, em que, até certa altura se procurou “usufruir das vantagens da integração europeia sem perder a exclusividade dos benefícios da dominação ultramarina” [25].

Embora de vocação ultramarina, Portugal é também europeu. No último quartel do século XX, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e uma nova conceção estratégica na política externa consubstanciaram um poderoso vetor de modernização do país, no entanto, no final da primeira década do século XXI, a crise que se desenvolveu e se acentuou, quer a nível europeu, quer no plano internacional, impôs uma reflexão sobre o posicionamento estratégico de Portugal, atendendo à necessidade de encontrar novas vias de resposta às alterações que se faziam sentir [26].

Deste modo, perante “o duplo contexto – MAR e CPLP” como é referido pelo Almirante António Rebelo Duarte [27, p. 2], ou seja, as duas “janelas de liberdade e oportunidade” mencionadas pelo Prof. Adriano Moreira [28], uma renovada estratégia nacional se manifesta, devendo passar pela “consolidação do poder funcional que lhe advém da condição de plataforma oceânica de fachada atlântica.” [27, p. 2].

Porém, a questão dos transportes é uma «janela do problema», sendo necessário articular a segurança entre o Atlântico Norte com a do

Atlântico Sul, designado por Adriano Moreira, como o «Oceano Moreno» [29] que desafia as responsabilidades de Portugal, de Cabo Verde, do Brasil, de S. Tomé e de Angola. Poder-se-á pensar / imaginar “numa bandeira CPLP para a marinha mercante, para a batalha dos transportes marítimos (...) e também para a exploração dos recursos vivos do mar (...)” [30].

Deste modo, da «bandeira marítima da CPLP» decorrem não só implicações inerentes à segurança dos mares, mas também à segurança humana, expressa em direitos sociais e dignidade. A necessidade de revalorização estratégica do Atlântico Sul, considerado o mar da CPLP por excelência, na sequência das descobertas de significativos recursos petrolíferos ao largo das costas do Brasil e na África Ocidental, conduz também ao desejo de convergência quanto à necessidade da criação de uma arquitetura de segurança tendo presente os desafios da criminalidade transnacional organizada e a emergência de atividades irregulares e ilícitas de que o Golfo da Guiné é um exemplo.

Por isso, na esfera da segurança, a adoção da Estratégia para os Oceanos da CPLP tem que ser valorizada, uma vez que era fundamental que fossem acautelados os valores dos seus interesses nacionais e salvaguardadas as soberanias marítimas dos seus estados, de forma a dinamizar com “maior potencial de partilha e interesse comum” [27, p. 8] um domínio de cooperação assente no setor naval e na segurança marítima, susceptível de acrescentar valor ao desenvolvimento do conjunto de países, sem descuidar o respeito pelas “opções de alianças e de estratégias de cada um” [27, p. 13].

A própria edição de Outubro de 2012 da revista britânica “MONOCLE” [31], dedicada à geração lusófona, lançou um alerta mediático para determinados fatores críticos de sucesso, em particular para a necessidade de se olhar para o mar, na medida em que “Every Lusophone country has a coast – perhaps it’s time for a Lusophonic Navy” [31, p. 034], realçando o papel do arquipélago dos Açores

enquanto fonte de oportunidades, designadamente pelo facto de muitas rotas marítimas ali fazerem escala, pelo que poderia servir como um ponto estratégico para a navegação do Atlântico Norte, além de se poder assumir como um embrião da construção naval mundial, isto é, “could be a global hub for maritime construction and repair” [31, p. 077].

Os oceanos sempre fizeram, assim, parte do intercâmbio de culturas, pessoas e bens entre os países, cujas áreas marítimas sob jurisdição de cada Estado lusófono são tão vastas que representam um fator estratégico determinante para o seu futuro, pelo que só trabalhando em conjunto, adotando uma “estratégia e visão política globais, com instrumentos institucionais e meios orçamentais à altura” [27, p. 13], será possível continuar a trilhar o caminho de convergência, sem dele desistir porque este se faz “caminhando” [27, p. 13] – já assim dizia o poeta espanhol Antonio Machado (1875-1939) – e eu acrescentaria “e também navegando...”.

VI. CONCLUSÕES E ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Os Assuntos do Mar da CPLP incluem um objetivo transversal – o desenvolvimento sustentável e os oceanos, pela sua natureza, constituem espaços de cooperação, partilha e utilização comum. Porém, a diversidade de intervenientes, as especificidades (regionais e locais) de cada país membro, para além das múltiplas atividades ligadas ao mar, tornam necessário o recurso a ferramentas de governação adequadas, claras e de espírito consensual, contribuindo para uma estratégia para os oceanos competitiva e sustentável.

Para isso, o enquadramento institucional revela-se fundamental, podendo ser ajustado à implementação de políticas marítimas integradas, mediante os diversos modelos de gestão dos assuntos do mar, a necessidade de planeamento e ordenamento espacial das atividades marítimas nos vários países da CPLP e o enquadramento dos seus regimes legais.

Deste modo, a partilha do conhecimento adquirido e de boas práticas, suscitando

abordagens de forma participativa que envolvam os diferentes interessados, conduzem a mecanismos específicos de cooperação e mobilização da CPLP que deverão concertar, quer as políticas dos oceanos entre os seus membros, quer também as posições desses países nos assuntos do mar no plano dos fora internacionais. Esta concertação de políticas assenta na dinâmica entre os países da CPLP através da realização de Reuniões de Ministros da CPLP responsáveis pelos Assuntos do Mar, representando a esfera da economia do mar um dos vetores do potencial de promoção da relevância estratégica da CPLP no plano internacional, entre outros (energia, agricultura, turismo, língua e cultura).

Destarte, na execução de projetos, as áreas privilegiadas passam pela concertação no plano internacional, cooperação técnico-científica (sobretudo ao nível do processo de extensão da plataforma continental e da partilha de conhecimento), inovação e investigação marítima, capacitação de recursos humanos e afirmação da cultura e identidade marítima da CPLP.

O pacote de medidas propostas pela Comissão Europeia demonstra que a economia do mar integra, inquestionavelmente, a economia de futuro. Por isso, a iniciativa comunitária – a Estratégia de Crescimento Azul – está relacionada com o papel do novo quadro legal do ordenamento do espaço marítimo em contexto europeu, identificando alguns domínios estratégicos de intervenção preferencial, cuja extrapolação para o seio da CPLP se tem vindo a evidenciar em alguns dos seus membros, como Portugal e Cabo Verde, que cada vez mais colocam o potencial da economia azul no centro do seu processo de desenvolvimento sustentável.

Paralelamente à reforma da política comum das pescas, a Comissão Europeia propôs o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (2014-2020), enquanto instrumento fundamental no decurso desse processo de reforma e transição para a sustentabilidade.

Para aproveitar o domínio estratégico associado ao Mar, enquanto espaço de afirmação

estratégica e cultural, Portugal pretende impulsionar o seu upgrade económico e social, apostando na ressurgência da sua projeção marítima, em virtude do interesse nacional permanente e enquanto a nação oceânica da Europa, através da sua Estratégia Nacional para o Mar (2013-2020), de modo a fazer face aos desafios colocados à promoção, ao crescimento e à competitividade da economia do mar.

No quadro da CPLP e em prol do velejar da sua bandeira, Portugal pode e deve contribuir para a existência de posições concertadas sobre as políticas marítimas integradas dos seus diversos parceiros, podendo ainda também explorar o potencial de um domínio de cooperação assente no setor naval e na segurança marítima.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

- [1] A LUSOFONIA, Portugal Economy – PE Probe | Economic Outlook (Última atualização: 09.03.2017).
- [2] ESTRATÉGIA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA OS OCEANOS, Versão revista de 20 de julho de 2009.
- [3] DECLARAÇÃO FINAL, I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Lisboa, 21 de março de 2010.
- [4] COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (Jul.-Set. 2011), «CPLP comemora 15º aniversário solidária na diversidade», CPLP Revista, N.º 0, Lisboa: CPLP, p. 8.
- [5] REGIMENTO INTERNO, I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Lisboa, 21 de março de 2010.
- [6] DECLARAÇÃO DE LUANDA, II Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Luanda, 01 de junho de 2012.
- [7] RESOLUÇÃO SOBRE OS DESENVOLVIMENTOS DA ESTRATÉGIA DOS OCEANOS DA CPLP, II Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Luanda, 01 de junho de 2012.

- [8] DECLARAÇÃO DE LISBOA, II Reunião Extraordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Lisboa, 06 de junho de 2015.
- [9] DECLARAÇÃO DE DÍLI, III Reunião Ordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Díli, 18 de maio de 2016.
- [10] COMISSÃO EUROPEIA, Compreender as políticas da União Europeia: Assuntos Marítimos e Pescas | Salvar o futuro dos nossos mares, gerando mais prosperidade, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2014.
- [11] COMISSÃO EUROPEIA, Compreender as políticas da União Europeia: Pescas e assuntos marítimos | Salvar o futuro dos nossos mares, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2013.
- [12] EUROPEAN COMMISSION – Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions “Blue Growth – opportunities for marine and maritime sustainable growth”, COM(2012) 494 final, Brussels, 13.09.2012.
- [13] EUROPOLITIQUE - Le quotidien des affaires européennes, N.º 4483 «Politique Maritime – La Commission veut développer le potentiel économique de la mer», Europe Information Service S.A. (EIS), Bruxelas, 11.09.2012, p. 5.
- [14] COMISSÃO EUROPEIA, Conhecimento do meio marinho 2020: uma melhor compreensão dos nossos mares e oceanos para reforçar a competitividade e o crescimento, IP/10/1117, Bruxelas, 13 de setembro de 2015.
- [15] TEIXEIRA, Maria Fernandes (2012), «Estratégia do Atlântico: desafios e oportunidades», Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal, N.º 2, Lisboa: IEP – UCP, março, pp. 3-13.
- [16] LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2012), «Nota Editorial», Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal, N.º 3, Lisboa: Instituto de Estudos Políticos (IEP) – Universidade Católica Portuguesa (UCP), julho, pp. 1-2.
- [17] Relatório “Blue Growth for Portugal – Uma visão empresarial da economia do mar”, da autoria de Tiago Pitta e Cunha, com o apoio da COTEC Portugal (Associação Empresarial para a Inovação), Novembro 2012.
- [18] Notícia “Portugal podia ser um gigante marítimo, mas não passa de um anão”, disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7B0E6B2E43-F200-4AD5-9602-C71332438002%7D> [consult. em 15.11.2012].
- [19] Relatório Final “O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa.”, SaeR / Associação Comercial de Lisboa (ACL), 17 de Fevereiro de 2009, p. 470.
- [20] Intervenção de VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo «O mar enquanto espaço de afirmação estratégica e cultural. A Perspectiva Portuguesa», Congresso “Os Mares da Lusofonia”, Gare Marítima Alcântara-Lisboa, 26 e 27 de setembro de 2008. (Texto policopiado)
- [21] Relatório “O Oceano. Um Desígnio Nacional para o Século XXI”, Comissão Estratégica dos Oceanos, Lisboa, 2004.
- [22] Estratégia Nacional para o Mar, República Portuguesa, Lisboa, 2006.
- [23] GRAÇA, Pedro Borges (2008), «O Papel das Informações Estratégicas na Projecção Marítima de Portugal», Cadernos Navais – Seminário “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”, N.º 24, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, p. 89.
- [24] Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, Governo de Portugal, 2013.
- [25] Intervenção de BRAGA DA CRUZ, Manuel, «A questão colonial, a política externa e o 25 de Abril», Colóquio sobre o 25 de Abril, Associação 25 de Abril, Acedido em 28 de junho de 2013, in:

http://www.25abril.org/a25abril/get_documento.php?id=87

[26] RIBEIRO, Sónia (2011), «Portugal e o Mar no último meio século. Evolução, transição e opções estratégicas», *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal*, N.º 1, Lisboa: IEP – UCP, pp. 70-82.

[27] REBELO DUARTE, António (Alm.), comunicação intitulada “A CPLP, uma comunidade à procura de um caminho”, durante a sessão de tomada de posse de Académico de Número do Senhor Almirante António Rebelo Duarte, realizada em 03 de novembro de 2015, no auditório Adriano Moreira da Sociedade de Geografia de Lisboa e promovido pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

[28] MOREIRA, Adriano (2015), *Memórias do Outono Ocidental – Um Século sem Bússula*, Edições Almedina, novembro, pp. 151-153.

[29] MOREIRA, Adriano (1987 – 1. ed. 1974), *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*, Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, p. 239 ss.

[30] MOREIRA, Adriano, intervenção intitulada «Uma Bandeira Marítima para a CPLP», Conferência de Encerramento do ciclo “A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa”, Academia de Marinha, Lisboa, 27 de setembro de 2011. (Texto policopiado)

[31] MONOCLE: a briefing on global affairs, business, culture and design, «Generation Lusophonia: why Portuguese is the new language of power and trade», issue 57, volume 06, London, October 2012.

WEBGRAFIA

[a] CPLP > Assuntos do Mar

<https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=3826>

[b] Portugal Economy – PE Probe | Economic Outlook > A Lusofonia (Última atualização: 09.03.2017)

<http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2017/03/Dossier-ALusofonia2.pdf>

[c] Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)

http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/convention_overview_convention.htm

[d] Portugal Global > Grande Entrevista com o Secretário Geral Executivo da CPLP – Murade Murargy (14.11.2015)

http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/RevistaImprensaNacional/Macroeconomia/Documents/CPLP_PVista.pdf

[e] Comissão Europeia > Assuntos marítimos > Política marítima integrada > Crescimento Azul

http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/blue_growth_pt

[f] Europa > Domínios de intervenção da UE > Assuntos marítimos e Pescas

https://europa.eu/european-union/topics/maritime-affairs-fisheries_pt

[g] Compreender as políticas da União Europeia: Assuntos marítimos e Pescas

<https://bookshop.europa.eu/pt/maritime-affairs-and-fisheries-pbNA0416152/?CatalogCategoryID=sciep2OwkgkAAAE.xjhtLxJz>

[h] European Commission > Fisheries > Reform of the common fisheries policy

https://ec.europa.eu/fisheries/reform_en

[i] Comissão Europeia > Pesca > A Política Comum das Pescas > Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)

https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/emff_pt

[j] Declaração da CPLP sobre a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (21.03.2012)

<https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4192&PID=10009&M=NewsV2&Action=1&NewsId=1896¤tPage=6>

[k] O Jornal Económico (OJE) > Energia eólica no mar. EDP desenvolve nova tecnologia (30.11.2015)

<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/energia-eolica-no-mar-edp-desenvolve-nova-tecnologia-42591>

[l] PROGRAMA DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL 2015-2019

<https://www.parlamento.pt/Documents/2015/novembro/ProgramaXXIGC.pdf>

[m] AICEP Portugal > Carta do Crescimento Azul – Cabo Verde (30.11.2015)

<http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7B3F4589A6-BD53-42D1-A2EE-2FAB26F54924%7D>

[n] Base de dados Jurídica | Legis-PALOP

<http://www.legis-palop.org/bd/>

[o] COP 21 | Sustainable Innovation Forum 2015

<http://www.cop21paris.org/>

CATOLICA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS
LISBOA

PROGRAMA AVANÇADO EM ESTUDOS DO MAR
PORTUGAL, A EUROPA E OS OCEANOS
QUESTÕES DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

DIREÇÃO CIENTÍFICA
Almirante Nuno Vieira Matias

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Doutora Sónia Ribeiro

PLANO CURRICULAR

MÓDULO I OS OCEANOS NO SÉC. XXI A Dimensão Global e Europeia	MÓDULO II PORTUGAL E A ECONOMIA DO MAR	SEMINÁRIOS SETORIAIS Questões fundamentais da Economia do Mar em Portugal
<ul style="list-style-type: none"> • Dimensões estratégicas do Mar no séc. XXI • A UE, Portugal e o Oceano: as políticas e estratégias. • Defesa e Segurança Marítimas na Europa e em Portugal • Direito Internacional do Mar: desafios para o séc. XXI • Direito Marítimo e Portuário • Clusterização da Economia do mar • O valor económico dos serviços do oceano - uma questão de governança 	<ul style="list-style-type: none"> • O Ordenamento do Espaço Marítimo em Portugal • Negócios do mar em Portugal. Desafios e oportunidades • Os Recursos do Mar Profundo I – Recursos Genéticos • Os Recursos do Mar Profundo I – Recursos Minerais 	<ul style="list-style-type: none"> • A tecnologia no futuro da economia do mar • Energias renováveis marinhas • Pesca – a cadeia de valor do pescado em Portugal • Aquicultura em Portugal. Desafios e Oportunidades de crescimento • Portos, Logística e Transporte Marítimo • Administração marítima e portuária • Náutica de Recreio e Turismo Náutico

www.iep.lisboa.ucp.pt/liam / paem.iep@iep.lisboa.ucp.pt

Instituto de Estudos Políticos - Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima | 1549 - 023 Lisboa - Dra. Cátia Silva Tel. 21 721 41 29 - Fax: 21 727 18 36

Portugal e o Atlântico Norte: a eterna conexão

Portugal and the North Atlantic: the eternal connection

Ana Cláudia Manuelito

Mestre em Relações Internacionais (UCP-IEP) | manuelito.ac@gmail.com

Resumo

Estamos perante um século cada vez mais desafiante a nível geopolítico e securitário. O Atlântico Norte não é exceção. Trata-se, de facto, de um espaço geográfico que integra um dos nove choque-points do comércio internacional, nos quais se verificam continuamente transformações a nível geopolítico e securitário. Estas transformações, pela importância de que se revestem e pelas implicações que delas decorrem, são vitais, especialmente para Portugal mas também para outros atores, nomeadamente as Nações Unidas, a União Europeia, a NATO e os Estados Unidos da América.

Mercê da expectável aprovação do aumento da extensão da sua plataforma continental, Portugal está muito perto de se tornar num dos maiores países marítimos do mundo. Face ao cenário apresentado, é extremamente relevante a reflexão sobre o seu papel no Atlântico Norte, nomeadamente ao nível da segurança, da defesa e da vigilância e a análise dos meios ao dispor do Estado português, sendo estes os objetivos do presente exercício.

Palavras-chave: Portugal, Atlântico Norte, Segurança, Defesa, Vigilância.

Abstract

We find ourselves in a century increasingly challenging in terms of geopolitics and security. The North Atlantic would be no exception. In fact, this geographic space integrates one of the nine chock-points of the international trade where there are continuously geopolitical and security transformations. This transformations, taking into account its importance and its implications, are vital, especially for Portugal but also for other actors, namely the United Nations, the European Union, NATO and the United States of America.

Result of the expected approval of the extension of its continental platform, Portugal is very close to becoming one of the largest maritime countries in the world. Moreover, taking into account the scenario presented, it is extremely relevant the reflection about the role of Portugal in the North Atlantic, namely concerning the spheres of security, defense and vigilance, as well as the analyze about the means at its disposal. These are the aims of the present exercise.

Key words: Portugal, North Atlantic, Security, Defense and Vigilance

I – O papel de Portugal no Atlântico Norte

Como é do conhecimento geral, o oceano Atlântico é um espaço geopolítico fundamental para os atores que compõem a sua arquitetura de segurança. Portugal, enquanto um destes atores, deve focar-se naqueles que são os seus contributos para a manutenção deste espaço marítimo, nomeadamente ao nível da segurança, da defesa e da vigilância.

Com efeito, os contributos do país no Atlântico Norte são muito vastos e o seu papel essencial para a continuidade deste espaço vital. Assim sendo, “a defesa nacional, segurança e vigilância caracteriza-se por uma dinâmica interdependente ao nível das forças e meios, quer ao nível interno, quer ao nível externo”[1]. Deste modo, o contributo de Portugal dependerá das relações que estabelecer com os demais atores que atuam neste espaço marítimo. De facto, na nossa opinião, Portugal deve apostar na definição do rumo a seguir num curto-médio prazo ao nível da salvaguarda dos interesses marítimos nacionais. Como refere MATIAS (2004), “Portugal tem uma dupla necessidade vital do mar. É que, se por um lado a manutenção da sua própria identidade depende do aproveitamento dos traços de carácter de raiz marítima, também a importância económica do mar é essencial à sua sobrevivência”[2].

De acordo com a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, “Portugal é um país imenso e um dos grandes países marítimos do mundo, com um acrescido potencial geoestratégico, geopolítico e económico”[3] e portanto será, com certeza, neste potencial que queremos apostar e desenvolver a curto-médio prazo.

No entanto, é certo também que nenhum país do mundo é capaz de garantir autonomamente a segurança indispensável ao usufruto de um espaço e de um recurso como o mar. No caso português, é importante que o país contribua de uma forma positiva e contínua para os elevados índices de segurança do Atlântico Norte. Face a esta insuficiência individual, abre-se “espaço à cooperação internacional, através da qual se visa

assegurar as melhores condições de controlo e atenuar o vasto leque de ameaças que se podem concretizar no mar, nas zonas costeiras e portuárias ou a projetar em terra”[4]. Todavia, importa ter em conta que “existem sempre limitações relativamente ao grau de segurança a alcançar, porque a segurança plena é uma utopia, já que obriga a neutralizar todas as eventuais ameaças de forma duradoura. Nestas circunstâncias, impõem-se que o Estado identifique qual o nível de esforço que pode assumir, no quadro das suas obrigações, para conseguir um nível de segurança satisfatório”[5].

É por isso que, para Portugal, “assumir as suas responsabilidades nos processos e atividades das alianças em que participa e também para a defesa das fronteiras e dos espaços marítimos sob jurisdição nacional, é imprescindível dispor do poder naval”[6].

É premente que Portugal continue a valorizar a segurança no Atlântico Norte como parte integrante da sua própria segurança enquanto Estado soberano, cujo estatuto lhe exige a total jurisdição do território nacional e empenho ao nível do exercício da sua autoridade. Caso estas premissas não sejam respeitadas, poder-se-á verificar uma realidade que RIBEIRO (2004) nos refere como a ausência de “capacidade para gerir os respetivos recursos, nem para garantir uma utilização racional. Por isso, outros Estados mais capazes demonstram uma crescente apetência para alargar as suas competências nesses espaços”[7].

Com o objetivo de evitar que o cenário acima descrito se torne uma realidade, e também tendo em conta que o mar sempre foi parte integrante da identidade e do espírito português, o país tem vindo a desenvolver consideráveis esforços na retoma destes temas, no sentido de ter uma presença e ação efetivas em todos os seus fóruns. Assim, consideramos que a contribuição de Portugal para a segurança do Atlântico Norte, a nosso ver, também pode ser feita através da participação do país em todas as iniciativas relacionadas com os assuntos marítimos.

Portugal, enquanto nação soberana e autónoma, no quadro dos contributos e relações com os demais atores do Atlântico Norte, tem codesenvolvido um conjunto de iniciativas¹ que promovem a interconexão e a defesa de políticas de segurança, visando reforçar o papel de cada um num recurso de todos – o mar. Como podemos comprovar adiante, estas iniciativas têm um carácter nacional e/ou internacional, não obstante o objetivo ser comum.

Destacamos, para o efeito, a criação em 2003, por parte de Portugal, da Comissão Estratégica dos Oceanos, constituída com o principal objetivo de elaborar um relatório, mais tarde intitulado “O Oceano, um desígnio nacional para o século XXI”. Este trabalho foca em particular “a necessidade de Portugal dever gerir a área marítima sob sua jurisdição, não por intermédio de atuações avulsas ou setoriais, mas através de uma política predeterminada, abrangente, integrada e de longo prazo, para tal recorrendo a uma abordagem do Oceano intersectorial, interdisciplinar e verdadeiramente transversal”[8].

Em 2005, esta Comissão deu lugar à Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, constituída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 17 de janeiro. O seu principal objetivo foi a preparação da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal para além das 200 milhas, apresentada em 2009 junto das Nações Unidas e, em 2010, junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental, bem como um conjunto diversificado de outros objetivos ligados aos assuntos marítimos.

Simultaneamente foi criada a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, de 10 de agosto que se debruçou

¹ De referir que neste capítulo destacaremos em particular as iniciativas em que Portugal esteve e está envolvido relativas à aposta e desenvolvimento de matérias relacionadas, direta ou indiretamente, com a segurança do Atlântico Norte em detrimento de outras temáticas, também elas de extrema importância, mas que não correspondem ao objeto de estudo. Ainda de referir que as iniciativas enunciadas são apenas aquelas que tiveram lugar a partir de 2001.

sobre a necessidade de Portugal se empenhar no desenvolvimento de uma política integrada e multidisciplinar no âmbito da governação dos assuntos do mar.

Em 2007 foi criada a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2007, de 12 de março, com o objetivo de “garantir, de modo permanente, a articulação interministerial, o adequado acompanhamento e a concertação das políticas transversais no âmbito dos assuntos do mar, bem como a correta implementação da Estratégia Nacional para o Mar (a anterior), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de dezembro”[9] e, posteriormente, estabeleceu-se o Fórum Permanente para os Assuntos do Mar.

É ainda de destacar o incessante desempenho de Portugal na coelaboração da Estratégia Marítima Integrada para a área do Atlântico, promovida pela União Europeia e apresentada na capital portuguesa em 2011 e, ainda neste quadro, a ativa participação de Portugal no projeto “BluemassMed”, “um projeto-piloto europeu para a integração da vigilância marítima na área do Mediterrâneo e suas aproximações atlânticas, que também contou com a participação de Espanha, França, Grécia, Itália e Malta”[10].

Consideramos fundamental também referir de igual modo o estudo “Hypercluster da Economia do Mar – um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa”, do qual resultou a criação do Fórum Empresarial para a Economia do Mar. De facto, a segurança no mar é totalmente indissociável da economia do mar, uma vez que a primeira garante a confiança necessária para que a exploração do território marítimo seja uma realidade e represente, de igual modo, uma resistência direta aos diversos fatores de perturbação do sistema internacional.

No que concerne às relações com os demais atores da arquitetura de segurança do Atlântico Norte, é de destacar que, de acordo com o Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional (2012), “o centro da gravidade da atuação externa [de Portugal] foi a integração

plena na UE, não hesitando participar em todas as políticas comuns, mesmo se acompanhadas de incertezas quanto aos seus resultados”[11]. Mais, “numa perspectiva geopolítica, a inclusão do país no ‘núcleo duro’ da integração europeia era vista como um modo de evitar a sua periferação e o reforço dos desequilíbrios de poder e influência com o seu vizinho imediato – a Espanha”[12].

É igualmente de salientar que “Portugal goza de respeito no seio da Aliança Atlântica, mantendo com os Estados Unidos, o parceiro mais importante nesse contexto, um diálogo constante e amigável. O laço transatlântico é visto como um elemento axial do quadro de segurança em que estamos inseridos”[13]. A este propósito, cabe-nos apresentar a visão de FREIRE e BRITO (2010) relativamente às relações de Portugal com os Estados Unidos, as quais “assumem uma posição cimeira entre as prioridades da política externa portuguesa” e, além do mais, podem “contribuir para o reforço da relação transatlântica [que] é mais do que um objetivo, é uma vocação nacional, ditada por uma conjugação de interesses que não são conjunturais e temporários, mas permanentes”[14].

Tendo em conta as consequências da globalização, aquilo que TEIXEIRA (2011) intitula como “a interdependência das relações internacionais e da valorização dos quadros diplomáticos multilaterais”, a presença de “Portugal nas organizações internacionais das suas áreas de interesse estratégico: a União Europeia na Europa, a NATO no Atlântico”[15] são essenciais.

A bem da verdade, há que atender ao facto de “o interesse português na Bacia do Atlântico se inscrever no interesse do Ocidente a que pertencemos e que, progressivamente, vê adensar as redes de interdependência de todos os Estados das margens desse Oceano”[16], embora “os EUA parecem por vezes ter retomado o princípio de que o Pacífico é o seu destino manifesto, e o Atlântico e a Europa o seu interesse conjuntural”[17].

Todavia, consideramos que as relações frutuosas com o nosso parceiro estratégico

americano é uma realidade indissociável do século XXI, independentemente das possíveis alterações geopolíticas resultantes da emergência da região Ásia-Pacífico enquanto palco de interesse para os mais variados países. Não é necessário avivar a longa história de relações entre Portugal e os Estados Unidos, ou entre aquele e a NATO, tendo sempre como pano de fundo o Atlântico Norte. Os Estados Unidos e a NATO estiveram sempre presentes no Atlântico Norte por questões securitárias e económicas. O desafio atual é fazer com que esses interesses se mantenham.

Uma especial nota deve ser dada em relação aos trágicos e infelizes acontecimentos na Ucrânia nos últimos meses, pelo que esta questão demonstra a continuidade da presença e do interesse dos Estados Unidos/NATO na Europa e no Atlântico. De acordo com MONJARDINO (2014), “a Ucrânia está a ser um instrumento para consolidar o poder e a influência de Putin e das elites que o apoiam a nível interno, garantir os seus interesses estratégicos no flanco oeste e tentar criar uma nova ordem de segurança europeia que separe a Alemanha e a França da Inglaterra e dos Estados Unidos”[18] que nada tem que ver com os objetivos do Ocidente.

Para além do que foi exposto acima, consideramos que as relações entre a Rússia e os Estados Unidos tendem a deteriorar-se, sobretudo após o abate do avião da Malaysia Airlines MH17 em território ucraniano, alegadamente através de um míssil cruzado pertencente às forças pró russas, havendo acusações de ambos os lados ao nível da violação do tratado de controlo de armas de 1987 (Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermédio)². Sobre esta questão, MONJARDINO (2014) afirma que se trata de uma “peça-chave da arquitetura de segurança da União Europeia, que representou a retirada do palco europeu de um certo tipo de armamento polémico”[19], ou seja, os mísseis de cruzado

² Este tratado pressupõe que a União Soviética (à altura) e os Estados Unidos não poderiam possuir, testar ou reproduzir mísseis de cruzado que tivessem um alcance entre os 500 e os 5000 km.

de alcance intermédio, os quais se encontram na ordem do dia.

Compreende-se, pois, a necessidade premente de uma presença efetiva dos Estados Unidos e da NATO na Europa. Em primeiro lugar, tendo em conta as suas raízes democráticas e históricas em torno da defesa das liberdades e do progresso económico e humano; em segundo lugar, atendendo a uma política externa europeia pouco consolidada e amadurecida e, em terceiro lugar, em virtude dos recentes acontecimentos geopolíticos que demonstram a vivacidade do “velho continente” ao nível dos seus desafios, nomeadamente com a vizinha Rússia. A verdade é que os europeus precisam dos americanos, por um lado, e os americanos precisam dos europeus, por outro, face à sua integração económica e securitária extremamente vital para ambos os lados do Atlântico.

A acrescentar ainda a este tópico, defendemos que urge repensar o tema da parceria estratégica entre a NATO e a Rússia, a qual foi consagrada no último Conceito Estratégico da NATO, em 2010 [20]. Observamos hoje a um (re)virar de atenções para o Ocidente/Europa, uma vez que ainda persistem muitos focos de tensão por resolver. No nosso entender, a frutífera relação transatlântica nunca poderá ser posta em causa nem menosprezada.

Portugal sempre soube honrar os seus compromissos com os parceiros, apesar de ser um Estado com modestos recursos económicos. Com efeito, “a política externa portuguesa é marcada por uma dependência estrutural em relação a fatores exógenos”[21] mas as suas linhas mestras não se têm modificado muito, tendo em consideração “a plena participação de Portugal na construção europeia, uma presença continuada e ativa na NATO, a manutenção de fortes ligações transatlânticas, em particular com os Estados Unidos”[22].

Consideramos fundamental fomentar a ideia de que Portugal deve ser, cada vez mais, atlântico junto da União Europeia e europeu junto da NATO. É através deste dualismo que o país poderá retirar os seus proveitos e benefícios,

por um lado, tendo em conta o seu histórico de relações diplomáticas e políticas com ambos os lados do Atlântico e, por outro, a defesa daquilo que lhe é intrínseco – um país atlântico com lugar no continente europeu. A este propósito, é também de mencionar o facto de que falta dicotomia entre a Europa e o Atlântico, sendo que esta dinâmica pode ser articulada entre os dois vetores promotores da segurança euro-atlântica – a Política Externa de Segurança e Defesa e a NATO.

Por outro lado, VALELLA (2010) aponta-nos para “o desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum no quadro da UE de forma compatível com o Atlântico e a dimensão multicontinental da política externa portuguesa como um bom exemplo” e, refere ainda que “o desenvolvimento de uma necessária política de segurança da UE não seria incompatível com a Aliança Atlântica desde que se aceitassem mecanismos de coordenação e cooperação adequados”[23].

Na realidade, Portugal insere-se simultaneamente na NATO e na União Europeia e, como tal, tem como objetivos máximos e permanentes contribuir de uma forma ativa para a preservação destas instituições e simultaneamente defender os seus interesses particulares, sem que haja sobreposição de funções ou recursos. Com efeito, Portugal é efetivamente um parceiro ativo na construção do projeto europeu, projetando aí os seus interesses nacionais mas ao mesmo tempo é também parte ativa da NATO, sendo a defesa da integridade territorial e a independência nacional inseparáveis desta organização e simultaneamente mantêm acordos bilaterais com os Estados Unidos.

Sobre a sua relação com as Nações Unidas é de referir que uma das áreas de atuação das Nações Unidas prende-se especificamente com as ameaças à paz e à segurança internacionais e, portanto, podemos perspetivar um papel fundamental desta organização no Atlântico Norte, mantendo boas relações com os restantes atores, nomeadamente com Portugal, que sempre pugnou por uma política externa pacífica e coerente.

Importa também referir que as boas relações entre Portugal e as Nações Unidas devem-se, em grande medida, a um trabalho exemplar da Missão Portuguesa Junto das Nações Unidas que, desde sempre, se tem debatido pela defesa dos interesses de Portugal, em consonância com os princípios basilares que norteiam este órgão e a sua importância no plano internacional.

O Atlântico Norte é fundamental para Portugal, sendo imprescindível que o país continue a investir na segurança deste espaço geográfico. No entanto, sabemos que não se pode exigir a um país que o faça unilateralmente, até porque nenhum está em condições de garantir, por si só, a segurança de um espaço geográfico, e menos ainda a Portugal, que se encontra hoje numa condição socioeconómica particularmente difícil e exigente.

Deste modo, consideramos imprescindível a intensificação das relações com os demais atores do Atlântico Norte, no sentido de se aprofundar os níveis de segurança deste espaço marítimo mas sempre com o objetivo de responder cabalmente àquelas que são as exigências da jurisdição de um Estado soberano como Portugal.

Para além do mais, no território português, cruzam-se algumas das mais importantes rotas marítimas e aéreas, interligando o continente europeu ao americano, ao africano, aos oceanos Índico e Pacífico e ao Mediterrâneo, o que faz deste espaço uma importante zona de convergência obrigatória no quadro da navegação ocidental. Portugal, inserindo-se na área geográfica do Comando Supremo Aliado do Atlântico, ao invés de ficar no Comando Supremo Aliado da Europa, reconhece especial vocação geopolítica no espaço euro-atlântico, o que representa simultaneamente desafios a gerir.

Considera-se indispensável o contributo de Portugal sobretudo ao nível da segurança, da defesa e da vigilância. Para que estas sejam asseguradas, é necessário que os meios ao dispor do Estado português sejam suficientes e que, para além disso, os próprios portugueses estejam conscientes e convictos da necessidade de se apostar nas temáticas marítimas em prol do desenvolvimento nacional.

Julgamos que serão pelo menos três os grandes desafios que Portugal encontrará: o reequipamento das suas forças aeronavais; o desenvolvimento tecnológico e o estreitamento das relações com os principais atores do Atlântico Norte, pois o país, isoladamente, não tem capacidade para garantir uma defesa nacional autónoma. Estas premissas devem ser tidas em conta se considerarmos as características particulares do Atlântico Norte (localização estratégica, dimensão), bem como a panóplia de ameaças difusas e imprevisíveis que o século XXI comporta e ainda o potencial aproveitamento económico do espaço marítimo português por outros para além de Portugal.

Caso os desafios colocados a Portugal e à realidade geopolítica do Atlântico Norte não tenham resposta à altura, podemos, infelizmente, apresentarmo-nos como um país com uma soberania e uma jurisdição de um território muito vasto mas simultaneamente mais inseguro.

O reequipamento das forças aeronavais portuguesas e o desenvolvimento tecnológico-científico são necessidades que Portugal não pode negar se quiser aproveitar convenientemente a oportunidade de se reafirmar, de forma reforçada, no plano político regional e estratégico em termos internacionais. De facto, o mar vem ter com Portugal com exigências às quais ou teremos capacidade e vontade para responder com voz própria ou, pelo contrário, começar-se-á a desenhar o cenário da transferência das nossas decisões para mãos alheias.

Num quadro de contenção económica e financeira como o que Portugal tem suportado nos últimos anos, a redução de efetivos e de verbas para o Ministério da Defesa Nacional foi uma realidade incontornável. No entanto, apesar disso, consideramos que atualmente a frota naval atual é modestamente satisfatória para responder aos desafios colocados a Portugal. Contudo, esta realidade, cujo equilíbrio está contextualizado no quadro da atual dimensão da plataforma continental e da capacidade financeira e económica do país, poderá ser alterada se se verificar a extensão da

plataforma continental, que redimensionará o tamanho do território marítimo e, conseqüentemente, as responsabilidades portuguesas.

Relativamente ao desenvolvimento tecnológico, a lógica é a mesma. Se quisermos tirar proveito das oportunidades resultantes da extensão da plataforma continental, teremos de investir em grande medida em novas tecnologias viradas para o mar e portanto aumentando o nosso know-how nesta área.

A questão que se coloca é saber o que Portugal deseja efetivamente fazer e como.

Se estas premissas não forem tidas em consideração, passaremos a ser vistos, por um lado, como um Estado pouco confiável por não conseguirmos colaborar efetivamente para os níveis de segurança do Atlântico Norte, como é exigido a todos os seus intervenientes e, por outro, corremos também o risco de perder parte da nossa soberania por apropriação do espaço atlântico por não termos sido capazes de compreender o que estava efetivamente em jogo.

Há ainda a acrescentar a conjuntura específica da geopolítica do século XXI. Encontramo-nos numa era em que são várias as naturezas das ameaças, nomeadamente as sistémicas e erosivas, às quais Portugal não está imune. CAJARABILLE e RIBEIRO (2010) alertam-nos para o facto de que a “imprevisibilidade e a natureza fluída das novas ameaças tornam obrigatório dispor de um leque de capacidades bastante alargado para responder às contingências possíveis”[24].

Face à extensão da plataforma continental portuguesa, se não forem tomadas as devidas providências para assegurar a segurança, a defesa e a vigilância do imenso território marítimo português, Portugal ver-se-á vergado aos interesses dos Estados mais fortes e com mais capacidades que tenham como objetivo aproveitar e explorar as potencialidades deste território. Além disso, a responsabilidade e o contributo de Portugal para a manutenção da arquitetura de segurança do Atlântico Norte

poderão ser postos em causa, o que em nada beneficia, quer o próprio país, quer os restantes.

Por isso, acreditamos que, tendo em conta as particularidades do Atlântico Norte, bem como a própria conjuntura geopolítica e securitária do século XXI, cabe a Portugal deter ou apetrechar-se de “capacidades [aero]navais, com vista a satisfazer os requisitos necessários para garantir uma presença efetiva, que garanta que o país seja ouvido e respeitado nos fora internacionais”[25].

No nosso entender, e de uma forma sucinta, podemos afirmar que quanto melhor equipado o país estiver a nível militar, científico, tecnológico e civil mais voz terá na arena internacional, tendo em conta, por um lado, o ambiente complexo e competitivo do século XXI e, por outro, as necessidades do país face às circunstâncias atuais.

II – A segurança, a defesa e a vigilância: os meios ao dispor do Estado Português

A segurança, a defesa e a vigilância são temas muito abrangentes e fundamentais para Portugal. É certo que a vasta área a vigiar, somando-se à escassez de recursos financeiros que persiste em Portugal, demonstram a ideia que temos vindo a debater – Portugal, autonomamente, não tem capacidades para assegurar a segurança do espaço que lhe corresponde ao nível da sua soberania e jurisdição, sendo pois, necessária uma ação conjunta.

A defesa do interesse nacional não deve ser desenvolvida sob a égide da “lógica de fortaleza” mas antes optando pela “cooperação e a interligação com as alianças em que Portugal está inserido e que, nos domínios da vigilância, busca e salvamento e do combate às ameaças não convencionais ou assimétricas que comprometem a segurança nacional, muito falta ainda fazer, por forma a garantir os meios necessários para o efeito”[26]. A esta realidade acresce ainda considerar as ameaças convencionais, tendo em conta o aumento proporcional entre ameaças e riscos e a extensão da plataforma continental portuguesa.

É de referir que a segurança é representada pela função da probabilidade de ocorrências de ameaças admitidas e riscos acumulados. Por seu turno, a segurança marítima é um bem comum para todas as nações, tendo em conta a interdependência económica e as trocas comerciais do século XXI, bem como as crescentes e diversas ameaças e riscos que insistentemente colocam em causa a estabilidade internacional.

É perante este cenário que importa refletirmos sobre os contributos de Portugal ao nível da segurança, da defesa e da vigilância, compreendendo de igual modo quais são os meios que se encontram ao dispor do Estado português.

É do conhecimento geral que “a segurança e a defesa relacionadas com a frente marítima passaram a ter mais visibilidade nas agendas internacionais, relevadora da renovada atenção e da preocupação acrescida, consequência da recente evolução dos terrorismos, dos tráficos variados, dos crimes ambientais de dimensão catastrófica, etc. que se vieram juntar às ameaças clássicas”[27]. Para tal, é de realçar o papel fundamental das Marinhas a nível mundial, apresentando uma resposta efetiva em cenários de manutenção da paz e operações de apoio à paz, do controlo das águas vitais, da própria projeção de força em terra, assim como ao nível da continuidade dos seus papéis clássicos de poder naval, garantido o uso seguro do mar, nomeadamente a proteção das linhas de comunicação marítima e o domínio de regiões oceânicas consideradas críticas.

Entende-se que o mar exige um conjunto particular de equipamentos com características próprias a par de uma formação científica adequada. Os estados ribeirinhos têm obrigações internacionais relativas ao controlo, à vigilância e à segurança do tráfego marítimo, bem como à salvaguarda da vida humana no mar, ao salvamento marítimo e socorro a naufragos. Para além do mais, de acordo com COSTA (2003), “as nações com menores orçamentos de defesa têm de se concentrar no controlo defensivo do mar, nas águas territoriais e sua proximidade, e a dar apoio operacional

aos aliados quando e onde possível”[28]. Compreende-se, pois, a necessidade de uma organização eficiente no sentido de responder às necessidades e desafios que se apresentam constantemente.

Face a uma realidade socioeconómica muito difícil como a dos últimos anos, Portugal projetou criar uma Marinha capaz de responder a realidades militares mas também civis, garantindo a preparação e o emprego da força naval que Portugal necessita para preservar os interesses nacionais no mar. A “Marinha de Duplo Uso” é a resposta cabal aos desafios que são colocados ao país, quer ao nível militar, quer ao nível civil. Com efeito, “a estratégia marítima prescreve para o poder naval, quer em tempo de guerra quer em tempo de paz, três categorias de papéis – o diplomático (apoio à política externa, quer por presença passiva, quer com sentido coercivo), o de policiamento (proteção da soberania e atividades do tipo guarda-costeira) e o militar (proteção e manutenção da balança de poderes mediante o exercício do controlo do mar, em tempo de paz ou conflito)”[29].

Através do conceito de Duplo Uso da Marinha, é possível “patrocinar uma intensa cooperação com todas as organizações nacionais com interesses no mar”[30], bem como potenciando as diversas sinergias entre o poder público e militar, evitando assim uma indesejável dispersão de meios técnicos, humanos e financeiros.

Além do mais, “as Marinhas são, na maioria das vezes, tidas como agentes preferidos para a aplicação da Lei no mar por várias razões: os navios de guerra e helicópteros orgânicos têm a capacidade para operar de forma sustentada (com apoio de reabastecedores) a longa distância; o pessoal tem treino específico para os procedimentos de abordagem e de arresto das embarcações e tripulantes; o perfil dos navios de guerra tem maior efeito dissuasor, relativamente às embarcações em pesca ilegal ou em tráfico de drogas, do que os navios de polícia civil”[31].

Tendo em consideração o cenário apresentado, e tendo em consideração a lógica de

cooperação, partilha e racionalização de custos e estruturas, julga-se que o modelo de “duplo uso” da Marinha portuguesa é um exemplo paradigmático das boas práticas a serem seguidas, pois articulam as funções estritamente militares a outras funções de cariz civil, ambas imprescindíveis ao país.

Sobre as missões militares da Marinha, é de realçar “a defesa militar, a manutenção das comunicações marítimas, a estabilização do conflito e o controlo de eventuais opositores”[32]. Com efeito, ao nível da defesa militar do país, Portugal tem como objetivos basilares a preservação da sua individualidade ao nível estratégico e da sua autonomia a nível da decisão nacional, bem como a defesa do exercício da autoridade do Estado sobre os espaços de soberania e jurisdição nacional.

Naquilo que diz respeito à manutenção das comunicações marítimas, é de referir que estas são pilares indispensáveis à estabilidade e funcionamento da economia nacional e internacional tendo em conta a interdependência económica que é realidade assente no século XXI, implicando para esse fim o controlo efetivo do mar, bem como as suas profundidades submarinas e o espaço aéreo superior.

Em relação à estabilização do conflito por potências de pequenas dimensões, como Portugal, é impossível atingir tal objetivo de uma forma unilateral, tendo em conta a escassez de meios próprios para um território com uma área muito considerável, sendo muito importantes, como já tivemos oportunidade de mencionar, as relações assentes no respeito institucional e na cooperação com os restantes intervenientes no espaço de segurança do Atlântico Norte.

Uma vez que consideramos que a interligação e a cooperação entre os diferentes sujeitos é a chave para o sucesso em qualquer organização, a relação entre a Marinha e a Autoridade Marítima não poderia ser exceção³. Tal como referido anteriormente, “a organização da

Marinha ao contemplar em paralelo, articuladamente, as estruturas essencialmente militar e da Autoridade Marítima, dota o país de um instrumento único para contrariar ameaças ou riscos em vários patamares de intensidade e em espaço contínuo, desde o alto mar até à zona de concordância entre o mar e a terra”[33].

Por seu turno, na estrutura operacional da Autoridade Marítima Nacional, está ainda incluída uma força policial – a Polícia Marítima – que permite “a continuidade do exercício da autoridade marítima em todos os espaços sob soberania ou jurisdição nacional e consegue-se algo tão importante em termos de coordenação – um comando único – que utiliza de forma eficiente as unidades navais, as unidades de fuzileiros e mergulhadores integrados no Comando Naval e, paralelamente, um conjunto apreciável de lanchas de fiscalização e outros meios marítimos integrados na Direção Geral da Autoridade Marítima (DGAM) através das capitánias dos portos e da Polícia Marítima”[34].

Depreendidas as funções e papéis principais da Marinha, assim como o seu conceito de “duplo uso”, importa, neste contexto, refletir sobre os meios que Portugal dispõe para a segurança, a defesa e a vigilância do Atlântico Norte.

É de referir que para a segurança marítima contribuem, de uma forma direta, os navios de guerra, assim como os sistemas de informação marítima e de vigilância. Com efeito, a vigilância assume particular importância na garantia da soberania nacional no espaço marítimo, porquanto pode evitar, deste modo, determinadas infrações aos regulamentos marítimos, prevenindo também ameaças à própria segurança do Estado e dos cidadãos. A atividade de vigilância marítima baseia-se na informação cooperativa, rececionada a partir da navegação na área, bem como pela informação não cooperativa que é recolhida pelos sensores próprios, desde os radares costeiros às plataformas navais ou aéreas reportadas para terra.

Importa mencionar neste contexto que a Marinha portuguesa efetua anualmente “cerca de 10 000 vistorias nas águas sob soberania ou

³ Adiante abordaremos também a relação entre a Marinha e a Força Aérea

jurisdição nacional. Dessas vistorias, cerca de 80% são realizadas no âmbito da pesca profissional (maioritariamente a embarcações mas também a artes caladas) e aproximadamente 20% decorrem no âmbito da pesca lúdica, incluindo embarcações de recreio, embarcações marítimo-turísticas e pesca submarina”[35], compreendendo-se, assim, o seu vasto leque de missões. A vigilância marítima tem um caráter sustentável na medida em que promove a preservação do ambiente, uma vez que, através dela, temos conhecimento situacional da atividade humana que se desenrola no mar e contribui-se para a segurança do território marítimo português, ao minimizar as suas vulnerabilidades, e evitar as ameaças e riscos dela decorrentes.

Acresce referir que Portugal possui diferentes setores da administração que se empenham no exercício do cumprimento dos vários regulamentos relacionados com a atividade de fiscalização de potenciais infrações, havendo mesmo assimetrias no desenvolvimento dos diferentes sistemas de vigilância, o que por vezes torna a inoperabilidade uma realidade, como é o caso do uso de diferentes tecnologias que nem sempre são compatíveis entre si.

Em suma, o cenário marítimo é considerado heterogêneo e incompleto, não havendo um sistema geral que abrange as várias áreas de vigilância, atuação e prevenção dos diferentes Estados, sendo esta uma das vulnerabilidades do sistema.

Todavia, têm sido dados passos consideráveis no sentido de minimizar ou resolver estes problemas. De facto, desde 2003, a União Europeia tem obrigado todas as embarcações de pesca com comprimento superior a 15 metros a dispor de um sistema VMS (Vessel Monitoring System), permitindo um centro de controlo em terra interrogar a posição rumo e velocidade das embarcações de pesca em determinado momento, sendo a resposta transmitida automaticamente e sem intervenção humana. Através desta legislação europeia, atualmente é possível determinar onde se encontra uma embarcação de pesca a navegar no território de outro Estado, podendo ser

controlada pelo respetivo centro de inteligência do país anfitrião.

Em relação ao caso português, o sistema em utilização é o MONICAP que se encontra ativo há alguns anos, apresentando resultados maioritariamente positivos. Ao nível da vigilância costeira, é o Centro Nacional Coordenador Marítimo a entidade responsável pela “articulação operacional entre todas as entidades de polícia nos espaços marítimos nacionais, assume uma importância decisiva na promoção da segurança no mar”[36]. O SIVICC, o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa permite e garante a cobertura do território marítimo português compreendido entre as 24 milhas de distância e a linha de costa, tendo como um dos principais objetivos a identificação antecipada da ameaça, pressupondo-se posteriormente a interceção das atividades ilícitas no litoral português. É de realçar o facto deste sistema de vigilância ser compatível com os restantes sistemas de vigilância nacionais e também europeus⁴, permitindo desta forma dirimir as vulnerabilidades que ainda persistem ao nível dos sistemas de vigilância marítima, quer a nível nacional, quer a nível europeu.

A nível europeu, é ainda de sublinhar um dos projetos-piloto no âmbito da vigilância marítima. Trata-se do “Short-Range Identification and Tracking” (SRIT), o qual pretende desenvolver uma rede de “Automatic Identification System” (AIS) europeia que será posteriormente disponibilizada a todas as autoridades marítimas dos Estados membros e incluir-se-á na rede “SSN-Safe-Sea Net”. Entre outras funções, esta rede permite e assegura a troca de dados e informação entre autoridades marítimas, para prevenir acidentes marítimos e prevenção de acidentes ambientais. A nível internacional merece ainda destaque o sistema “International Ship and Port Facility Security Code” (ISPS) e a “Maritime Situational

⁴ Para além destes, de referir também o projeto-piloto europeu “BluemassMed”, permitindo uma maior interligação entre os sistemas de segurança e vigilância marítima destes países, como já houve oportunidade de se analisar anteriormente.

Awareness” da NATO já referenciada no primeiro capítulo, que tem por base a “necessidade de cooperação entre todos os atores do ambiente naval, visando a obtenção de superioridade de informação no espaço marítimo”[37].

Particularmente neste setor de atividade de vigilância marítima compreende-se a necessidade de valências aéreo-navais, ou mesmo terrestres, que permitam uma operacionalidade mais abrangente. Com efeito, aquando da ocorrência de uma deteção de algum acidente, poderá ser necessário empregar um meio adequado aéreo, terrestre ou naval. Há que atender ao facto de os meios aéreos e navais desempenharem, deste modo, um papel duplo na tarefa da vigilância: por um lado colaboram na recolha de informação e, por outro, desenvolvem o exercício da autoridade do Estado, fazendo parte do sistema de vigilância.

Na verdade, as vantagens da interrelação entre a Marinha e a Força Aérea, sobretudo nas questões relacionadas com a segurança, a defesa e a vigilância, são muitas e de inegável valor. Além do mais, “verifica-se uma progressiva, embora lenta, evolução para a integração e funcionamento conjunto dos ramos das Forças Armadas, internamente aos Estados, assim como o desenvolvimento da integração para além e através das fronteiras nacionais”[38]; de outro modo, podemos deixar de assumir as nossas responsabilidades no seio das alianças às quais pertencemos, nomeadamente a NATO e a União Europeia, bem como a própria defesa da fronteira marítima portuguesa.

De acordo com ARAÚJO (2013), “o país não pode deixar de possuir um poder aeronaval capaz de desempenhar, não só com eficácia mas também com eficiência, as funções fundamentais que o seu espaço aeronaval exige, com destaque para os domínios da defesa militar, do apoio à política externa, da segurança e autoridade do Estado e do apoio ao desenvolvimento”[39].

Como a Marinha, a Força Aérea também desempenha um papel muito importante. Para além das ameaças à soberania, à integridade

territorial e à independência nacional, outros cenários e desafios se colocam ao poder aeronaval, nomeadamente naquilo que diz respeito ao emprego da capacidade aérea e naval portuguesa “na execução de missões no âmbito da preservação da vida humana e no apoio às populações, com ênfase para a busca e salvamento e para a realização de evacuações aeromédicas, bem como outras missões de interesse público, como o apoio às pescas, a fiscalização de atividades ilícitas, a proteção ambiental na Zona Económica Exclusiva ou o apoio a outras entidades”[40], estas últimas atividades já bastante consolidadas ao nível da cooperação destes dois ramos das Forças Armadas.

Tendo em consideração o modelo português ao nível da racionalização de recursos, tratando-se de uma economia de escala e de esforço, considera-se que ainda há trabalho a desenvolver no sentido do ramo naval e aéreo se interligarem e cooperarem de forma mais eficaz e mais eficiente, tendo em vista a preservação da soberania portuguesa e a defesa dos cidadãos. Ao nível dos meios navais portugueses, é de realçar o facto de Portugal ser um país com um carácter oceânico, apresentando um território disperso mas unido pelo mar e dependendo deste em grande parte, devido ao comércio externo, sendo necessários determinados requisitos militares para fazer face a este cenário.

Com efeito, existem algumas fragilidades e limitações destes dois ramos das Forças Armadas que merecem uma análise mais detalhada. Relativamente à Marinha, são conhecidas as suas limitações ao nível da fiscalização, tanto oceânica como costeira, capacidade de extrema pertinência face aos desafios já referidos anteriormente, uma vez que, do programa inicial de construção de 8 patrulhas oceânicas e 8 lanchas de fiscalização, apenas foram entregues apenas 2 patrulhas oceânicas “Viana do Castelo”, não se prevendo nova entrega no futuro próximo.

Sobre as capacidades necessárias da Força Aérea, é de salientar em especial a “limitação no âmbito das capacidades de Defesa Aérea, mais

propriamente no que se refere à instalação dos radares de defesa aérea, na Madeira e nos Açores”[41]. Trata-se de uma capacidade que garantiria o total cumprimento das suas missões no território marítimo sob soberania ou jurisdição nacional.

Em relação às missões essencialmente marítimas, é de referir que a Força Aérea dispõe das aeronaves P3P-Orion, C212-Aviocar e EH-101 Merlin208, que têm colaborado ativamente com os meios navais portugueses, sobretudo em missões de busca e salvamento, todavia, com uma prontidão reduzida. Por seu turno, a Marinha dispõe de meios navais num dispositivo permanente e com uma prontidão elevada, a força de reação rápida, composta por uma fragata, um reabastecedor de esquadra, um submarino, duas corvetas e um destacamento de fuzileiros, que se afirma como uma componente oceânica no sistema de forças muito interessante.

Em síntese, podemos afirmar que “o ganho resultante da operação conjunta do poder naval e do poder aéreo no que se refere ao aumento exponencial da perceção situacional do campo e das capacidades da força”[42] é bastante considerável, uma vez que se interligam valência distintas, áreas e navais, catalisando-as num único instrumento militar com capacidades sinérgicas e potenciadas, abrangendo todo o território marítimo soberano ou sob jurisdição nacional.

Todavia, ao nível dos meios navais capazes de garantir a segurança, a defesa e a vigilância do território marítimo português, é de realçar algumas notas. De acordo com ROGEIRO (2003), para um país oceânico-costeiro como Portugal, são necessários os seguintes meios: “quatro fragatas antissubmarinas/antiaéreas; de patrulhas oceânicos polivalentes, capazes de operar para a guerra e para a paz; de uma dimensão anfíbia capaz de transportar o já razoavelmente equipado corpo de fuzileiros e servir a capacidade de projecção do Exército; de uma componente hidrociânica moderna que, sendo um braço da paz, da investigação e da inteligência nacional, é também um apoio científico e uma base (de dados e outra) de

qualquer planeamento estratégico em tempo de crise”[43].

Por seu turno, TELO (2009) afirma que “falta a Portugal capacidades que podemos classificar como essenciais para uma defesa moderna: defesa do espaço aéreo, defesa antimíssil, defesa contra ameaças NBQ, informações estratégicas, etc. Em quase todos os campos, pensar que Portugal pode desenvolver uma capacidade efetiva de forma isolada é ridículo”[44], pelo que, voltando ao que já foi abordado anteriormente, é necessário que Portugal mantenha uma autonomia tão grande quanto possível ao nível dos seus meios e capacidades mas simultaneamente mantendo uma ação estratégica multilateral com os seus parceiros.

É de referir ainda que, atualmente, os navios da Marinha portuguesa melhor equipados são as fragatas, que têm como principais empregos o apoio à política externa, à segurança e à autoridade do Estado, bem como missões de caráter de defesa militar. Com efeito, trata-se de “plataformas de características oceânicas, para proteção e controlo da navegação e das linhas marítimas de comunicação, projecção de força e proteção de unidades valiosas, com um leque alargado de capacidades, incluindo a possibilidade de embarcar dois helicópteros orgânicos”[45]. Para assegurarmos as operações navais temos o reabastecedor de esquadra, “Bérrio”, sendo um importante instrumento de reabastecimento dos meios navais. Contudo, tendo Portugal um único reabastecedor de esquadra, poder-se-á verificar a sua indisponibilidade para acorrer a várias necessidades, nomeadamente operações de evacuações de cidadãos nacionais, o que prejudica e diminui a sustentabilidade da força naval portuguesa, bem como da sua própria capacidade expedicionária, fundamental para um país como Portugal com milhares de emigrantes.

Ao nível dos submarinos da classe “Tridente”, é de realçar o facto de estas embarcações proporcionarem capacidades únicas, em articulação com outros meios navais e aéreos. De facto, através destes meios navais é possível “um controlo robusto da área marítima

interterritorial sob jurisdição portuguesa”[46], assim como a “garantia da segurança territorial através do efeito de dissuasão provocado pelo submarino, imprimindo no adversário uma noção de incerteza relativamente ao seu local de ação em território nacional”[47]. Todavia, pese embora a sua importância estratégica, por vezes é difícil para a opinião pública compreender esta necessidade. Verifica-se a recente discussão pública sobre esta matéria e as implicações políticas e económicas que envolveram esta aquisição.

Consideramos fundamental que Portugal aposte nos seus meios aeronavais para que, com estes, possa eliminar ou, pelo menos, diminuir ameaças e riscos. E esta necessidade de aposta nos seus meios é justificada também, como já houve oportunidade de referir anteriormente, pela necessidade do país manter a sua voz nas organizações internacionais de que faz parte, e a sua disponibilidade operacional para contribuir para o reforço da segurança, através dos meios militares e civis, à semelhança dos restantes Estados.

Apesar de algumas limitações e da necessidade de reforço e modernização dos meios navais portugueses, entendem os especialistas que Portugal dispõe de meios navais modestos mas suficientes para fazer face a ameaças convencionais. Com efeito, segundo PONTE [s.d.] “o núcleo mínimo de meios de superfície oceânicos portugueses, previstos como necessários, cifra-se em cerca de 6 fragatas e 10 a 12 corvetas”[48], cujos requisitos Portugal satisfaz em parte, uma vez que dispõe apenas de 6 corvetas (uma vez que a Corveta NRP João Coutinho da Classe “João Coutinho” deixou de fazer parte da frota em agosto de 2014) e de 5 fragatas da classe “Vasco da Gama” e da classe “Bartolomeu Dias”.

Contudo, o cenário estratégico alterou-se consideravelmente nas últimas décadas. Durante o século XX as forças navais tinham um carácter mais oceânico do que hoje, sendo atualmente exigidas capacidades e empenho nas áreas próximas do litoral, tendo em conta a panóplia de ameaças não convencionais ou assimétricas. Com isto não queremos dizer que

as capacidades oceânicas são dispensáveis, pelo contrário, tendo em conta o imenso território marítimo que esperamos conquistar com a extensão da plataforma continental. Apenas queremos afirmar que, para além do empenho oceânico dos meios portugueses, há que atender hoje, também, ao território junto ao litoral português. E, mais importante ainda, consideramos que é neste vértice de atuação que é necessário aumentar a operacionalidade dos meios portugueses, na medida em que “os navios de patrulha e fiscalização não abundam em Portugal e porque a longevidade de operacionalidade dos navios de alternativa/substituição não suprem essa insuficiência”.

Além do mais, há que atender também ao facto de que são igualmente poucas as lanchas de fiscalização. Além disso, o atraso na entrega (incompleta) dos navios da classe “Viana do Castelo” promoveu o seu envelhecimento. Não podemos deixar também de referir que a única lancha de desembarque “Bacamarte”⁵ foi desativada em julho de 2014, o que comprometerá a operacionalidade dos meios navais em determinados cenários.

No que diz respeito ao conhecimento científico do mar português, trata-se de um vértice de atuação muito apreciado por outros Estados europeus. Assim sendo, e sendo também um desígnio nacional, são necessários meios navais dotados de equipamento científico adequado às suas funções, como são caso os navios e lanchas hidroceanográficos. Os navios e lanchas que estão ao serviço do Estado português, respetivamente, “NRP D. Carlos I”, “NRP Almirante Gago Coutinho”, “NRP Andrómeda” e “NRP Auriga” têm sensivelmente quinze anos de utilização, sendo urgente a sua substituição. Estes meios navais hidrográficos têm como missão “assegurar, no âmbito da atuação específica da Marinha portuguesa, as atividades relacionadas com as ciências e técnicas do mar, tendo em vista a sua aplicação militar, bem como contribuir para o

⁵ A atividade operacional da lancha de desembarque “Bacamarte” foi fundamental, nomeadamente, em ações e operações de combate à poluição no mar.

desenvolvimento do país nas áreas científica e de defesa do ambiente marinho”[49]. Por seu turno, a Marinha tem atualmente uma dezena de corvetas e patrulhas da classe “Cacine”, sendo que estes meios são navios não combatentes (ao contrário das fragatas e submarinos) após terem sido reduzidas as suas capacidades, à semelhança dos navios das guardas costeiras noutros países. Compreende-se, aqui também, a aposta e desenvolvimento das capacidades civis da Marinha portuguesa.

Existem outros meios navais, nomeadamente o navio balizador “Schultz Xavier”, cuja principal missão é o combate à poluição, através da balizagem e apoio aos faróis dos portos nacionais. Pode, de igual forma, ser usado para missões ao nível do salvamento marítimo, apresentando também valências de apoio a atividades de mergulho. Sublinha-se simultaneamente os Navios-Escola / Veleiros das classes “Sagres”, “Polar”, “Blaus VII” e “Creoula” que constituem um importante instrumento do Estado e da Marinha ao nível da formação teórica ministrada pela Escola Naval aos futuros oficiais, bem como o próprio contacto com o mar e as suas realidades ao nível da sociedade civil. Representam ainda a Marinha e o país internacionalmente em apoio à ação diplomática do Estado português.

Em suma, considera-se que Portugal, à semelhança de outros Estados europeus, não pode ambicionar um poder naval isoladamente eficaz contra as ameaças e riscos com que nos deparamos no século XXI, bem como as necessidades nacionais e internacionais. Há que atender ao facto de o quadro económico-financeiro não o permitir, sendo necessária e indispensável a cooperação entre os diferentes atores internacionais.

Considerando também este cenário económico-financeiro menos favorável para o setor da Defesa em Portugal, julga-se que os desafios às Forças Armadas serão cada vez maiores, uma vez que os orçamentos são cada vez mais reduzidos, ao mesmo tempo que é imprescindível o reequipamento e a modernização dos meios militares, como foi analisado anteriormente.

Com efeito, “a renovação da frota naval portuguesa aparece como um imperativo nacional já que, para ameaças convencionais os meios navais existentes parecem ser consideravelmente suficientes, pelo menos na opinião dos especialistas, mas para ameaças não convencionais ou assimétricas fica aquém do mínimo exigível”[50]. Todavia, consideramos que tal realidade não terá mais lugar aquando da extensão da plataforma continental portuguesa, sendo assim necessário que se aposte, sobretudo, quer nos meios oceânicos, quer nos meios de apoio ao litoral. É, portanto, um real investimento nos meios navais, quer na vertente da salvaguarda do interesse nacional, sob o prisma militar mas, de igual modo, na vigilância, na busca e no salvamento tendo em conta a extensão da plataforma continental portuguesa e os desafios que lhe são adstritos. O investimento não tem de ser especificamente em termos de número mas sim em termos de valências e capacidades, como o próprio cenário atual nos demonstra.

Para além do mais, e acreditando que o conceito de “Duplo Uso” da Marinha continuará a nortear a estratégia nacional no uso dos meios militares e civis, julgamos que o reforço e a modernização da frota portuguesa deve passar sempre pela articulação destas duas valências – militar e civil – imprescindíveis à visão de futuro que tornem unas as Forças Armadas e a sociedade civil, sob a égide de uma única e verdadeira bandeira e de um Estado ao dispor dos seus cidadãos.

Em virtude da extensão da plataforma continental portuguesa, se não forem tomadas as devidas providências para assegurar a segurança, a defesa e a vigilância deste imenso território marítimo português, Portugal ver-se-á vergado aos interesses dos Estados mais fortes e com mais capacidades que tenham como objetivo aproveitar e explorar as potencialidades deste território. Além disso, Portugal deixará de se representar por um Estado responsável e contribuidor no seio do Atlântico Norte, deixando este espaço à mercê dos acontecimentos.

CONCLUSÕES

Com este artigo pudemos concluir que a relação de Portugal com o Atlântico é histórica e intrínseca. Estaremos sempre ligados, quanto mais não seja por este ser a nossa segunda e última fronteira.

É necessário, contudo, que possamos retirar os benefícios de um mar rico e diversificado, sendo este o objetivo para os próximos anos para todos os portugueses. E Portugal, enquanto país marítimo no seio da União Europeia e europeu no seio da NATO, só tem a ganhar, não perdendo de vista, como não podia deixar de ser, a sua relação próxima, em especial, com a NATO, com os Estados Unidos da América e com as Nações Unidas.

Concluimos de igual modo que, de facto, a sinergia entre o poder naval e aéreo é indispensável ao cumprimento das obrigações e responsabilidades do Estado português ao nível da segurança, da defesa e da vigilância do seu território marítimo, sendo imperativa a continuidade na aposta dos meios ao dispor do Estado para a prossecução dos seus objetivos, em especial nos meios aéreo-navais.

NOTAS

[1] MANUELITO, A. C. (2012). *A Estratégia Nacional para o Mar*, Maria Scientia, Revista Científica Eletrónica, Edição n.º 2, março 2012, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, disponível em http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA2-Mar2012.pdf, acedido a 2 março 2014

[2] MATIAS, N. G. (2004). *O Horizonte do Mar Português*, Nação & Defesa n.º 108, 2.ª série

[3] Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, Governo de Portugal

[4] DUARTE, A. R. (2011). *As fronteiras Marítimas, a Segurança Marítima e a Cooperação Internacional*, Maria Scientia, Revista científica eletrónica, disponível em <http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Docu>

[mentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA1-Nov2011r.pdf](http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA1-Nov2011r.pdf), acedido a 3 março 2014

[5] CAJARABILLE, V. L. (2009). *A Segurança no Mar Português*, Nação & Defesa n.º 122, 4.ª série

[6] COSTA, C. N. (2003). *O Poder Naval, Missões e Meios*, Cadernos Navais, n.º7, Outubro – Dezembro 2003

[7] RIBEIRO, A. S. (2004). *A Consciência Estratégica dos Oceanos*, Nação & Defesa n.º 108, 2.ª série

[8] COMISSÃO ESTRATÉGICA DOS OCEANOS (2004). *Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos*

[9] Diário da República, 1.ª série — N.º 135 — 13 de julho de 2012

[10] Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020

[11] Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional (2012)

[12] Idem

[13] Idem

[14] FREIRE, M., BRITO, R. (2010). *Ensaio bibliográfico. Estudos sobre Política Externa Portuguesa após 2000*. Relações Internacionais

[15] TEIXEIRA, N. (2011). *Portugal*. IN FREIRE, R. (Coordenação) (2011). *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Imprensa da Universidade de Coimbra

[16] MOREIRA, A. (2013). *O Atlântico como fator de poder*, Maria Scientia, Revista científica eletrónica, disponível em http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA5-MAR2013_rv1.pdf, acedido a 5 março 2014

[17] Idem

[18] MONJARDINO, M. (2014). *O MH17 e a estratégia na Europa*, Jornal Expresso. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/o-mh17-e-a-estrategia-na-europa=f882558>, acedido a 2 agosto 2014

- [19] Expresso (2014). *Obama acaba de escrever a Putin. Devemos ficar preocupados?*, disponível em <http://expresso.sapo.pt/obama-acaba-de-escrever-a-putin-devemos-ficar-preocupados=f883658>, acedido a 4 agosto 2014
- [20] Para mais sobre este assunto, consultar RODRIGUES, A. R. (2014). *A crise ucraniana e a NATO*, Jornal de Defesa e Relações Internacionais, 2014/05/11, disponível em http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflictos/russia/JDRI%20099%20110514%20ucrania.pdf, acedido a 29 julho 2014
- [21] FREIRE, M., BRITO, R. (2010). *Ensaio bibliográfico. Estudos sobre Política Externa Portuguesa após 2000*. Relações Internacionais
- [22] Idem
- [23] VALELLA, J. (2010). The Negotiation Process. IN FREIRE, M., BRITO, R. (2010). *Ensaio bibliográfico. Estudos sobre Política Externa Portuguesa após 2000*. Relações Internacionais
- [24] CAJARABILLE, V., RIBEIRO, A. (2010). *A relevância da segurança no mar*. IN MATIAS et All (2010). *Políticas Públicas do Mar*. Esfera do Caos
- [25] Idem
- [26] MANUELITO, A. C. (2012). *A Estratégia Nacional para o Mar*, Maria Scientia, Revista Científica Eletrónica, Edição n.º 2, março 2012, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, disponível em http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA2-Mar2012.pdf, acedido a 2 março 2014
- [27] MATIAS, N. V. (2005). *Um Oceano de Oportunidades para Portugal*, Cadernos Navais n.º 13, Abril – Junho 2005
- [28] COSTA, C. N. (2003). *O Poder Naval, Missões e Meios*, Cadernos Navais, n.º7, Outubro – Dezembro 2003
- [29] Idem
- [30] BESSA, A. M. (2008). *Uma Visão Geopolítica do Atlântico*, Cadernos Navais n.º 24, “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”, Janeiro – Março 2008
- [31] COSTA, C. N. (2003). *O Poder Naval, Missões e Meios*, Cadernos Navais, n.º7, Outubro – Dezembro 2003
- [32] Idem
- [33] MATIAS, N. G. (2005). *Um Oceano de Oportunidades para Portugal*, Cadernos Navais n.º 13, Abril – Junho 2005
- [34] CAJARABILLE, V. L. (2008). *A Segurança no Mar*, Cadernos Navais n.º 24, “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”, Janeiro – Março 2008
- [35] RIBEIRO, A. S. et all (2010). *Estratégia Naval Portuguesa – o processo, o contexto, o conteúdo*, Cadernos Navais n.º 34, Julho – Setembro 2010
- [36] CAJARABILLE, V. L., RIBEIRO, A. (2011). *A relevância da segurança no mar* in MATIAS N.V. eds (2011). *Políticas Públicas do Mar*, Esfera do Caos IN SILVA, J. C. (2012). *A Plataforma Continental Portuguesa. Análise do Processo de Transformação do Potencial Estratégico em Poder Nacional*, Cadernos Navais n.º 43, Outubro – Dezembro 2012, Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, Edições Culturais da Marinha
- [37] Idem
- [38] COSTA, C. N. (2003). *O Poder Naval, Missões e Meios*, Cadernos Navais, n.º7, Outubro – Dezembro 2003
- [39] ARAÚJO, C. (2013). *O poder aeronaval. Uma visão para Portugal*, Maria Scientia, Revista científica, Edição n.º5, março 2013, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, disponível em http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA5-MAR2013_rv1.pdf, acedido a 13 março 2014
- [40] Idem
- [41] Idem
- [42] Idem

[43] IN COSTA, C. N. (2003). *O Poder Naval, Missões e Meios*, Cadernos Navais, n.º7, Outubro – Dezembro 2003

[44] TELO, A. (2009). *O Contributo do Poder Naval*, Cadernos Navais n.º10, Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, Edições Culturais da Marinha

[45] ROCHA, H. S. (2009). *Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal*, Cadernos Navais n.º31, Outubro – Dezembro 2009

[46] MELO GOMES, F. (2014). *Autoridade do Estado no Mar*, Jornal de Defesa e Relações Internacionais

[47] MANUELITO, A. C. (2012). *A Estratégia Nacional para o Mar*, Maria Scientia, Revista Científica Eletrónica, Edição n.º 2, março 2012, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, disponível em http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documents/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA2-Mar2012.pdf, acedido a 24 maio 2014

[48] PONTE, F. [s.d.] *A defesa das linhas de comunicação marítimas*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

[49] INSTITUTO HIDROGRÁFICO (2014). *Meios Navais. Disponível em* www.hidrografico.pt/meios-navais.php, Acedido a 15 abril 2014.

[50] MANUELITO, A. C. (2012). *A Estratégia Nacional para o Mar*, Maria Scientia, Revista Científica Eletrónica, Edição n.º 2, março 2012, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, disponível em http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documents/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA2-Mar2012.pdf, acedido a 30 maio 2014

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIAS

ARAÚJO, C. (2013). *O poder aeronaval. Uma visão para Portugal*, Maria Scientia, Revista científica, Edição n.º5, março 2013, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, disponível em

http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documents/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA5-MAR2013_rv1.pdf, acedido a 13 março 2014

BESSA, A. M. (2008). *Uma Visão Geopolítica do Atlântico*, Cadernos Navais n.º 24, “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”, Janeiro – Março 2008

CAJARABILLE, V. L. (2008). *A Segurança no Mar*, Cadernos Navais n.º 24, “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”, Janeiro – Março 2008

CAJARABILLE, V. L. (2009). *A Segurança no Mar Português*, Nação & Defesa n.º 122, 4.ª série

CARAJABILLE, V., RIBEIRO, A. (2010). *A relevância da segurança no mar*. IN MATIAS et All (2010). *Políticas Públicas do Mar*. Esfera do Caos

CAJARABILLE, V. L., RIBEIRO, A. (2011). *A relevância da segurança no mar* in MATIAS N.V. eds (2011). *Políticas Públicas do Mar*, Esfera do Caos IN SILVA, J. C. (2012). *A Plataforma Continental Portuguesa. Análise do Processo de Transformação do Potencial Estratégico em Poder Nacional*, Cadernos Navais n.º 43, Outubro – Dezembro 2012, Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, Edições Culturais da Marinha

COMISSÃO ESTRATÉGICA DOS OCEANOS (2004). *Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos*

COSTA, C. N. (2003). *O Poder Naval, Missões e Meios*, Cadernos Navais, n.º7, Outubro – Dezembro 2003

DUARTE, A. R. (2011). *As fronteiras Marítimas, a Segurança Marítima e a Cooperação Internacional*, Maria Scientia, Revista científica eletrónica, disponível em http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documents/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA1-Nov2011r.pdf, acedido a 3 março 2014

Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, Governo de Portugal

FREIRE, M., BRITO, R. (2010). *Ensaio bibliográfico. Estudos sobre Política Externa Portuguesa após 2000*. Relações Internacionais

INSTITUTO HIDROGRÁFICO (2014). *Meios Navais*. Disponível em www.hidrografico.pt/meios-navais.php. Acedido a 15 abril 2014

MANUELITO, A. C. (2012). *A Estratégia Nacional para o Mar*, Maria Scientia, Revista Científica Eletrónica, Edição n.º 2, março 2012, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, disponível em http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA2-Mar2012.pdf, acedido a 2 março 2014

MATIAS, N. G. (2004). *O Horizonte do Mar Português*, Nação & Defesa n.º 108, 2.ª série

MATIAS, N. V. (2005). *Um Oceano de Oportunidades para Portugal*, Cadernos Navais n.º 13, Abril – Junho 2005

MELO GOMES, F. (2014). *Autoridade do Estado no Mar*, Jornal de Defesa e Relações Internacionais

MONJARDINO, M. (2014). *O MH17 e a estratégia na Europa*, Jornal Expresso. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/o-mh17-e-a-estrategia-na-europa=f882558>, acedido a 2 agosto 2014

MOREIRA, A. (2013). *O Atlântico como fator de poder*, Maria Scientia, Revista científica eletrónica, disponível em http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA5-MAR2013_rv1.pdf, acedido a 5 março 2014

PONTE, F. [s.d.] *A defesa das linhas de comunicação marítimas*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

RIBEIRO, A. S. (2004). *A Consciência Estratégica dos Oceanos*, Nação & Defesa n.º 108, 2.ª série

RIBEIRO, A. S. et all (2010). *Estratégia Naval Portuguesa – o processo, o contexto, o conteúdo*, Cadernos Navais n.º 34, Julho – Setembro 2010

ROCHA, H. S. (2009). *Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal*, Cadernos Navais n.º31, Outubro – Dezembro 2009

RODRIGUES, A. R. (2014). *A crise ucraniana e a NATO*, Jornal de Defesa e Relações Internacionais, 2014/05/11, disponível em http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflictos/russia/JDRI%20099%20110514%20ucrania.pdf, acedido a 29 julho 2014

TEIXEIRA, N. (2011). *Portugal*. IN FREIRE, R. (Coordenação) (2011). *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Imprensa da Universidade de Coimbra

TELO, A. (2009). *O Contributo do Poder Naval*, Cadernos Navais n.º10, Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, Edições Culturais da Marinha

VALELLA, J. (2010). *The Negotiation Process*. IN FREIRE, M., BRITO, R. (2010). *Ensaio bibliográfico. Estudos sobre Política Externa Portuguesa após 2000. Relações Internacionais*

Diário da República, 1.ª série — N.º 135 — 13 de julho de 2012

Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020

Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional (2012)

Expresso (2014). *Obama acaba de escrever a Putin. Devemos ficar preocupados?*, disponível em <http://expresso.sapo.pt/obama-acaba-de-escrever-a-putin-devemos-ficar-preocupados=f883658>, acedido a 4 agosto 2014

O desenvolvimento da aquacultura no Mundo, União Europeia e Portugal

PAEM

The development of aquaculture in the World, European Union and Portugal

Fernando Gonçalves

Engº de Produção Animal; Secretário-geral da APA - Associação Portuguesa de Aquicultores APA

Resumo

O presente texto pretende fazer um resumo da produção aquícola a nível mundial, na EU e em Portugal. Como tal, divide-se em quatro partes. Uma primeira em que é feito o levantamento da produção de pescado no mundo inteiro, da diferença existente entre as capturas e a produção em aquacultura e o desenvolvimento desta no futuro. A segunda parte faz um resumo do que é produzido na Europa e, mais concretamente, na EU. São também apontados quais os principais estrangulamentos ao desenvolvimento do sector na EU e as perspectivas do seu desenvolvimento. Na terceira parte é também feito o levantamento da evolução da produção aquícola em Portugal, desde a década de 80 até 2014, sendo apontadas algumas das razões para os valores registados, e ainda a estrutura actual do sector. A última parte inclui as perspectivas de evolução do sector, a identificação dos principais estrangulamentos que poderão inibir o crescimento deste e, finalmente, as oportunidades e possibilidades de comercialização e promoção dos produtos aquícolas.

Palavras-chave: Aquacultura, Produção aquícola, evolução, prospectiva do sector aquícola

Abstract

The present text intends to summarize the production of aquaculture worldwide, in the EU and Portugal. As such, it is divided into four parts. It starts with a survey of fish production worldwide, the difference between catches and production in aquaculture and the development of aquaculture in the future. The second part summarizes what is produced in Europe and, more specifically, in the EU. The main bottlenecks to the development of the sector in the EU and the prospects for its development are also highlighted. In the third part, we present a survey of the evolution of aquaculture production in Portugal, from the 80s to 2014, and some of the reasons for the values registered, as well as the current structure of the sector. The last part includes the prospects for the evolution of the sector, the identification of the main bottlenecks that could inhibit its growth, and finally the opportunities and possibilities for marketing and promotion of aquaculture products.

Key words: Aquaculture, evolution, prospective

Introdução – a Produção Mundial de Pescado e o Consumo *per capita*

Em 2015 a população mundial atingiu os 7,3 mil milhões de pessoas, estimando-se que em

2030 atinja os 8,5 mil milhões, em 2050 os 9,7 mil milhões e em 2100 os 11,2 mil milhões de pessoas [1]. Este aumento populacional, com maior impacto nos países do continente Africano e Asiático, representa um enorme desafio para a produção de alimentos. Importa,

pois, encontrar e desenvolver os meios necessários para a produção suficiente de alimentos, de modo a suprimir as necessidades nutricionais de uma população em constante crescimento. No entanto, não bastará apenas produzir alimentos de uma forma indiscriminada, uma vez que a população mundial habita um planeta onde os recursos são finitos. Por isso, é necessário encontrar os meios e técnicas/métodos de produção que tenham em consideração os três pilares fundamentais da sustentabilidade: económico, social e ambiental.

O pescado é hoje em dia um dos bens alimentares mais comercializados no mundo inteiro, sendo que em 2014 a produção atingiu os 167,2 milhões de toneladas (Mt), quando em 2010 ficou pelos 148,1 Mt, contribuindo com 17% de toda a proteína animal consumida [2]. Naquele ano, o consumo *per capita* também ultrapassou, pela primeira vez, a barreira dos 20 kg, o que significa que a procura por este bem tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Numa publicação recente [3], a FAO refere que é expectável que o consumo de pescado continue a crescer, ao contrário do consumo de carne. Isto dever-se-á à tendência da população mundial para o consumo de produtos alimentares mais saudáveis como o peixe. Esta tendência deve-se a alguns factores como, por exemplo, o crescimento dos rendimentos das famílias, a percepção de que a inclusão do pescado na alimentação é saudável e traz benefícios para a saúde, a percepção de que o consumo de proteína com origem aquática é mais sustentável do que a proteína terrestre, entre outros. Mas este aumento não irá ser uniforme em todo o mundo, visto que, por exemplo, o consumo irá aumentar cerca de 50% no continente Africano e diminuir ligeiramente na Europa.

De modo a acompanhar este aumento de procura, a produção mundial de pescado deverá continuar a aumentar, estimando-se produções a rondar os 172 Mt em 2020 e os 186,8 Mt em 2030 [4]. No entanto, existe já uma alteração na fonte dos bens alimentares de origem aquática.

I - Pesca vs Aquacultura no Mundo

Até à década de 80, a pesca extractiva era praticamente a única fonte de proteína de origem aquática no mundo inteiro. A aquacultura tinha na altura uma produção residual, apesar de existirem evidências de que a produção em aquacultura remonta a 2.070 anos A.C. na China [5].

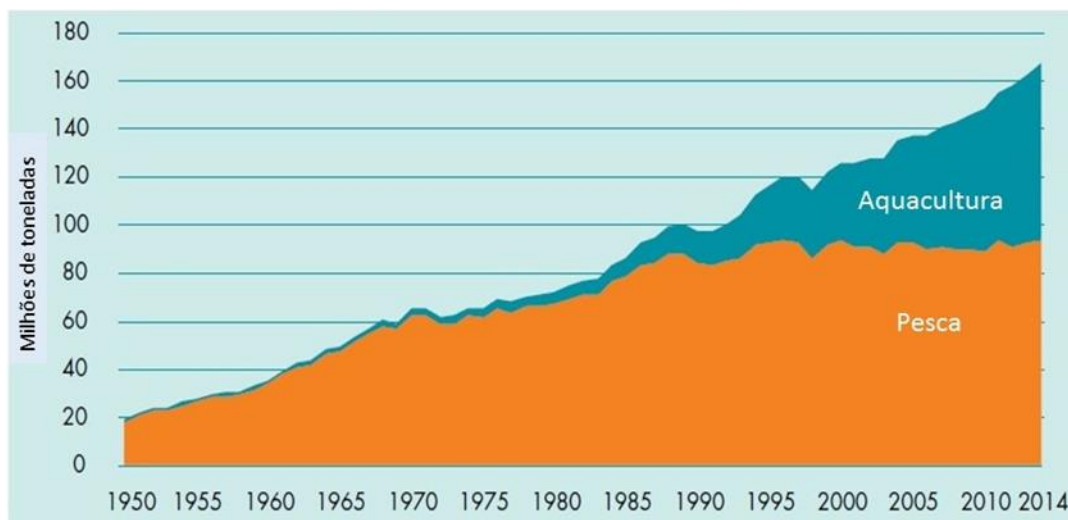
Desde aquela década e ao longo dos últimos anos, tem-se assistido a uma estabilização da captura mundial de pescado entre os 90 e 93,7 Mt. Em 2014, as capturas atingiram os 93,4 Mt, dos quais 81,5 Mt provêm de águas marinhas [2]. A estabilidade nas capturas deve-se em grande parte à sobre-exploração dos *stocks* pesqueiros de todo o Mundo [2, 3]. A aquacultura surge então como uma fonte alternativa no fornecimento deste bem alimentar, permitindo suprimir as necessidades nutricionais e o constante aumento do consumo em todo o mundo.

A Figura 1 mostra a evolução da produção mundial de pescado e as diferenças existentes entre a pesca e a aquacultura.

A partir da figura é possível verificar a estabilização nas capturas provenientes da pesca a partir da década de 90, contrariamente ao aumento significativo da produção em aquacultura. A produção global em aquacultura tem crescido, desde a década de 80, a um ritmo médio anual entre os 8% [6] e os 8,6% [7]. No entanto, este incremento não tem sido estável: 10,8% entre as décadas de 80 e 90, 9,5% entre as décadas de 90 e 2000 e 6,2% no período entre 2000 e 2012 [7]. Nos próximos anos, a taxa de crescimento anual poderá diminuir para os 3,5% (década 2010-19) e 2% (década 2020-29) [4]. Por seu lado, as pescas irão ter um aumento residual face aos níveis de hoje, uma vez que os *stocks* pesqueiros irão continuar sob pressão.

A Tabela 1 evidencia também que o aumento da produção mundial de pescado tem sido obtido devido ao desenvolvimento da produção em aquacultura. As produções de plantas aquáticas não estão consideradas nestes valores,

Figura 1. Evolução da produção Mundial de Pescado (2).



Fonte: FAO [2]

caso contrário a aquacultura teria atingido os 101,1 Mt em 2014.

Tabela 1. Produção mundial de pescado, em milhões de toneladas (Mt) [2]

	2007	2009	2011	2012	2013	2014
Pesca	90,8	90,2	93,7	91,3	92,6	93,4
Aquacultura	49,9	55,7	62,0	66,6	70,3	73,8
Total	140,7	145,8	155,5	157,8	162,9	167,2

Fonte: FAO [2]; autor

Como já foi referido, a produção de pescado irá continuar a aumentar até 2030 devido, quase exclusivamente, ao aumento da produção em aquacultura, na ordem das 20 Mt, enquanto as capturas apenas deverão ter um aumento inferior a 3 Mt [4]. Assim, é expectável que, em 2030, a aquacultura contribua com cerca de 62% do pescado destinado ao consumo humano [6].

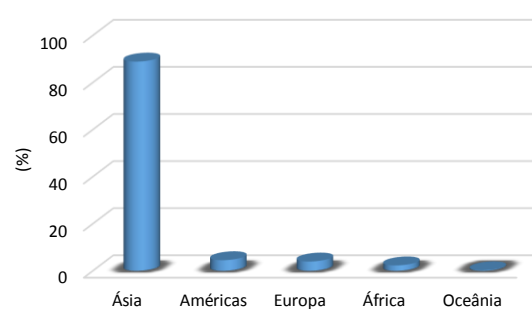
De acordo com dados da FAO [2], ao contrário do que acontece com as capturas, quase dois terços da produção mundial em aquacultura provêm das culturas em águas doces (aproximadamente 63%). Nestas, a produção de peixe é dominante (mais de 92%), enquanto nas águas marinhas a produção de moluscos (59%)

é superior à de peixes (23,6%) e crustáceos (15,4%).

Produção por continentes e países

A Ásia é claramente o continente que mais contribui para a produção aquícola no Mundo, com cerca de 88,91% do total (65,6 Mt), seguindo-se o continente Americano (4,54% - 3,35 Mt), a Europa (3,97% - 2,93 Mt), a África (2,32% - 1,71 Mt) e a Oceânia (0,26% - 0,19 Mt). O Gráfico 1 demonstra claramente a discrepância existente entre o continente Asiático e os restantes.

Gráfico 1. Contribuição de cada continente para a produção mundial em aquacultura

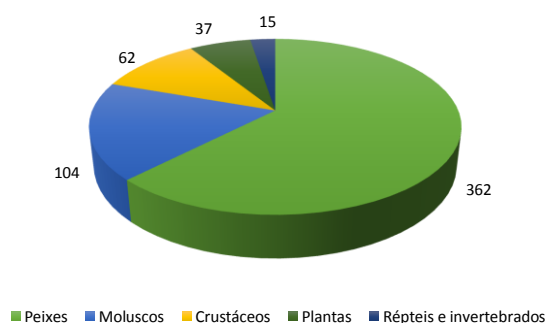


Fonte: Dados – FAO [2]; autor

A produção por grupos de espécies

Em 2014 foram produzidas cerca de 580 espécies em aquacultura. O Gráfico 2 mostra a distribuição dos principais grupos de espécies produzidas em 2014.

Gráfico 2. Principais grupos de espécies produzidas em 2014



Fonte: Dados – FAO [2]; autor

Os peixes foram o grupo onde mais espécies (362 espécies) foram produzidas, seguido dos moluscos (104 espécies), crustáceos (62 espécies), plantas (37 espécies), répteis e invertebrados (15 espécies). No caso dos moluscos não existe distinção entre os cefalópodes e os bivalves.

Entre as espécies mais produzidas actualmente encontram-se as carpas e os moluscos (os dados disponíveis não diferenciam as espécies dentro deste grupo). No entanto, a tilápia e o camarão serão as que irão ter uma maior taxa de crescimento até 2030, sendo que no caso da tilápia é expectável que a sua produção mais do que duplique no período 2010-2030. Outras espécies também continuarão a crescer, mas de uma forma menos acentuada, como é o caso do salmão, peixe-gato (*Pangasius*) e a carpa [6]. Assim, em 2030, as espécies mais produzidas serão as carpas (37%), moluscos (24%) e os camarões (9%), seguindo-se a tilápia (7%), o peixe-gato (5%) e o salmão (4%) (4). Esta tendência demonstra que a produção em aquacultura irá seguir o mesmo caminho que a produção pecuária percorreu no passado. Isto significa que irá existir apenas um pequeno número de espécies aquícolas que serão o grosso da produção mundial, existindo outras

que servirão apenas nichos de mercado a nível regional ou nacional, mas cujo impacto a nível global será reduzido.

II - A Aquacultura na Europa e União Europeia

Mercado de pescado na União Europeia (EU)

O mercado de pescado na EU situa-se nos 13,84 Mt, dos quais 1,87 Mt são exportadas e os restantes 11,97 Mt são consumidos, o que equivale a um consumo per capita de 25kg. A EU tem capacidade para produzir 5,31 Mt (pesca e aquacultura), sendo obrigada a importar 8,53 Mt, anualmente, para suprimir as suas necessidades [8].

Produção em aquacultura na EU e Europa

Como já foi referido, a produção em aquacultura na Europa foi de 2,93 Mt, em 2014 [2]. A produção em águas marinhas foi, de longe, a mais relevante com 83,7% do volume total. Dentro destas, a cultura de peixes, com 74,2% foi a que mais contribuiu para os dados de produção. A tabela 2 demonstra a distribuição do volume de produção (em toneladas), por grupos de espécies, na Europa.

De acordo com os dados mais recentes do Eurostat [9], a Noruega é o maior produtor Europeu com 1,33 Mt produzidas em 2014 (em 2015 a produção aumentou para 1,38 Mt) e mais de 5,27 mil milhões de euros em termos de valor. A Turquia é o terceiro com 233 mil toneladas (mt) produzidas, logo atrás da Espanha com quase 285 mt produzidas, o que a torna no maior produtor da EU. Estima-se que a produção aquícola na EU, ainda a 28, foi de 1,27 Mt em 2014, o que corresponde ao valor de 3,92 mil milhões de euros. O segundo maior produtor da EU é o Reino Unido, com praticamente 215 mt, seguido da Itália com quase 149 mt e da Grécia com mais de 104 mt. Embora não existam dados relativos à França, é expectável que a sua produção tenha rondado as 200 mt em 2014, tal como em 2013. O gráfico 3 mostra as diferenças nas produções da

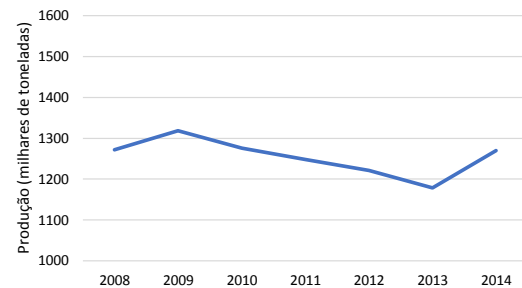
maioria dos países da União Europeia em 2014, segundo o Eurostat.

Tabela 2. Distribuição por grupos de espécies da produção aquícola (toneladas) Europeia

	Águas doces	Águas marinhas	Total
Peixes	477 051	1 820 109	2 297 160
Moluscos	-	631 789	631 789
Crustáceos	74	241	315
Outros	39	824	863
Total	477 164	2 452 963	2 930 127

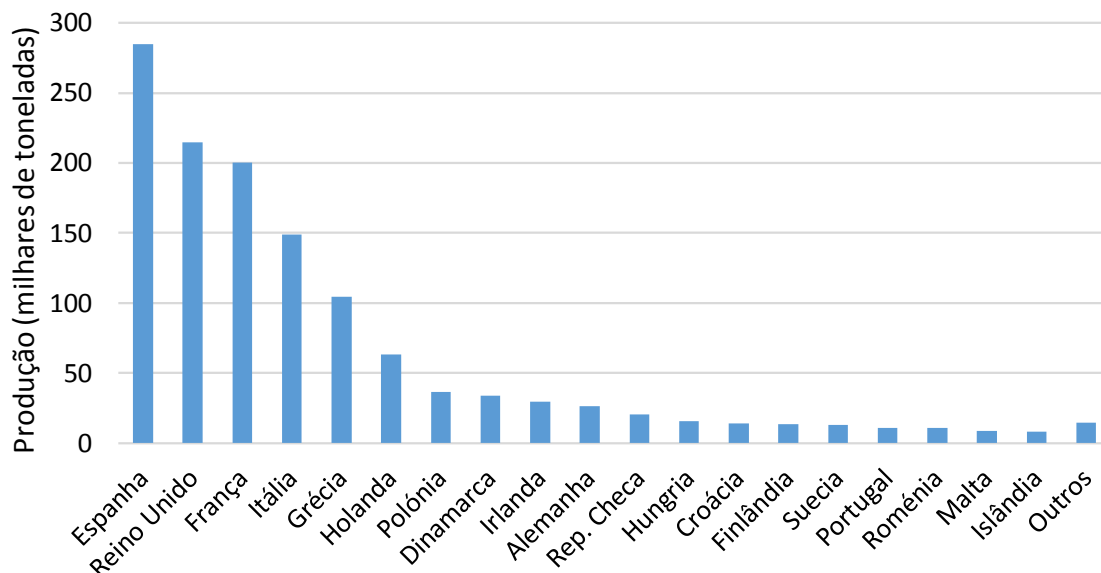
Fonte: Dados – FAO [2]; autor

Gráfico 4. Evolução da produção em aquacultura na EU



Fonte: Dados: Eurostat [9]; autor

Gráfico 3. Produção em aquacultura dos diferentes países da União Europeia em 2014



Fonte: Dados: Eurostat [9]; autor

Tendo em conta o horizonte temporal 2008-2014, a produção em aquacultura na EU tem-se mantido estável nos últimos anos. No entanto, esta estabilidade tem sido afectada por quebras de produção desde 2009 até 2013. Apenas em 2014 houve uma recuperação dos níveis de produção até aos obtidos em 2008 e 2010, como se poderá ver pelo gráfico 4.

A produção em 2009 foi de 1,31 Mt, o valor mais alto registado no período temporal 2008-2014. Os dados preliminares de alguns países, já disponibilizados no Eurostat, sugerem que os valores de 2015 seguirão a tendência de recuperação.

Produção na EU por espécies e impacto económico-social

Em relação a espécies, os dados de 2013 [10] demonstram que o mexilhão foi o mais produzido, com mais de 405 mt, seguido pela truta (mais de 183 mt), salmão (mais de 172 mt) e dourada (mais de 110 mt). No entanto, o caso muda de figura se nos referirmos ao valor das espécies. Neste caso o salmão foi o primeiro, com mais de 855 milhões de euros (M€), seguido pela truta (com mais de 561 M€), dourada (com mais de 541 M€) e a ostra (com mais de 446 M€).

A tabela seguinte apresenta ambas as produções em termos de volume (toneladas) e valor (milhões de €) de cada espécie.

Em termos de emprego, o sector aquícola emprega anualmente na EU cerca de 85 000 pessoas, distribuídas pelas mais de 14 000 empresas existentes, 90% das quais microempresas com menos de 10 trabalhadores [10].

Tabela 3. Produção por espécies na EU em 2014

Espécies	Volume (mt)	%	Espécies	Valor (M€)	%
Mexilhão	405 654	33,49	Salmão	855 936	21.32
Truta	183 444	15,14	Truta	561 378	13.98
Salmão	172 679	14,26	Dourada	541 724	13.49
Dourada	110 150	9,09	Ostra	446 092	11.11
Ostra	92 609	7,65	Robalo	438 777	10.93
Carpa	79 473	6,56	Mexilhão	411 797	10.26
Robalo	77 470	6,40	Atum	183 472	4.57
Ameijoa	30 000	2,48	Ameijoa	174 460	4.35
Atum	11 642	0,96	Carpa	148 442	3.70
Pregado	9 360	0,77	Pregado	66 982	1.67

Fonte: Dados: EU COM [8]; autor

Constrangimentos ao desenvolvimento do sector na EU

De acordo com o Parecer do Comité Económico e Social Europeu 2017/C 034/11, a aquacultura apenas contribui com cerca de 10% para o consumo na EU. A pesca extrativa contribui com cerca de 25%, sendo o restante importado. Actualmente, o valor das importações não será muito diferente.

A EU tem efectuado várias campanhas para aumentar a produção em aquacultura e criado vários Fundos Europeus de apoio financeiro ao desenvolvimento da aquacultura. Estes Fundos fazem parte da actual Política Comum de Pescas (PCP), criada pelo Regulamento n.º 1380/2013.

Um dos objectivos da PCP é “promover o desenvolvimento de atividades de aquacultura sustentáveis na União, a fim de contribuir para o abastecimento de produtos alimentares e para a segurança e o emprego”.

Adicionalmente, foram publicados dois documentos do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, no sentido de promover o desenvolvimento da aquacultura sustentável (Resolução do Parlamento Europeu 2011/C 236 E/24) e a identificação e eliminação dos obstáculos à aquacultura sustentável na Europa (Parecer do Comité Económico e Social Europeu 2017/C 034/11). Neste último são elencados vários obstáculos ao desenvolvimento da aquacultura na EU, onde se “constata que a principal causa subjacente à lentidão dos procedimentos administrativos para a prática da aquacultura e à falta de disponibilidade de locais para as explorações, reside na complexidade da aplicação da regulamentação ambiental da EU, nomeadamente a Diretiva-Quadro «Água», a Diretiva-Quadro «Estratégia marinha» e as diretivas relativas à rede Natura 2000, pelas administrações públicas dos Estados-Membros e das suas regiões. Esta situação conduz a requisitos demasiado onerosos para as empresas de aquacultura e que, paradoxalmente, não asseguram uma maior proteção do ambiente”.

A Resolução do Parlamento Europeu, referida em cima, menciona que “o sector aquícola é um sector económico inovador com potencial de alto conteúdo tecnológico e com uma elevada intensidade de investimento em estruturas (...) necessitando de segurança jurídica e de um quadro legislativo claro e estável”, salientando “que a redução da tramitação burocrática incentivará o investimento no sector” e considerando “essencial que os Estados-Membros, em estreita cooperação com as autoridades locais, apliquem com rapidez procedimentos de simplificação administrativa que prevejam procedimentos de concessão transparentes e standardizados para os pedidos de implantação de novas instalações aquícolas”. Depreende-se assim que os principais problemas que se colocam ao desenvolvimento da aquacultura na EU são a falta de locais para a instalação de novas unidades e a complexidade administrativa nos processos de licenciamento, o que poderá levar a uma perda de competitividade das empresas da EU face a outros países Europeus e terceiros. Estes

problemas são também reconhecidos pela Comissão Europeia numa Comunicação publicada em 2013 [11]. Torna-se assim, por demais evidente, a necessidade de todos os Estados-Membros estabelecerem um ordenamento do seu território litoral e interior, com a identificação de zonas/áreas para a instalação de unidades de aquacultura e proceder a uma simplificação administrativa de todos os procedimentos, quer ao nível do licenciamento, quer durante a produção, com a consequente redução dos custos de contexto e melhoria da competitividade das empresas.

A própria PCP insta os Estados Membros a “melhorar a competitividade do setor da aquacultura, apoiar o seu desenvolvimento e inovação, reduzir os encargos administrativos, tornando a aplicação da legislação da União mais eficiente e sensível às necessidades das partes interessadas e integrando as atividades da aquacultura no ordenamento do território marítimo, litoral e interior”. Estas medidas deverão fazer parte dos Planos Estratégicos Plurianuais de cada Estado Membro, também previstos na PCP. O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) dispõe de um orçamento específico para o desenvolvimento da aquacultura sustentável, com um valor de apoio na ordem dos 1 210 M€ para o período 2014-2020 [8]. No entanto, a existência deste Fundo não é garantia suficiente de que o sector da aquacultura irá crescer em termos de produção, valor e número de empresas e empregos. Um exemplo disso mesmo foi a aplicação do anterior Fundo Europeu das Pescas (FEP) no período 2007-2013. Segundo o Parecer do Comité Económico e Social Europeu 2017/C 034/11, o Tribunal de Contas Europeu “concluiu que o FEP não apoiou eficazmente o desenvolvimento sustentável da aquacultura e considerou que, a nível europeu, as medidas de apoio não foram devidamente concebidas e acompanhadas, não tendo proporcionado um quadro suficientemente claro para o desenvolvimento da aquacultura”. Desta forma, importa que a aplicação do FEAMP pelos Estados Membros seja também feita com base em procedimentos administrativos

simplificados e adaptado à realidade existente em cada Estado Membro.

Relativamente a campanhas efetuadas pela EU, destaca-se a denominada “Cultivado na EU” (“Farmed in the EU”). Esta campanha pretende promover o consumo de espécies aquícolas produzidas pelos países da EU e está, essencialmente, direcionado para adolescentes entre os 12 e os 18 anos. Neste âmbito, são efectuadas visitas de aquacultores às escolas para explicarem aos alunos os métodos de produção e quais as espécies produzidas, seguindo-se posteriormente uma visita dos alunos a estabelecimentos de aquacultura. Paralelamente, e de acordo com a EUMOFA [12], realizaram-se cerca de 685 campanhas nacionais, entre 2007 e 2015, com o objectivo de promover o consumo de pescado (de aquacultura e pesca) e melhorar a imagem destes produtos junto do consumidor. Os países do Sul da Europa foram aqueles que realizaram mais campanhas, a nível nacional e Europeu.

Perspectivas do desenvolvimento da aquacultura na EU

No âmbito do Crescimento Azul da EU [13], a aquacultura é considerada um dos cinco sectores com maior potencial de crescimento, juntamente com as energias renováveis marinhas, biotecnologia marinha, recursos minerais e turismo costeiro. Assim, é previsível que sejam implementadas as respectivas medidas que permitam incrementar a produção na EU. Entre estas medidas destacam-se a simplificação dos procedimentos administrativos, o acesso ao espaço através do ordenamento do território, o incremento da competitividade das empresas e a criação de condições equitativas entre os produtores da EU e de países terceiros [14].

De acordo com os vários Planos Estratégicos entregues pelos Estados-Membros à Comissão Europeia [15], prevê-se que a produção aquícola na EU aumente mais de 300 mt toneladas até 2020, representando um crescimento de 25% face aos valores actuais. Desta forma será atingido um valor a rondar os 1,5 Mt. Para

atingir este objectivo, os Estados-Membros tencionam aumentar a produção, por exemplo, de peixes marinhos (excluindo o atum) em 60% até 2020, atingindo as 480 mt, e a produção de bivalves em 25%, atingindo as 680 mt. No entanto, estas metas apenas poderão ser alcançadas caso os Estados-Membros, paralelamente, implementem as medidas acima descritas e apliquem corretamente o FEAMP, ao contrário do que aconteceu com o FEP no período 2007-2013.

III - A evolução da aquacultura em Portugal

Consumo e fornecimento de pescado

Portugal é um país com uma grande tradição no consumo de pescado, sendo um dos maiores do Mundo no consumo per capita com 56,8 kg em 2011, enquanto que a média na EU situa-se nos 24,9 kg [8]. Estes valores não deverão ter sofrido alterações significativas até aos dias de hoje. No entanto, e tal como acontece na EU, Portugal importa a maioria do pescado que consome. Segundo os últimos dados disponibilizados pelo INE [16], Portugal capturou em 2015 cerca de 194 mt de pescado, tendo produzido em aquacultura 10 791 toneladas, importado mais de 488 mt e exportado quase 283 mt. Esta situação traduz-se num défice da balança comercial de pescado na ordem dos 735 M€. Destes valores surge a ideia de que os que foram apresentados para o consumo *per capita* pela EU não são compatíveis com os apresentados pelo INE para a produção de pescado em Portugal. Esta diferença poderá ser explicada por uma margem de erro nos valores de produção não declarados na ordem dos 30-35%. No entanto, a questão mais relevante, e que ressalta à vista, é a notória necessidade do país em aumentar a sua produção de pescado, de modo a diminuir as importações e, consequentemente, o seu défice na balança comercial destes produtos. Mas tal como acontece no Mundo inteiro, as capturas não terão grande espaço para crescer devido ao equilíbrio existente na disponibilidade de biomassa no mar e o que se pesca. O facto de

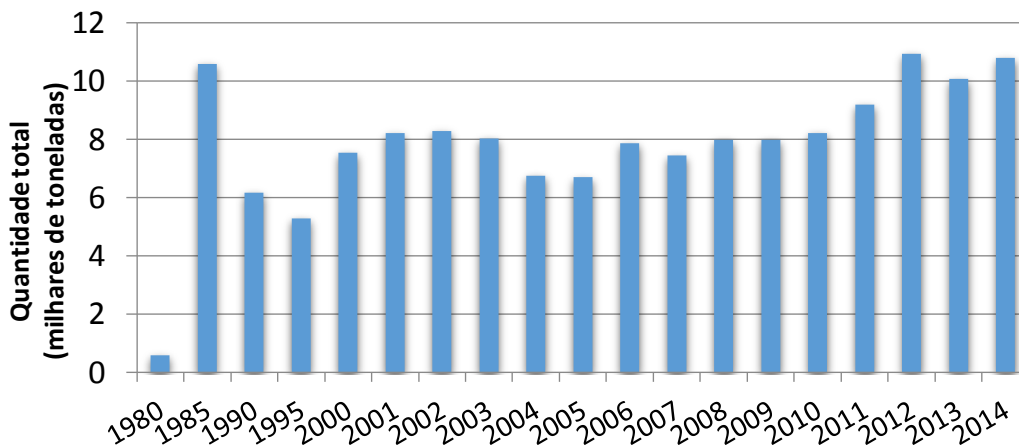
Portugal ter uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas da EU, não traz grandes vantagens no que à pesca diz respeito, visto que a plataforma continental é pouco extensa limitando, dessa maneira, a disponibilidade de pescado em quantidade. Este factor conjugado com as regras da PCP, que regulam as pescarias tendo em conta a sustentabilidade ambiental, condicionam fortemente o crescimento da pesca em Portugal [17]. Desta forma, a aquacultura surge como a alternativa para o aumento da produção de pescado e consequente fornecimento do mesmo ao mercado nacional.

Produção em aquacultura em Portugal

A aquacultura é uma actividade relativamente recente em Portugal, se compararmos com a produção de animais em terra (pecuária) ou com a pesca. Antes da entrada de Portugal na então CEE, o sector caracterizava-se por uma produção de espécies em regime extensivo, com a excepção da truta que já era cultivada em regime intensivo no Norte do país, desde a década de 60. Para além da truta, as principais espécies produzidas na altura eram a ameijoa, a tainha e a enguia. De acordo com o Eurostat, em 1974, a produção nacional foi de apenas 203 toneladas. O gráfico 5 mostra a evolução da produção ao longo das décadas de 80, 90 e de 2000 em diante até 2014 (últimos dados oficiais disponíveis).

É por demais evidente que o sector da aquacultura em Portugal, acompanhando a tendência da EU, não evoluiu da maneira que se esperava e da forma como aconteceu desde 1974 até 1985 (ano em que Portugal entrou para a CEE). Efectivamente, o crescimento mais acentuado deu-se entre 1980 e 1986, ano em que Portugal atingiu as 14,5 mt [18], sendo este o record de produção até aos dias de hoje. De acordo com o Centro de Informação Europeia Jacques Delors [19], no âmbito do processo de adesão à CEE, Portugal recebeu no final de 1980 e 1984 dois pacotes de ajudas financeiras para apoio ao desenvolvimento de vários sectores, entre os quais as pescas (onde se inclui a aquacultura). Este facto poderá explicar o rápido crescimento registado até 1986, uma vez

Gráfico 5. Evolução da produção aquícola em Portugal



Fonte: Dados até 1995 – Magalhães e Menezes (2014) [18]. Dados até 2014 – INE [16]

que surgiram várias micro e pequenas empresas neste sector. A partir de 1986, a produção veio a decrescer sucessivamente até 1995, pior ano desde que Portugal aderiu à CEE, com 5,2 mt produzidas. Este facto é explicado, em parte, pela quebra significativa na produção de ameijoas, enquanto as outras espécies se mantiveram relativamente estáveis. Uma outra razão que explica esta quebra foi a falta de apoio técnico e científico aos novos produtores que surgiram naquele período de tempo. Após meados da década de 90 e até 2010, o País manteve sempre a sua produção entre as 6,5 e as 8 mt, tendo incrementado até às 10,8 mt em 2014 (últimos dados oficiais disponíveis).

Razões para o não crescimento do sector

Algumas razões foram avançadas para a estagnação verificada até 2010 (20), nomeadamente:

- a. O preconceito existente de que a aquacultura é prejudicial para o ambiente, o que limitava/dificultava a emissão de novas licenças;
- b. A falta de ordenamento do território, o que tornava muito complicado a instalação de novas unidades;

- c. O baixo índice produtivo existente nas unidades em funcionamento;
- d. A falta de investigação aplicada que permitisse a transmissão de conhecimento para o sector produtivo e o acompanhamento deste.

Tal como acontece na EU, os processos administrativos eram bastante burocráticos e as dificuldades para se obterem novos licenciamentos eram muitas, situação que se verifica ainda hoje.

Por outro lado, dois estudos efectuados pela Cotec (21) e pela Oceano XXI (22) foram mais longe e elaboraram uma lista mais extensa sobre as razões e principais constrangimentos ao desenvolvimento e crescimento deste sector. Para além das já referidas anteriormente, destacam-se as seguintes:

- a. Atribuição de licenças precárias, com prazos de utilização dos recursos hídricos por períodos reduzidos, que não permitem amortizar e rentabilizar o investimento;
- b. Inadequação dos procedimentos administrativos, inerentes ao processo de licenciamento, à necessidade de conferir maior celeridade à concretização dos projetos de investimento;

- c. Legislação desatualizada, que impossibilita o desenvolvimento e implementação de novas unidades de aquacultura nas águas interiores;
- d. Escassez de quadros técnicos e profissionais com a adequada formação técnico-científica, o mesmo se verificando a nível empresarial;
- e. Existência de um elevado número de pequenas empresas familiares com fraca capacidade de gestão, inovação e introdução de novas tecnologias;
- f. Impacto das alterações climáticas e da poluição das águas no estado dos recursos e na produção aquícola;
- g. Insuficiente área de construção permitida na legislação em vigor, para a implementação de infraestruturas de apoio à actividade;
- h. Acessos aos Fundos Comunitários de apoio à actividade demasiado complexos;
- i. Custos de contexto elevados relacionados com obrigações “acessórias” durante a actividade das empresas;
- j. Não implementação de várias medidas de âmbito fiscal que permitiriam reduzir alguns custos e aliviar a tesouraria das empresas.

É notória a existência de muitos obstáculos que levaram à estagnação deste sector no nosso país até 2010. O aumento registado de 2010 até 2014 foi devido ao incremento na produção de pregado, que passou a ser a espécie mais produzida em Portugal. O crescimento observado naquela espécie deve-se à implementação de uma única unidade de produção em 2009. Caso essa unidade não tivesse sido implementada, o sector não teria aumentado a sua produção, mantendo-se no intervalo entre as 7 e 8 mt.

Neste mesmo período assistiu-se também à implementação de algumas unidades de produção na costa do Algarve, na Zona Piloto de Produção Aquícola da Armona. A produção prevista naquela Zona Piloto era de 12 mt (20), mas, como se veio a verificar, esta previsão nunca se chegou a concretizar.

Produção por espécies

Ao contrário da maioria dos países do Mundo e mesmo da EU, Portugal produz muitas espécies em aquacultura. Por exemplo, Espanha especializou-se na produção de mexilhão, França na ostra, Grécia e Turquia na dourada e robalo e a Noruega no salmão. Ao todo são cerca de 12 espécies que Portugal cultiva, a saber: truta, pregado, dourada, robalo, linguado, corvina, enguia, ameijo-a-boa, ostra, mexilhão, camarinha e algas (micro e macroalgas de diversas espécies). No entanto, cerca de metade da produção está concentrada em duas espécies; pregado e ameijo-a-boa.

Na tabela 4 são apresentados os valores de produção das principais espécies, em volume e valor, e ainda o valor de cada espécie por quilograma (kg).

Tabela 4. Produção e valor das principais espécies em 2014

Espécie	Produção (toneladas)	Produção (milhares €)	Valor por kg (€)
Pregado	3 588	15 962	4,45
Ameijo-a-boa	2 252	18 382	8,16
Mexilhão	1 244	1 519	1,22
Ostra	1 085	2 813	2,59
Dourada	1 071	6 029	5,63
Truta	788	1 974	2,50
Robalo	400	2 616	6,54
Linguado	83	849	10,23
Outras	279	144	2,74
Total	10 791	50 288	-

Fonte: Dados - INE [16]; autor

Observa-se uma alteração no paradigma na produção nacional, em termos de volume, uma vez que a ameijo-a-boa era a espécie mais produzida até 2010. O pico de produção desta espécie foi atingido em 1986, com quase 10 000 toneladas. A dourada, que teve um papel relevante na produção nacional no período

2000 – 2010 também tem vindo a decrescer a sua produção. O pico na sua produção foi atingido em 2007, com 1 930 toneladas. Na mesma situação encontra-se a truta, mas cujos picos de produção foram atingidos em 1989 e 1990 com 2 000 toneladas, e o robalo com a produção máxima de 1 584 toneladas a ser atingida em 2006. Actualmente, estas espécies registam quebras de produção na ordem dos 50% relativamente aos seus picos de produção. Para além dos factores já atrás identificados, o facto de Portugal se encontrar num mercado aberto e de concorrer directamente com grandes produtores Europeus e mais competitivos, como é o caso de Espanha e Grécia, pode ter contribuído para esta quebra na produção.

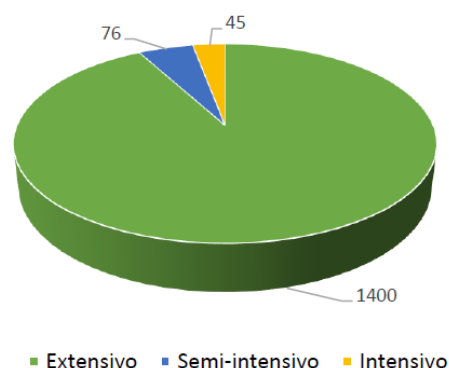
De acordo com os dados da Tabela 4, é possível verificar que o linguado é a espécie com maior valor económico por kg (10,23€), seguido pela ameijo-a-boa (8,16€/kg), robalo (6,54€/kg) e dourada (5,63€/kg).

No entanto, os dados oficiais do INE poderão estar desfasados da realidade actual, uma vez que existem alguns documentos [20, 23] que apontam para valores de produção bastante superiores aos declarados. Esta situação poderá ser explicada pela elevada carga fiscal e burocrática que assenta sobre as empresas, como já foi referido anteriormente, fazendo com que estas não declarem parte da sua produção.

Estrutura actual do sector

Os dados de 2014, disponibilizados pelo INE [16], indicam a existência de 1.521 estabelecimentos licenciados, dos quais apenas 1.450 se encontravam activos. A maioria dos estabelecimentos licenciados encontra-se sob o regime extensivo, conforme se pode ver no gráfico em baixo.

Gráfico 6. Número de estabelecimentos de aquacultura licenciados



Fonte: Dados - INE [16]; autor

Na Ria Formosa encontram-se localizados grande parte dos estabelecimentos de produção em regime extensivo, dedicando-se à cultura de bivalves em viveiros, com especial incidência na ameijo-a-boa e, mais recentemente, na ostra. Os estabelecimentos de produção em regime semi-intensivo encontram-se distribuídos pela região do Algarve (estuário do Guadiana, ria Formosa e ria de Alvor), estuários do Sado e Mondego e ainda na ria de Aveiro. Os estabelecimentos de produção intensiva estão distribuídos, na sua maioria, pelo interior Norte (em rios e albufeiras, para a produção de truta), Torreira (Aveiro), Mira, Tocha, Sines e ilha da Madeira.

A zona Centro e Algarve representaram 85,4% da produção total, seguindo-se a região Norte (7,25%), Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo (5,56%) e a ilha da Madeira (1,79%). A produção em águas marinhas e salobras contribuiu com quase 93% da produção, sendo os restantes 7% pertencentes às águas doces.

O principal destino dos produtos nacionais varia consoante as espécies. A truta, dourada e robalo são destinadas ao consumo interno, enquanto a ostra, mexilhão, pregado e linguado são exportados na sua maioria para França e Espanha [24].

O sector, dominado por micro e pequenas empresas com menos de 5 trabalhadores (98% do número total de empresas), empregava 2 357 pessoas em 2014, das quais 479 eram mulheres e 1 878 homens [24].

Perspectivas sobre a evolução da produção e do sector em Portugal

Evolução da produção e constrangimentos ainda existentes

Existem vários documentos [17, 20, 21, 25] que consideram a aquacultura como uma actividade estratégica para o país. Esta actividade foi inclusivamente alvo de um Plano Estratégico [26], previsto na PCP, revelando a importância deste sector para o desenvolvimento económico do país e da economia do mar.

Vários cenários foram apontados no passado sobre o potencial deste sector e os objectivos a atingir. O grupo de trabalho criado em 2006 [20] perspectivava uma produção entre as 36 e 40 mt em 2013, caso fossem implementadas algumas medidas que sugeriram. Algumas dessas medidas foram implementadas sem quaisquer resultados práticos (por exemplo, o observatório da aquacultura) e outras estão novamente presentes no Plano Estratégico do sector [26]. Chega-se à conclusão de que os problemas que foram identificados por aquele grupo e outros já referidos anteriormente não foram resolvidos. Como tal a produção não cresceu conforme se esperava.

Os últimos governos apontavam a aquacultura *offshore* (mar aberto) como a “solução” para o aumento da produção nacional, razão pela qual foram criadas várias zonas de produção em mar aberto (Armona, Aveiro e Monte Gordo). No entanto, a criação destas áreas ainda não teve o retorno que se espera delas, muito devido às condições adversas do litoral e à falta de tecnologia, a preços acessíveis, que permita contornar as dificuldades criadas por estas condições. Este facto é reconhecido em alguns documentos [21, 25]. A produção em mar aberto terá sucesso na costa sul da ilha da Madeira, onde existem já estruturas flutuantes para a produção de dourada e onde estão definidos vários investimentos. A produção de bivalves em mar aberto também poderá ser uma boa opção, mas apenas na costa sul do país. O grande constrangimento ao desenvolvimento da produção de bivalves na costa sul do Algarve não está na falta de tecnologia adaptada às

condições da costa, mas sim aos constantes blooms de fitoplâncton tóxico que causam interdições na captura. Estas poderão prolongar-se por vários meses. O FEAMP prevê apoios aos produtores neste tipo de casos, o que poderá atenuar o efeito dos blooms neste tipo de cultura.

O Plano Estratégico para o sector [26] refere que “as taxas de crescimento do sector estão limitadas pelas condições técnicas e/ou naturais de utilização dos recursos existentes, pelos espaços disponíveis de cultivo, pela disponibilidade de financiamentos e pelo aumento estimado dos custos, nomeadamente da energia e das rações.” No entanto, a previsão de crescimento do sector será na ordem das 25 mt até 2023, às quais se acrescentam as actuais 10,8 mt. Assim teremos uma produção a rondar as 35 – 36 mt, um valor muito semelhante ao que foi proposto pelo grupo de trabalho de 2006, já abordado anteriormente. Mas, apesar de se saber das dificuldades no crescimento da aquacultura em mar aberto, o Plano Estratégico prevê que o forte crescimento da capacidade produtiva será principalmente “assente na criação de novas áreas de produção aquícola em mar aberto (...)” para além das 3 já existentes. Esta solução não será a mais adequada, pelas razões já referidas em cima, pelo que terão de ser encontradas novas soluções como, por exemplo, a produção intensiva de peixes em regime de recirculação (RAS) ou multitrófica integrada (IMTA). Estes tipos de produção têm um impacto bastante reduzido no meio em que estão inseridos. Por outro lado, todas as unidades existentes na produção de peixes e bivalves, que se encontram em subprodução, deverão incrementar a sua produtividade, para além de se recuperarem antigas unidades desactivadas ou suspensas. A produção em mar aberto deverá ser optimizada na costa sul do continente para a produção de bivalves, e na costa sul da ilha da Madeira na produção de dourada ou outras espécies locais.

Será sempre necessário existirem novas empresas a entrar no sector e investimentos, pelo que o ordenamento do território costeiro e interior, com a identificação das actuais áreas de produção e novas áreas, terá de ser efectuado

com a maior brevidade possível. Esta é uma medida há muito identificada como essencial para o desenvolvimento do sector e já prevista na legislação nacional, mas que tarda a ser implementada. A simplificação e agilização de todos os procedimentos de licenciamento e de acesso ao FEAMP e o alargamento dos prazos das licenças, de modo a permitirem a amortização e rentabilização do investimento, são também fundamentais. O actual quadro fiscal do sector já está mais favorável quando comparado com o existente até 2014, no entanto os custos de contexto são ainda muitos. Torna-se também fundamental a resolução/eliminação de todos os pequenos problemas e encargos administrativos supérfluos existentes nos diferentes subsectores (piscicultura, moluscicultura...) da aquacultura nacional e a efectiva implementação do seguro aquícola. Estas medidas são também propostas em várias publicações [17, 20, 21, 26].

Do lado das empresas terão de ser encontradas formas de reduzir os custos de produção, através da melhoria de técnicas de manejo (evitando, por exemplo, desperdícios de alimento ou oxigénio), implementação de novas tecnologias/automação ou a modernização das instalações e material eléctrico (com poupança nos custos energéticos). A investigação é também fundamental para o desenvolvimento do sector, principalmente na área da identificação, prevenção e/ou tratamento de patologias, assim como na nutrição, produção de alevins/sementes de qualidade e melhoria de técnicas de manejo. Actualmente, as patologias causadoras de elevadas mortalidades e a falta de alevins/sementes de qualidade são dois dos factores apontados pelos produtores na sua actividade [21]. Caso os alevins de peixe ou as sementes de bivalves não sejam de boa qualidade, poderão existir atrasos no crescimento o que aumentará os custos de produção. Por outro lado, as mortalidades podem causar elevados prejuízos aos produtores o que os poderá deixar numa situação económica delicada.

Por último, deverá existir uma constante formação dos produtores aquícolas nas mais diversas áreas (económica, comercialização,

manejo...), que lhes permita tomar as melhores decisões e definir estratégias para o futuro [20].

Desta forma, será criado um ambiente favorável às empresas nacionais que as possa tornar mais competitivas e com condições equitativas em relação aos seus concorrentes da EU, um dos objectivos do Crescimento Azul proposto pela EU [14] e assim atingir as 35 mt previstas para 2023 previstas no Plano Estratégico do sector.

Comercialização dos produtos aquícolas nacionais

Actualmente, uma das grandes dificuldades dos produtores nacionais está relacionada com a comercialização dos seus produtos a preços que aqueles julguem ser os adequados. Esta dificuldade prende-se com o facto de existirem países concorrentes na EU que exportam os seus produtos para Portugal com preços mais baixos e também porque a oferta é muitas vezes superior à procura. Desta forma, colocam-se alguns problemas de escoamento com o aumento da produção que é perspectivado para os próximos anos, isto apesar de Portugal ser um importador de pescado e da própria EU ser também ela importadora de países terceiros.

A imagem que o consumidor nacional tem dos produtos de aquacultura não é muito positiva, apesar dos produtos nacionais serem de grande qualidade.

Desta forma, a imagem do produto de aquacultura nacional tem de ser melhorada junto do consumidor e isto só se consegue com algumas campanhas de promoção. Mas para se desenvolverem campanhas é necessário existir uma marca que permita diferenciar os produtos nacionais daqueles que são importados. Esta marca deverá ressaltar a qualidade e frescura dos produtos aquícolas nacionais, colocando-os num patamar superior aos que são importados, assim como a segurança no seu consumo. Esta proposta é também defendida em alguns documentos existentes [17, 20, 26]. Numa fase inicial poderão apenas ser promovidas algumas espécies com maiores dificuldades de escoamento ou que o consumidor não esteja tão familiarizado.

A utilização da marca pelos produtores obrigará os mesmos a cumprir requisitos, de modo a que o produto final possa ser homogéneo entre diferentes zonas. Esta marca poderá ter como objectivo apenas a diferenciação do produto nacional daquele que é importado, não obedecendo a qualquer certificação. No entanto, no caso da exportação existem mercados que exigem produtos certificados (biológico, MSC, BAP...), pelo que os produtores terão de seguir essas exigências de modo a conseguirem escoar a sua produção. Com esta diferenciação, o produto nacional poderá chegar a outros nichos de mercado ou outro tipo de consumidores que poderão pagar mais pela qualidade do produto e assim valorizá-lo.

O produtor nacional também poderá inovar na maneira de apresentar o seu produto no mercado, nacional ou estrangeiro, de várias formas. Tradicionalmente, o peixe é vendido pelas pisciculturas em fresco, inteiro e em caixas de esferovite com gelo. Este é depois colocado na banca também em fresco e inteiro. Como forma de inovar, o produtor poderá começar a vender o seu peixe já com um tipo de processamento mais simples (eviscerado, escalado...) ou mais completo (filetes, com temperos e pronto a cozinhar...). Este tipo de processamento traz custos acrescidos, mas que poderão ser compensados com um valor de venda final superior. Estes tipos de processamento são essenciais, caso o produtor queira exportar o seu peixe para mercados do Norte da Europa. No caso dos bivalves também deverá existir uma melhor apresentação dos produtos, como a venda de ostras em caixas de madeira, ou o processamento do mexilhão de modo a ser vendido congelado em meia concha ou apenas o miolo.

As conservas também se apresentam como uma oportunidade para o escoamento dos produtos aquícolas, existindo já a nível nacional uma produção residual de conservas de truta, enguia, linguado e mexilhão (este muito comum em mercados com o Espanhol), em parte para exportação.

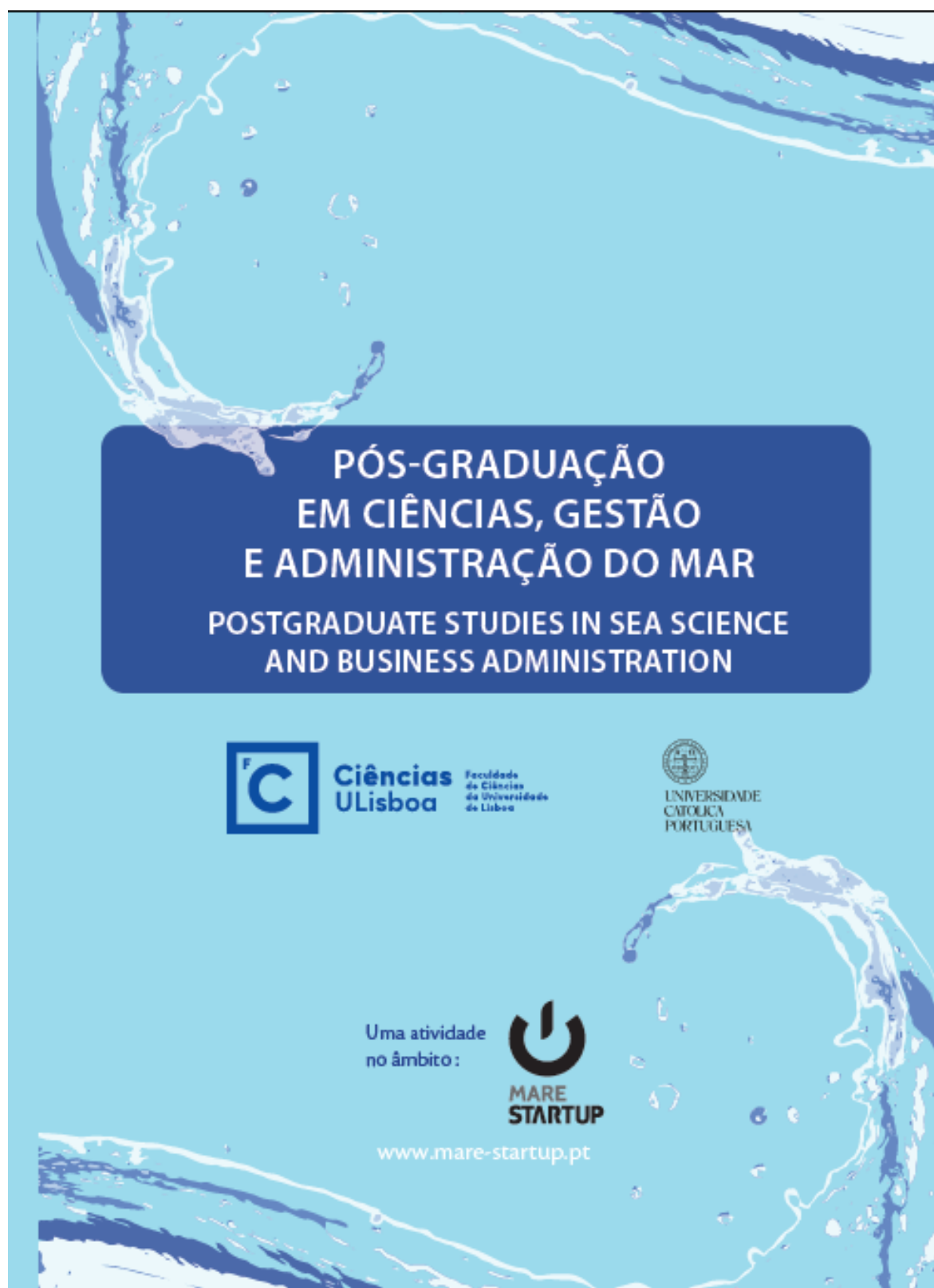
Conclusões finais

Actualmente, a nível mundial o sector da aquacultura já ultrapassou as pescas como principal fornecedor de pescado para consumo humano, sendo expectável que a produção aquícola continue a aumentar nos próximos anos, acentuando mais esta diferença. Na Europa, e mais concretamente na EU, o objectivo também passa por aumentar a produção em aquacultura e assim diminuir o défice existente na importação de pescado proveniente de países terceiros. Portugal não foge a este desígnio, sendo clara a vontade dos sucessivos governos em incrementar a produção nacional. No entanto, não têm sido tomadas as decisões mais correctas que permitam aumentar a produção, enquanto outras continuam por implementar, apesar de já terem sido propostas há quase uma década. Interessa, pois, proceder à rápida implementação das medidas referidas neste documento de modo a que a aquacultura nacional possa efectivamente crescer e atingir os valores propostos no Plano Estratégico do sector. Por outro lado, as empresas e produtores terão de encontrar novas formas de comercializar os seus produtos, diferenciando-os e valorizando-os face aqueles que são importados.

Referências bibliográficas


- [1] United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). World Population Prospects – The 2015 Revision. New York: United Nations
- [2] FAO. (2016). The State of World Fisheries and Aquaculture 2016. Contributing to food security and nutrition for all. Rome.
- [3] Lem, A., Bjørndal, T. & Lappo, A. (2014). Economic analysis of supply and demand for food up to 2030 – Special focus on fish and fishery products. FAO Fisheries and Aquaculture Circular No. 1089. Rome, FAO.

- [4] Fish to 2030 – Prospects for fisheries and aquaculture (2013). World Bank Report
- [5] Nash, Colin E. (2011). The History of Aquaculture. Blackwell Publishing Ltd.
- [6] Mimako Kobayashi, Siwa Msangi, Miroslav Batka, Stefania Vannuccini, Madan M. Dey & James L. Anderson (2015) Fish to 2013: The Role and Opportunity for Aquaculture. Aquaculture Economics & Management, 19:3, 282-230
- [7] FAO (2014). The State of World Fisheries and Aquaculture 2014. Contributing to food security and nutrition for all. Rome.
- [8] European Commission. Facts and Figures of the Common Fisheries Policy – Basic statistical data, 2016 Edition.
- [9] Eurostat (site consultado a 08/02/2017) - <http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-datasets/-/tag00075>
- [10] Facts and figures on EU aquaculture production and consumption in an EU and global context. Comissão Europeia – Assuntos Marítimos e Pesca (Site consultado em 08/02/2017) - https://ec.europa.eu/fisheries/sites/fisheries/files/docs/body/2015-aquaculture-facts_en.pdf
- [11] Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Orientações estratégicas para o desenvolvimento sustentável na aquicultura na EU – COM (2013) 229 final.
- [12] EUMOFA – European Market Observatory for Fisheries and Aquaculture Products. EU Consumer Habits Regarding Fishery and Aquaculture Products – Final Report. 2017 Edition.
- [13] Blue Growth - Opportunities for marine and maritime sustainable growth. European Commission - Maritime Affairs (2012)
- [14] Aquaculture in the EU - Tapping into Blue Growth. Comissão Europeia – Assuntos Marítimos e Pesca (Site consultado em 08/02/2017) - https://ec.europa.eu/fisheries/sites/fisheries/files/docs/body/2016-aquaculture-in-the-eu_en.pdf
- [15] Summary of the 27 Multiannual National Aquaculture Plans. European Commission - Maritime Affairs (2016)
- [16] Estatísticas da Pesca 2015. Instituto Nacional de Estatística, I. P. (2016)
- [17] SaeR/ACL (2009). O Hypercluster da Economia do Mar. Lisboa
- [18] José Gaspar Vieira Cabral de Magalhães e Menezes (2014). A Aquicultura e o Interesse Nacional - Dissertação de Mestrado em Engenharia Zootécnica, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- [19] Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD). (Site consultado em 08/02/2017) - http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=339
- [20] Relatório final do grupo de trabalho sobre o sector da aquicultura em Portugal, criado pelo Despacho Conjunto nº 420/2006. Novembro de 2008.
- [21] Blue Growth for Portugal – Uma visão empresarial da economia do mar. Cotec – Novembro de 2012
- [22] Desafios do Mar 2020 - Estratégias de Eficiência Coletiva. Oceano XXI (2013)
- [23] Forward – Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura em Sistemas Costeiros – Gestão Integrada da Ria Formosa, Portugal. Vários autores (2012)
- [24] Scientific, Technical and Economic Committee for Fisheries (2016) – Economic Report of the EU Aquaculture Sector (EWG-16-12). Publications Office of the European Union, Luxembourg
- [25] Estratégia Nacional para o Mar 2013 – 2020. Governo de Portugal
- [26] Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa 2014 – 2020. Governo de Portugal – Ministério da Agricultura e Mar




**PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS, GESTÃO
E ADMINISTRAÇÃO DO MAR**
POSTGRADUATE STUDIES IN SEA SCIENCE
AND BUSINESS ADMINISTRATION

 **Ciências
ULisboa** Faculdade
de Ciências
da Universidade
de Lisboa

 **UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA**

Uma atividade
no âmbito:


**MARE
STARTUP**

www.mare-startup.pt

Pesca no Seixal: a política e estratégia e o declínio da atividade

PS SSBA

The development of aquaculture in the World, European Union and Portugal

Bruno Miguel dos Santos Carrilho Tabaio

Resumo

O presente texto tem por objeto um determinado setor da designada economia do mar (a pesca) numa determinada área geográfica (o município Seixal). Servindo o município de *case study*, o estudo visa a consciencialização (a) de o conceito economia do mar comportar variadas dimensões (e não apenas a atividade piscatória) e (b) de uma política e estratégia na prossecução da economia do mar poder comportar apenas algumas daquelas dimensões em detrimento de outras.

No caso específico do município Seixal concluir-se-á que, não obstante existir o que denominarei microeconomia do mar, a atividade piscatória não será abrangida pela política e estratégia aplicada no município, ainda que a área geográfica apresente as condições naturais desejáveis, aquela atividade tenha sido o fundamento da origem da comunidade e, durante largos séculos, tenha constituído a sua principal atividade económica.

Palavras-chave: Pesca, política económica, economia do mar, Seixal, comunidade piscatória

Abstract

This essay concerns a specific sector of the so-called sea economy (fishing) in a given geographical area (the municipality of Seixal). Serving the municipality of case study, the study aims at raising awareness (a) that the concept of the economy of the sea includes different dimensions (and not only fishing activity) and (b) a policy and strategy in the pursuit of the economy of the sea can only put up some of these dimensions to the detriment of others.

In the specific case of the municipality of Seixal, it will be concluded that, despite what I will call the microeconomics of the sea, fishing activity will not be covered by the policy and strategy applied in the municipality, even if the geographical area presents the desired natural conditions, that activity has been at the foundation of the community and, for many centuries, has been its main economic activity.

Key words: fishing, political economy, economy of the sea, Seixal, fishing community

Pré-considerações

Desambiguação – Atualmente, o termo *Seixal* é comumente usado para designar duas divisões administrativas: a freguesia e o município. Formalmente, a freguesia foi objeto

de reorganização em 2013⁶ (tendo sido integrada na freguesia *União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires*), restando apenas o município com a designação *Seixal*. No presente relatório, usar-se-á o termo *Seixal*

⁶ [Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.](#)

exclusivamente para referenciar o município (sendo composto por 4 freguesias: *Amora, Corroios, Fernão Ferro e União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires*).

Ilustração 1. O espaço geográfico - localização do Município de Seixal



Fonte: [In2set](#), Interface colaborativo para o desenvolvimento e inovação da península de Setúbal

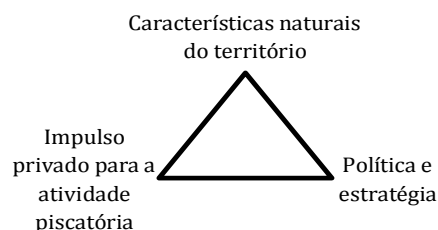
Hiperligações – Sendo o presente relatório concebido para apresentação em formato digital, é minha pretensão o seu enriquecimento por recurso a hiperligações, com vista à disponibilização imediata ao leitor de informação acessível na INTERNET.

I – Introdução

É comumente aceite entre os historiadores que “Antes de existir como povoação, Seixal foi o nome de uma praia, onde abundava o seixo utilizado para lastro de embarcações”⁷. As primeiras comunidades em Seixal foram piscatórias e ter-se-ão aí instalado pelas características naturais do território. Atualmente, no entanto, a pesca nesta região apresenta um declínio significativo, perto da extinção da atividade.

Qual foi a *política e estratégia* adotada para esta área geográfica?

Existirá uma relação triangular de simbiose composta por *características naturais do território*, *impulso privado para a atividade piscatória* e *política e estratégia* (tendo o declínio da atividade outro fundamento)?



Ou existirá apenas uma relação bilateral entre as *características naturais do território* e o *impulso privado para a atividade piscatória*, interrompida por elemento externo (*política e estratégia*)?



Neste estudo proponho-me elaborar essa análise e apresentar a respetiva conclusão.

II – Pesca em Seixal

A Pesca e a Política e Estratégia até ao século XIX

Pesca – MANUEL LIMA, historiador, refere que “toda a margem sul [do rio Tejo] sempre possuiu, pela sua recortada geomorfologia de praias, enseadas, restingas, cabos e esteiros, potencialidades acrescidas para a instalação de antiquíssimas comunidades piscatórias. Pela sua história e memórias, crê-se que, no caso do Concelho do Seixal, tenha sido o lugar de Arrentela [integrante no município Seixal] um dos primeiros a ser utilizado para esse fim⁸. Segundo o historiador, “sabe-se que, cerca do ano de 1500, a comunidade piscatória do Seixal já era significativa, tendo a mesma contribuído para a construção da pequena Ermida de Nossa Senhora da Conceição, localizada muito próximo da praia”⁹. “Tudo indica que tenha sido especialmente durante o século XV que muitos pescadores teriam começado a instalar-se na zona ribeirinha da atual cidade do Seixal. Este lugar apresentava algumas vantagens em relação ao sítio de Arrentela, por estar mais próximo do amplo Estuário, protegido dos

⁷ MANUEL D’OLIVEIRA REBELO, *Retalhos da minha terra*, p. 20.

⁸ MANUEL LIMA, *Peixes e pescarias no Concelho do Seixal, Estuário do Tejo*, p. 39.

⁹ *Idem*, p. 40.

ventos tempestuosos do sul e possuir boas praias e ancoradouros”¹⁰.

No *Diccionario Geografico*, de LUÍZ CARDOSO, publicado em 1747, “no ano de 1733 ancoravam ou encalhavam na praia da Arrentela 37 barcos de pesca designados por *muletas*”¹¹. Considerando a média de 14 pescadores por barco, MANUEL LIMA concluiu pela existência, naquela data e local, de cerca de 500 pescadores¹².

No *Censo da População do Reino de Portugal*, de 1900, em *Seixal* constavam cerca de 400 pescadores, numa população com 6661 pessoas¹³.

Política e estratégia – No século XII encontram-se as primeiras medidas conhecidas suscetíveis de afetar (negativamente) a atividade dos pescadores residentes em *Seixal*. No *Foral de Almada*, de 1190, sendo rei D. SANCHO I, constavam 3 referências à pesca e aos pescadores, estabelecendo a obrigação dos respetivos tributos¹⁴ (a área geográfica que constitui *Seixal* integrou, até 1836, o designado *Termo de Almada*, encontrando-se abrangido pelo respetivo foral).

No século XVI encontram-se as primeiras medidas proibitivas diretamente direcionadas à atividade piscatória dos pescadores residentes em *Seixal*. Em 1615 D. FILIPE II, tendo conhecimento dos danos causados ao ecossistema marinho pelas *redes-de-tartaranha*, proíbe o seu uso pelo período de 8 anos, findos os quais apenas poderão aquelas redes ser usadas com sua licença expressa¹⁵.

Análise – Do exposto decorre ter a atividade piscatória em *Seixal*, e respetiva comunidade, surgido da iniciativa particular e decorrente das

condições naturais da área geográfica. As primeiras manifestações da *política e estratégia* dirigidas àquele setor da *economia do mar* (primeiro a tributação, segundo a determinação de limites à atividade) caracterizam-se pela sua capacidade de constrangimento.

Os dados disponíveis demonstram que desde a segunda metade do século XVIII até ao fim do século XIX (cerca de 150 anos) o número de pescadores decresceu de, aproximadamente, 500 para, aproximadamente, 400 – uma redução de 20%. Não é possível, no entanto, (a) desconsiderar a ausência de rigor e incerteza nos números historicamente apresentados, nem (b) associar, com certeza, o eventual decréscimo do número de pescadores à *política e estratégia supra* descrita.

A Política e Estratégia e a Pesca no Século XX

Pesca – Decorrido o primeiro quarto do século XX, MANUEL LIMA refere estarem registados apenas 19 *botes-da-tartaranha*, concluindo o autor pela existência de, aproximadamente, 250 pescadores em *Seixal*¹⁶⁻¹⁷. Tal implica, no prazo de 25 anos, uma redução de, aproximadamente, 38%, comparativamente ao *Censo da População do Reino de Portugal*, de 1900.

Do ano 1955 ao presente “a pesca profissional teve uma quebra significativa, ficando reduzida a uma frota de meia dúzia de pequenos barcos e pouco mais de uma dezena de homens”¹⁸.

Política e estratégia – ANTÓNIO J. NABAIS, historiador, fundamenta o declínio da atividade piscatória em *Seixal* no primeiro quarto do século XX “sobretudo à oferta de postos de trabalho que o desenvolvimento da indústria local pôs à disposição dos habitantes destas povoações ribeirinhas. Desta forma, foi rejeitada uma atividade que oferecia muitos riscos e que ao mesmo tempo era pouco lucrativa, devido às suas características artesanais. Esta deslocação de mão-de-obra da vida marítima para a indústria

¹⁰ *Idem*, p. 39.

¹¹ LUIZ CARDOSO, *Diccionario Geografico*, Tomo I, pp. 592 a 597.

¹² MANUEL LIMA, *Peixes e pescarias no Concelho do Seixal, Estuário do Tejo*, p. 40.

¹³ *Idem*, p. 40.

¹⁴ ALEXANDRE M. FLORES / ANTÓNIO J. NABAIS, *Os forais de Almada e seu termo, I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na idade média*, p. 92.

¹⁵ O texto do diploma pode ser consultado em ANTÓNIO J. NABAIS, *História do Concelho do Seixal, 2-Barcos*, pp. 99 e 100.

¹⁶ MANUEL LIMA, *Peixes e pescarias no Concelho do Seixal, Estuário do Tejo*, p. 40.

¹⁷ No mesmo sentido, ANTÓNIO J. NABAIS, *História do Concelho do Seixal, 2-Barcos*, p. 31.

¹⁸ MANUEL LIMA, *Peixes e pescarias no Concelho do Seixal, Estuário do Tejo*, p. 41.

provocou a diminuição do tráfego fluvial”¹⁹. Com efeito, somente nos primeiros vinte anos do século, foram instalados em *Seixal* quatro fábricas de conservas de peixe²⁰ e uma fábrica de tratamento de cortiça (L. MUNDET & SONS²¹). A instalação da indústria em *Seixal* prolongar-se-ia durante ao século XX, atingindo o seu apogeu com a *Siderurgia Nacional* (implementada em 1961).

Em 1934 é publicado no *Diário do Governo* o [Decreto-Lei n.º 24:614, de 25 de outubro](#), nos termos do qual: as embarcações empregadas na pesca de arrasto não poderiam ser movidas unicamente por vela (artigos 3.º e 4.º); a pesca de arrasto “*só é permitida por fora da linha das 6 milhas de distância à costa, mas nunca em menos de 60 metros de profundidade*” e, “*nas embocaduras dos rios Tejo e Sado, só é permitida para fora das linhas que unem o Cabo Raso ao Cabo Espichel e este ao Cabo de Sines, mas nunca a menos de 6 milhas de distância à costa*” (artigo 19.º). O mesmo diploma prevê uma norma transitória, admitindo a pesca de arrasto em embarcações à vela até 31 de Dezembro de 1940, entre os paralelos do Cabo da Roca e do Cabo Espichel, às embarcações matriculadas e registadas no *Departamento Marítimo do Centro*²². O impacto da legislação sobre a atividade piscatória das comunidades seixalenses é significativo, implicando uma necessidade de alteração das embarcações utilizadas, que se traduziu no abandono das tradicionais embarcações *botes-da-tartaranha* e na adoção de lanchas motoras do tipo buque, popularmente designadas *pirolitos*²³.

Em 1947 é publicado o [Decreto n.º 36:615, de 24 de novembro](#), que estabelece, entre

outras disposições, para as embarcações de pesca de arrasto, valores mínimos de tonelagem de arqueação bruta superiores aos efetivamente detidos pelas embarcações piscatórias em *Seixal*. O decreto estabelece, no entanto, uma disposição transitória, permitindo a pesca por embarcações com tonelagem inferior até 31 de dezembro de 1955. Este diploma constituirá, a partir de 1956, o culminar do declínio da atividade piscatória das comunidades seixalenses, que se mantém até ao presente²⁴.

Em 1958 é decretada a expropriação dos prédios necessários para a implantação da *Siderurgia Nacional*²⁵, tendo a construção início em 1959 e tendo a atividade da *Siderurgia Nacional* iniciado em 1961²⁶. A construção da infra-estrutura na margem oeste do rio *Coia* implicou a desmantelamento de todos os pequenos portos existentes nessa margem²⁷.

Análise – O século XX constitui o hiato temporal do declínio e quase extinção da atividade piscatória em *Seixal*: a comunidade piscatória decresceu de, aproximadamente, 400 pescadores em 1900 para, aproximadamente, “*pouco mais de uma dezena*” após 1956, representando, em meio século, uma redução entre 95% e 97,5%.

Conforme *supra* descrito, tal situação é consequência, quer da *política e estratégia* envolvente da *economia do mar* e do *ambiente* (os diplomas de 1934 e 1947), quer da *política e estratégia* não direcionada à *economia do mar* embora com consequências nessa área (o incentivo à economia industrial, com o apogeu na *política e estratégica* relativa à *Siderurgia Nacional*).

Além do descrito e que propiciou o declínio (e, praticamente, a extinção) da atividade piscatória, salienta-se, no século XX, a inexistência de *política e estratégia* com vista, seja à diminuição daquele impacto, seja ao impulso da atividade piscatória. Entre estas ausências, destaca-se a

¹⁹ ANTÓNIO J. NABAIS, *História do Concelho do Seixal, Barcos*, p. 31.

²⁰ MANUEL LIMA, *Peixes e pescarias no Concelho do Seixal, Estuário do Tejo*, pp. 63 e 64.

²¹ AUTORES VÁRIOS, *Quem diz cortiça, diz Mundet*, p. 24. Em 1922, a empresa assumiria forma jurídica nos termos da legislação portuguesa, passando a designar-se MUNDET & COMPANHIA, LDA (*Idem*, p. 26).

²² O diploma viria a ser revogado pelo [Decreto-Lei n.º 36:614, de 24 de novembro de 1947](#).

²³ MANUEL LIMA, *Peixes e pescarias no Concelho do Seixal, Estuário do Tejo*, pp. 40 e 47.

²⁴ *Idem*, p. 41.

²⁵ [Decreto-Lei n.º 41 789, de 08 de agosto](#).

²⁶ FERNANDA ROLLO, *Cronologia*, in *Memórias da Siderurgia*, p. 191.

²⁷ *Idem*, p. 33.

inexistência, no município, de uma infraestrutura no âmbito do *sistema de lotas e vendagem*²⁸, situação que predomina até ao presente (salienta-se que a implementação de tal infraestrutura, embora não viável da perspectiva *política e estratégia económica*, poder-se-ia justificar na perspectiva *política e estratégia ressurgimento de uma atividade económica tradicional*).

A Política e Estratégia e a Pesca no Século XXI

Política e estratégia – No século XXI, a *política e estratégia* para a comunidade piscatória seixalense caracteriza-se pela prolação da inexistência.

Com efeito, além da prolação da *política e estratégia* descrita nos pontos anteriores, verifica-se uma ausência de *política e estratégia* no século XXI direcionada à atividade piscatória no município. Salientam-se as seguintes ausências:

- A não integração do município em qualquer dos *Grupos de Ação Costeira* (GAC) constituídos no âmbito do *Programa Operacional Pesca 2007-2013* (PROMAR)²⁹⁻³⁰; e,
- A não integração do município em qualquer dos *Grupos de Ação Local* (GAL) de Pesca constituídos no âmbito do programa MAR2020³¹.

Tal como descrito na análise do ponto anterior, embora tal *política e estratégia* não apresente

viabilidade da perspectiva *económica*, poder-se-ia justificar na perspectiva *política e estratégia ressurgimento de uma atividade económica tradicional*.

Pesca – Os dados dos últimos anos permitem a aferição do carácter residual da atividade piscatória numa comunidade, outrora, de origem piscatória:

Em 2011, do total da população empregada no município (68.856 pessoas), apenas 286 eram *agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta*, representando 0,42%³². Desse número, apenas uma percentagem, não quantificada, é relativa a pescadores.

Relativamente ao número de empresas:

- Em 2012, num total de 14.271 empresas sedeadas em *Seixal*, apenas 102 correspondiam aos setores da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, representando 0,71%³³; deste número, apenas uma percentagem, não quantificada, é relativa ao *setor da pesca*;
- Em 2013, num total de 13.413 empresas sedeadas em *Seixal*, apenas 107 correspondiam aos setores da *agricultura, produção animal, caça, florestas e pesca*, representando 0,79%³⁴; deste número, apenas uma percentagem, não quantificada, é relativa ao *setor da pesca*; e,
- Em 2014, num total de 13.168 empresas sedeadas em *Seixal*, apenas 175 correspondiam aos setores da *agricultura, produção animal, caça, florestas e pesca*, representando 1,33%³⁵; deste número,

²⁸ A primeira venda de pescado, que ocorre em lota, é, atualmente, gerida pela DOCAPECA – PORTOS E LOTAS, S.A. – Cf. o [Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril](#), e o [Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro](#).

²⁹ Cf. palestra de TERESA GAMITO, de 26 de setembro de 2016, no âmbito da pós-graduação que o presente texto integra.

³⁰ Nos termos e para os efeitos do *Regulamento (CE) N.º 1198/2006 do Conselho, relativo ao Fundo Europeu de Pescas*, o XVII Governo Constitucional apresentou à Comissão Europeia o [Programa Operacional Pesca 2007-2013 \(PROMAR\)](#), que foi aprovado pela *Decisão C (2007) 6442, da Comissão Europeia, de 11 de dezembro de 2007*.

³¹ Cf. palestra de TERESA GAMITO, de 26 de setembro de 2016, no âmbito da pós-graduação que o presente texto integra.

³² INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Censos 2011, XV Recenseamento geral da população, V Recenseamento geral da habitação, Resultados definitivos*, Lisboa, disponível em www.ine.pt.

³³ *Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2012*, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, disponível em www.ine.pt.

³⁴ *Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2013*, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, disponível em www.ine.pt.

³⁵ *Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa, 2014*, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, disponível em www.ine.pt.

apenas uma percentagem, não quantificada, é relativa ao *setor da pesca*.

No século XXI, a atividade piscatória integra, apenas, a dimensão histórica do município Seixal. Em Censos 2011, o “ramo de atividade económica de especialização regional” do município é “atividades financeiras, imobiliárias e serviços às empresas” e não “agricultura e pescas”³⁶. O presente século é caracterizado pela assunção da quase extinção da atividade piscatória e pela ausência de política e estratégia tendente a re-incrementar essa atividade.

III – Conclusão: a política e estratégia e o consequente declínio da atividade piscatória em Seixal

A história de Portugal revela uma longa relação entre essa unidade política e o mar, constituída por várias dimensões como a exploração marítima com início no final do século XV, o território ultramarino e a marinha mercante. A história da vida privada do povo português revela, no entanto, uma intemporal relação com uma concreta dimensão da *economia do mar*: a atividade piscatória, resultado de várias condicionantes, designadamente as condições naturais da costa portuguesa e a ausência, antes de uma economia de serviços e de indústria, de alternativas de comércio (excetuando a agricultura).

Atualmente, a unidade política *Portugal* mantém uma pretensão de relação com o mar, atualmente designada *economia do mar*, (perceptível na paradigmática frase “o oceano como um vetor estratégico de desenvolvimento”³⁷), apresentando especial relevância as seguintes manifestações:

- O programa *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*³⁸ (que substitui o programa

Estratégia Nacional para o Mar projetado para vigorar entre 2006 e 2016³⁹);

- Os programas *Planos de Ordenamento da Orla Costeira* [POOC]⁴⁰ (que irão ser substituídos pelos programas *Planos de Orla Costeira* [POC]⁴¹);
- A *Proposta de Extensão da Plataforma Continental*, apresentada, em 11 de Maio de 2009, pelo GOVERNO DE PORTUGAL à COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL NAS NAÇÕES UNIDAS⁴²⁻⁴³;
- Os estudos intensivos relativos ao desenvolvimento da economia portuguesa no âmbito da designada *economia do mar*, destacando-se o relatório [O Hypercluster da Economia do Mar](#), elaborado pela SAER – SOCIEDADE DE AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA E RISCO LDA e coordenado por ERNÂNI RODRIGUES LOPES;
- As iniciativas com apoio governamental para o impulso da investigação científica e da atividade económica (cf., designada e respetivamente, (i) a pretensão do GOVERNO DE PORTUGAL na transformação do navio NI MAR PORTUGAL para

consultado no site da [Direção-Geral de Política do Mar](#).

³⁹ Aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de dezembro](#), onde consta, em anexo, o programa. O programa pode ainda ser consultado no site [INFOEUROPA Biblioteca](#).

⁴⁰ Em *Portugal Continental* foram aprovados 9 POOC (que abrangem a totalidade da faixa costeira entre Caminha e Vila Real de Santo António, com exceção das áreas sob jurisdição portuária – cf. informação disponibilizada pela AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, no seu [site](#)), sendo que nenhum abrange a área geográfica do município Seixal. Todos os POOC estão disponíveis no site mencionado.

⁴¹ Cf. a [Lei n.º 31/2014, de 30 de maio](#).

⁴² A preparação e apresentação da proposta integrou a missão da ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL (EMEPC), criada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 17 de janeiro](#), previsto para funcionar na dependência do MINISTRO DE ESTADO, DA DEFESA NACIONAL E DOS ASSUNTOS DO MAR.

⁴³ Informações relativas à proposta apresentada podem ser consultadas no site do [EMEPC](#).

³⁶ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Censos 2011, XV Recenseamento geral da população, V Recenseamento geral da habitação, Resultados definitivos*, Lisboa, disponível em www.ine.pt.

³⁷ Programa *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*.

³⁸ Aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro](#), onde consta, em anexo, o programa. O programa pode ainda ser

operações de pesca, recursos haliêuticos e investigação marinha, com o objetivo de o pôr ao serviço do conhecimento do mar⁴⁴ e (ii) a construção do rebocador *Baía do Seixal* pela NAVALTAGUS - REPARAÇÃO E CONSTRUÇÃO NAVAL, SA, inaugurado em 29 de junho de 2016, visando e simbolizando um impulso da indústria naval em Portugal e estuário do rio Tejo⁴⁵; e,

- A iniciativa legislativa (proposta de Lei 28/XIII) que “*autoriza o Governo a aprovar o novo regime jurídico relativo à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, incluindo as águas de transição, e interiores*”⁴⁶.

Mas, *quid factum* quanto à atividade piscatória? O presente texto visa salientar três especificidades atuais do conceito *economia do mar*, uma correspondente à sua perceção, duas à sua implementação:

- *Primo*, *economia do mar* não se confunde com *atividade piscatória*: atualmente é consensual a existência de variadas formas de concretização da economia do mar, *verbi gratia* turismo, energia, exploração do subsolo, transportes fluviais e aquicultura;

Acresce a seguinte factualidade: (i) a pesca, não-obstante ser uma atividade económica tradicional em Portugal, apresenta atualmente, devido à competitividade decorrente de uma economia globalizada e à livre circulação de pessoas e mercadorias na *União Europeia*, dificuldades de competitividade, tornando-se uma atividade desencorajadora de investimento, seja público ou privado; e, (ii) a competência legal do *Conselho* (instituição da *UNIÃO EUROPEIA*) quanto “*à repartição das possibilidades de pesca*” – n.º 3 do artigo 43.º do [Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia](#) – (isto é, competência na determinação dos *totais admissíveis de captura* e das *quotas de pesca*) tem um

⁴⁴ A informação relativa à pretensão está disponível no site do [GOVERNO DE PORTUGAL](#).

⁴⁵ A informação relativa à inauguração está disponível no site do [GOVERNO DE PORTUGAL](#).

⁴⁶ A atividade parlamentar relativa à aprovação do diploma está disponível no site da [ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA](#).

impacto significativo na atividade piscatória portuguesa, tendo, desde 1986 a 2005, a frota piscatória com pavilhão português decrescido 48% e as respetivas capturas decrescido 30%⁴⁷;

Estas considerações, associada à existência de alternativas na *economia do mar* com melhor viabilidade financeira, poderá determinar preferências por tais alternativas, em detrimento da atividade piscatória;

- *Secundo*, a *economia do mar* pode não se coadunar (a) com atividades económicas não marítimas, podendo vir a prevalecer a que apresentar melhor viabilidade económica, ou (b) com considerações de cariz não diretamente económico, designadamente considerações ambientais, podendo estas, pela relevância social concedida, prevalecer sobre aquelas pretensões económicas;
- *Tertio*, a implementação de uma *economia do mar* numa unidade política como *Portugal* não é *centralizada*: em *Portugal* existe uma descentralização, e consequente multiplicidade, de polos políticos e administrativos, implicando uma multiplicidade de pretensões, considerações, concretizações e até diferenças temporais de aplicação de um projeto com pretensões nacionais.

As três especificidades manifestam-se na *política e estratégia* aplicada no município seixalense relativa à atividade piscatória:

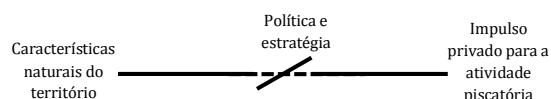
- Em *Seixal*, não obstante o declínio da atividade piscatória, existe o que se pode designar *microeconomia do mar*, contendo reservas naturais no estuário no Tejo, o *Instituto Hidrográfico*, indústria naval, transporte fluvial, postos de atracamento de embarcações, desportos náuticos, piscicultura e apanha de bivalves;
- O surgimento, no século XX, das indústrias conserveira, corticeira e de siderurgia determinou o abandono da atividade piscatória; e considerações ambientais

⁴⁷ [Plano estratégico nacional para a pesca 2007-2013](#), p. 14.

limitaram o uso das tradicionais redes de arrasto seixalenses (as *redes-de-tartaranha*); e,

- A unidade política local, a *Câmara Municipal do Seixal*, não adotou, até ao presente medidas de impulso e proteção da atividade piscatória adotadas em outros municípios.

A conclusão é, assim, que a relação bilateral entre as *características naturais do território* e o *impulso privado para a atividade piscatória* foi interrompida por um elemento externo: a *política e estratégia*.



Em 2005, JOSÉ DA SILVA LOPES escreveu um texto intitulado “*A siderurgia só foi possível como atividade protegida pelo Estado*”⁴⁸. O texto assumiu, quanto a mim, a qualidade de catalisador do impacto que a *política e estratégia* concebida e aplicada em *Seixal* teve na sua atividade económica. De facto, enquanto a siderurgia em *Seixal* só foi possível como atividade protegida pelo Estado, a pesca, pelo contrário, tendo surgido e mantido por iniciativa exclusivamente privada e decorrente das condições naturais da área, não sobreviveu por consequência da *política e estratégia* aplicada nessa área geográfica.

A quase extinção desta atividade não implica, no entanto, uma ausência de *política e estratégia* de uma *economia do mar*, mas, tão-somente, de uma das suas dimensões: a atividade piscatória.

BIBLIOGRAFIA

- [1] AA VV, Memórias da Siderurgia, Contribuições para a história da indústria siderúrgica em Portugal, História – Publicações e Conteúdos Multimédia, Lda, 2005
- [2] AA VV, Quem diz cortiça, diz Mundet, Ecomuseu Municipal do Seixal/Câmara Municipal do Seixal, 2010

- [3] CARDOSO, LUIZ, Dicionário Geográfico, Tomo I, 1747
- [4] CURTINHAL, ELISABETE, Barcos, Memórias do Tejo, Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu Municipal do Seixal, 2007
- [5] FLORES, ALEXANDRE M. / NABAIS, ANTÓNIO J., Os forais de Almada e seu termo, I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na idade média, Câmaras Municipais de Almada e Seixal, 1983
- [6] LIMA, MANUEL, Peixes e pescarias no concelho do Seixal, Estuário do Tejo, Câmara Municipal do Seixal – Ecomuseu, 1997
- [7] NABAIS, ANTÓNIO J., História do Concelho do Seixal, 2-Barcos, Câmara Municipal do Seixal, 2.^a edição, 1984
- [8] REBELO, MANUEL D’OLIVEIRA, Retalhos da minha terra, Monografia do concelho do Seixal, 1959

OUTRAS FONTES

- [9] GAMITO, TERESA, palestra, de 26 de setembro de 2016, no âmbito da pós-graduação que o presente texto integra
- [10] INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa*, 2012, disponível em www.ine.pt
- [11] INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa*, 2013, disponível em www.ine.pt
- [12] INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa*, 2012, disponível em www.ine.pt
- [13] INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Censos 2011, XV Recenseamento geral da população, V Recenseamento geral da habitação, Resultados definitivos*, Lisboa, disponível em www.ine.pt

IMAGEM

- [14] [In2set](http://In2set.net), Interface colaborativo para o desenvolvimento e inovação da península de Setúbal

⁴⁸ In *Memórias da Siderurgia*, pp. 139 a 144.